BOLETIM de trabalhos históricos 2004

Convento de Santa Clara de Guimarães

Isabel Maria Fernandes
António José de Oliveira

índice

1. Sua história 15
2. Os documentos 15
3. O edifício conventual e sua cerca: orgânica global 16
3.1 A documentação compulsada 16
3.2 O Convento e sua cerca 16
3.3 O convento: suas características 17
3.4 Espaços edificados e não edificados: sua estruturação 18
3.5 Espaços privados, semi-privados e de conexão com o exterior 19
3.6 Portas, escadas e chaves: sua importância na orgânica do convento 20
3.6.1 Portas que dão acesso ao exterior 20
3.6.2 Portas existentes no interior 21
3.6.3 Escadas 22
3.6.4 Chaves 23
4. Espaços abertos 23
4.1 Pátio interior, espaço de distribuição 23
4.2 Terreiro interior 23
4.3 Quintal Velho 24
4.4 Campinho 24
4.5 Campo de Massarelos e de Massarico 24
4.6 Claustro, espaço de distribuição da clausura 25
5. Espaços cobertos 26
5.1 Espaços relacionados com a clausura 26
5.1.1 Portaria conventual 26
5.1.2 Casa do Capelão 27
5.1.3 Casa do sacristão e hortelão 28
5.1.4 Casa para as servas dormirem 28
5.1.5 Cozinha 28
5.1.6 Celeiro 30
5.1.7 Oficinas 30
5.1.8 Cárcere 31
5.2 Espaços privados ou de clausura 32
5.2.1 Portaria da clausura ou sala ladrilhada 32
5.2.2 Locutórios, palratórios ou grades 32
5.2.3 Sala capitular ou «de profundis» 34
5.2.4 Refeitório 34
5.2.5 Capelas e oratório do claustro 36
5.2.6 Enfermaria e botica 37

5.2.7 Sobreclaustro 38
5.2.8 Dormitórios *velhos* 38
5.2.9 Dormitórios *novos* 39
5.2.10 Latrinas 41
5.2.11 Galeria 41
5.2.12 Dormitórios das noviças 41
5.2.13 Guarda-roupa 42
5.2.14 Cartório 42
5.2.15 Mirante 42
5.2.16 Cemitério 43
5.3 Igreja e espaços associados 43
5.3.1 Igreja 43
5.3.2 Sacristia e casa de brunir 47
5.3.3 Coros alto e baixo 48
5.3.4 Confessionários e comungatório 50
5.3.5 Torre sineira 50
6. A vida no convento: vivência em clausura 51
6.1 Orgânica interna 51
6.1.1 Noviças 51
6.1.2 Profissão 51
6.1.3 Gerir o convento: cargos existentes 52
6.2 Regras a seguir 56
6.2.1 Clausura 56
6.2.2 Assistência aos Ofícios Divinos 56
6.2.3 Oração e silêncio 57
6.2.4 Jejum 58
6.2.5 Disciplina e Penitência 59
6.2.6 Confissão 59
6.2.7 Voto de pobreza 60
6.3 O vestir 60
6.4 O comer e o modo de comer 61
6.5 A confecção de doces 62
7. Os bens móveis 63
7.1 Os bens móveis conventuais 63
7.2 Os bens móveis que chegaram até nós 64
8. Conclusão 67
Bibliografia 68
Fontes Manuscritas 70
Apêndice documental 71

1. Sua história

O Convento de Santa Clara de Guimarães, parece ter tido a sua origem em 1548, e foi fundado pelo mestre-escola da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Baltazar de Andrade. A primeira pedra foi lançada em 1549 (SOLEDADE, 1709: 700; CRAESBEECK, 1992, I: 145) e a bula de erecção foi conseguida a 11 de Outubro de 1559 (SOLEDADE, 1709: 701; GUIMARÃES, 1892: 188-189), ficando o padroado nas mãos do cónego Baltazar de Andrade e sua descendência (SOLEDADE, 1709: 701; GUIMARÃES, 1893: 10).

A entrada das religiosas no convento deu-se a 12 de Agosto de 1562, sendo a primeira e a segunda abadessas, respectivamente Helena da Cruz e Francisca da Conceição, filhas do fundador (SOLEDADE, 1709: 702; CRAESBEECK, 1992, I: 145-146; GUIMARÃES, 1893: 28).

Nas décadas de 30 a 40 do século XVIII o Convento sofre importantes obras de beneficiação e ampliação como o comprovam vários contratos então estabelecidos entre as clarissas e diversos mestres pedreiros, carpinteiros, entalhadores e pintores (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2001).

O convento fecha as suas portas, em 1891, quando morre Antónia Amália da Ascensão, «última religiosa e superiora» (GUIMARÃES, 1893: 28), sendo o último capelão do convento José de Oliveira Guimarães[1].

Por decreto de 19 de Agosto de 1893, o edifício conventual é cedido à Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira que aí instala o Seminário de Nossa Senhora da Oliveira. A 16 de Setembro de 1896, um novo decreto transforma o Seminário em Liceu Nacional (BELINO, 1900: 177). Na década de 50, o liceu muda de instalações.

Em 1968, o edifício assume as funções que mantém nos dias de hoje, ou seja, passa a albergar os principais serviços da Câmara Municipal de Guimarães (MEIRELES, 2002). Em 1973, no local correspondente à igreja do convento, é instalado o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2001), que aí se mantém até Junho de 2003.

2. Os documentos

Ao longo dos tempos vários autores abordaram a história do Convento de Santa Clara, de Guimarães. O artigo de João Gomes de Oliveira Guimarães, abade de Tagilde, e último capelão do Convento, é o que nos oferece a melhor visão de conjunto sobre as clarissas vimaranenses. Este autor utilizou um manancial não despiciendo de documentos, alguns dos quais hoje são de paradeiro desconhecido.

Neste nosso articulado, e tendo em vista quer conhecer melhor os edifícios do convento e o seu recheio, quer o modo como estes foram evoluindo desde a fundação até à extinção da ordem, em 1891, servimo-nos principalmente dos textos manuscritos referidos na bibliografia e alguns dos quais aqui publicámos:

[1] A.N.T.T. = Arquivo Nacional Torre do Tombo, Inventário dos bens móveis e de raiz do extinto Convento de Santa Clara (18 de Setembro de 1891). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1887, cap. 5, nº 16, fl. 2v.

3. O edifício conventual e sua cerca: orgânica global

3.1 A documentação compulsada

Sabemos que foi o cónego Baltazar de Andrade, o fundador do Convento na 1.ª metade do séc. XVI. Informa-nos Frei Fernando da Soledade que aquele construiu o edifício conventual «em umas casas e hortas que possuía no lugar aonde está o Convento, achou nesta conveniência a de um agradável sítio e muito proporcionado para o cómodo e vivência religiosa. Fica este dentro da vila»[2] , não muito longe do convento masculino franciscano, se comunicando através da «rua chamada de Santa Maria» (SOLEDADE, 1709, IV: 699).

A partir do documento de 12 de Setembro de 1703, que se publica em anexo, conseguimos aperceber-nos do espaço ocupado pelo mosteiro e sua cerca naquela época, bem como do modo como os espaços conventuais se estruturavam internamente. Os outros documentos compulsados (1733, 1739, 1858 e 1891), bem como o levantamento do edifício realizado em 1891, permite-nos entender como o edifício cresceu, principalmente na 1ª metade do séc. XVIII, quando foram substancialmente aumentados os dormitórios e remodelada a igreja.

3.2 O Convento e sua cerca

Não sabemos se a área ocupada, em 1703, pelo convento das clarissas, era a existente à data da sua fundação. No prólogo dos estatutos informa Baltazar de Andrade que: «Depois que com ajuda de Nosso Senhor pus o edifício e oficinas deste mosteiro em modo que pudésseis nele estar e viver, pareceu-me que tinha feito pouco em vos prover de paredes altas, e coisas temporais para esta vida (...)» (MARTINS, 1952: 95-96). Será que desde a fundação até 1703, as clarissas foram conquistando novas terras? Não o sabemos.

A descrição do convento e sua cerca, em 1703, cotejando com a planta geral do mesmo feita em 1891, permite-nos estabelecer, com aproximação, a localização e a área ocupada pelo Convento das clarissas vimaranenses.

Situado dentro de muralhas, a sua igreja, orientada Sul/Norte e com a cabeceira a Sul, corria quase paralelamente à rua de Santa Maria (Lado poente) e à muralha (Lado nascente).

O convento estava limitado a Nascente, pelas muralhas ou, como as designam os documentos, pelo «muro da cidade». Esta limitação a nascente, abrangia duas das antigas entradas da cidade, a Torre de Cães, que se situava mais ou menos entre o topo sul do convento e o muro perpendicular à muralha que separava os campos do convento dos campos do Priorado; e a Torre de Santa Cruz ou da Freiria, que se localizaria junto ao topo norte do Muro da cidade onde terminava a cerca do convento. Ou seja, as muralhas que delimitavam a nascente a cerca do convento, possuíam

[2] Ao longo deste artigo, sempre que recorremos à citação de textos, actualizamos a grafia e a pontuação.

duas portas: a de Santa Cruz ou da Freiria onde, a Norte, finava a cerca do convento, e a dos Cães, esta muito provavelmente já em desuso[3] naquela época, localizada perto do topo sul, não muito longe do muro que separava os campos do convento dos campos do Priorado.

A Norte, era delimitado por um muro que corria perpendicularmente à muralha. Para lá do muro conventual e acompanhando este, corria a rua do Sabugal que dava acesso à Porta de Santa Cruz ou da Freiria.

A Sul, um dos seus campos confinava com o muro que correndo perpendicular às muralhas separava o convento dos campos do Priorado.

A Poente, a cerca do convento não seguia em linha recta. Deste lado, e partindo do muro que o separava do Priorado, confinava com propriedades particulares, até junto da porta da igreja, aberta na fachada poente do edifício. Neste lado poente do edifício conventual, de sul para norte, ou seja, desde a porta da igreja até ao limite do edifício do convento (onde se situava a Casa do Capelão das clarissas) ficava o terreiro, designado Terreiro de Santa Clara, o qual confinava, a Poente, com a rua de Santa Maria. Paralelo ao edifício conventual, que se orientava Nascente/Poente e no qual se situava a Casa do Capelão, Celeiro e outras dependências, corria uma viela designada viela de Trás do Mosteiro (BRAGA, 1953: 29).

A Nascente, mais ou menos onde terminava o topo norte do edifício conventual, encostava um muro, que corria de sul para norte até à rua do Sabugal. Aí inflectia a sua direcção para nascente até à Porta de Santa Cruz ou da Freiria, limitando deste modo, e tal como já afirmámos, a cerca conventual a Norte.

O documento de 1703[4], permite-nos ficar a conhecer a extensão da cerca do convento: a Nascente, a muralha que delimitava o convento tinha uma extensão de 218,9 m; a Norte, o muro que o delimitava, tinha cerca de 84,7 m; a poente, a cerca fazia um canto constituído, em parte por um muro (com 27,5 m) e em parte pela ala mais a norte dos edifícios conventuais (com 69,3 m), medindo na totalidade 96,8 m. A fachada poente do edifício conventual, na qual se situava a portaria e a igreja media do canto norte até à porta da igreja, 44 m, e daí até ao muro do priorado 123,8 m. A sul, o convento terminava no muro que o separava do priorado e que de media, de comprido, 28,6 m. Ou seja, circuitando o convento e a sua cerca vemos que este tinha uma extensão de cerca de 553 m.

3.3 O convento: suas características

O convento, como espaço de clausura, tinha de ser completamente cercado de altos muros, «paredes altas» (MARTINS, 1952: 95-96), criando-se deste modo privacidade nos espaços interiores. Devia evitar colocar-se árvores de

[3] Craesbeeck, em 1726, já não refere a existência da Porta da Torre de Cães (CRAESBEECK, 1992, I: 83).

[4] O documento de 1703 indica as medidas em varas. Para mais fácil leitura convertemos em metros. Lembramos que uma vara corresponde a 1,1 m.

alto porte junto aos muros, interior ou exteriormente, dado que estas poderiam propiciar o acesso ilícito ao convento (BORROMEO, 1985: 107).

A organização espacial interna de um convento era matéria complexa e sujeita a regras específicas. A este propósito é imprescindível a leitura da obra de Carlos Borromeo, arcebispo de Milão, que, em 1577, edita um conjunto de normas – *instructiones fabricae et supellectilis ecclesiasticae* – para a construção de edifícios religiosos e respectivo recheio, e no qual contempla, em capítulo próprio (Cap. 33) as regras a utilizar na construção de conventos femininos (BORROMEO, 1985[5]).

Dentro de um convento podemos considerar a existência de espaços cobertos – os edifícios conventuais propriamente ditos e seus anexos –, e os espaços abertos – pátios, claustros, quintais e campos. Temos também de considerar a estratificação destes espaços – uns de acesso mais lato e outros reservados apenas e só às religiosas. É necessário ter isto presente para conseguir entender o modo como se estruturam os espaços conventuais.

A cerca e o convento enformam um espaço de abandono e isolamento no qual se coabita, por vontade própria, em comunidade, segundo uma regra. A intenção deste corte com o mundo denota-se ainda fora das portas do convento, quando se proíbe a entrada no mosteiro a quem não for parente próximo das freiras. De facto, estas só estão autorizadas a receber a visita dos pais, irmãos ou avós. Ou seja, logo à partida só é permitida a entrada dentro do convento a um número muito reduzido de pessoas.

O convento funciona como uma ilha isolada com muito poucos pontos de contacto com o exterior. Sendo o convento um espaço de cisão com a vida mundana é pois normal que reduzido seja o acesso físico a este, havendo muros altos a rodeá-lo e poucas portas de ligação com o exterior. Em 1703, o Convento de Santa Clara apenas dispunha de três entradas uma pela portaria, uma pela porta da igreja e uma outra entrada pela cerca, a *porta da cerca*[6]. Com a remodelação da fachada poente do edifício, no final da primeira metade do séc. XVIII parece que passaram a existir pelo menos mais duas portas para o exterior: uma porta para o coro de baixo e uma porta para a casa do capelão[7].

3.4 Espaços edificados e não edificados: sua estruturação

Antes de entrarmos na análise mais pormenorizada dos diversos espaços interessa que se olhe para o convento como um todo, distinguindo dois tipos de espaços – os espaços cobertos e os espaços abertos. Dentro dos espaços cobertos, consideraremos todos os espaços edificados, dentro dos espaços abertos, aqueles que não são cobertos.

[5] Temos de agradecer a Eduardo Pires de Oliveira que nos alertou para esta obra e nos facultou a edição espanhola.

[6] Diz o documento de 1703, ao descrever o convento «e pela cabeça do poente desde o canto da caixa de água que vai para a Praça até à porta da cerca.».

[7] É estranho que tenha sido permitida a abertura de uma porta dando ligação entre o coro de baixo e o terreiro. Nem o documento de 1703, nem o de 1858 a ela se referem. Isto vai contra as normas de clausura estabelecidas pela Regra. Quanto à entrada para as casas do capelão poderia já existir em 1703, no entanto este documento apenas refere «as casas do reverendo capelão» sem referir especificamente qualquer tipo de ligação destas com o exterior do convento. O documento de 1858 também não refere esta porta. Terão estas duas portas que comunicam com o exterior sido abertas aquando da remodelação do final do século XIX, já depois da extinção do convento?

Assim sendo, podemos considerar dentro dos espaços cobertos:

. As instalações de uso privativo das freiras: coro alto e coro baixo, mirante, torre sineira, sala do capítulo, capelas do claustro e dormitórios, latrinas, enfermaria, refeitório, cárcere, sala das rodas.

. As instalações necessárias ao funcionamento do convento: celeiro, casa da lenha, casa das necessidades, cozinha e casa dos fornos, galinheiro.

. As instalações habitadas pelos homens ou mulheres não freiras: casa do capelão, quarto do hortelão, quarto do sacristão, acomodações das criadas.

Dentro dos **espaços abertos** podemos considerar:

. O claustro: de uso exclusivo das freiras e que servia de espaço de distribuição para as áreas privativas destas: capelas, casa do capítulo, refeitório, enfermaria, locutórios, coro baixo, no primeiro piso; e sobreclaustro, dormitórios, latrinas e coro alto, no segundo piso.

. Os dois campos que a Norte e a Sul delimitavam a cerca do convento, respectivamente, o Campo de Massarelos e o Campo de Massarico.

. O «quintal velho» que a nascente da cozinha, servia de espaço de distribuição para os campos e casa da lenha e das necessidades e no qual se situava o tanque de água que abastecia a cozinha;

. O campinho que, a sul do refeitório, dava acesso ao Campo de Massarico;

. O pátio, junto à portaria, que servia como espaço de distribuição para os locutórios novos e velhos, para a portaria da clausura, para a casa do capelão, para o quarto do hortelão e do sacristão e para a porta de carros que dava acesso ao terreiro, campos, celeiro, cozinha, etc.

. O terreiro interior que se situava a nascente da porta de carros e que dava acesso ao celeiro, às dependências das criadas, à cozinha e aos campos.

3.5 Espaços privados, semi-privados e de conexão com o exterior

Dentro do convento e da sua cerca os espaços são localizados, delimitados e estratificados segundo as suas funções específicas (por exemplo, campos de cultivo, cozinha, celeiro) e as pessoas a quem se destinam (por exemplo, instalações do capelão, das criadas, do sacristão, do hortelão, etc.).

Nos conventos existia um estruturado e funcional conjunto de portas que ia limitando e definindo o uso de cada espaço, havendo um conjunto de espaços que eram do uso exclusivo das irmãs clarissas.

Podemos pois considerar de um modo abrangente três tipos de espaços dentro de um convento: os espaços privados, de uso exclusivo das freiras, os espaços semi-privados destinados às tarefas quotidianas necessárias ao normal funcionamento de um convento, e os espaços de conexão ao exterior, destinados a regularizar as ligações do convento com o mundo «de fora».

3.5.1 espaços privados: ou seja, os espaços de uso exclusivo das freiras - coro alto e coro baixo, mirante, torre sineira, sala do capítulo, capelas do claustro, dormitórios, latrinas, enfermaria, refeitório, cárcere, sala das rodas ou locutórios.

3.5.2 espaços semi-privados: ou seja, quer as dependências usadas pelos homens e mulheres que serviam as freiras - casa do capelão, quarto do hortelão, quarto do sacristão, acomodações das criadas, quer as dependências necessárias à vida quotidiana do convento - celeiro, casa da lenha, casa das necessidades, cozinha, casa dos fornos, galinheiro, quintal e campos de cultivo;

3.5.3 espaços de conexão com o exterior: ou seja, os espaços que permitiam ao convento manter-se em contacto com o exterior - portaria, porta da cerca, locutórios, e, a partir de certa altura a igreja[8].

3.6 Portas, escadas e chaves: sua importância na orgânica do convento

3.6.1 Portas que dão acesso ao exterior

As portas são, por definição, uma abertura que permite entrar ou sair de um compartimento ou de um edifício, e, no caso conventual são, sem dúvida, um importante e necessário meio de isolar espaços de função diferenciada. Dentro do convento existiam várias portas que iam delimitando o acesso: fechado era o celeiro, fechado era o acesso aos campos, fechado era o acesso às áreas onde viviam as freiras, fechados eram os armários e fechadas eram as arcas.

As clarissas regiam um complicado sistema de segurança baseado em portas e fechaduras de portas, com responsáveis específicas para guardar cada espaço: na portaria primeira havia uma porteira; na portaria segunda, ou portaria da clausura, existia outra porteira; só a abadessa e as chaveiras tinham a chave do celeiro e da arca; o armário da cozinha era fechado à chave; chave tinha o cárcere; chave tinha a grade do coro de baixo...

Tendo como base de análise o documento de 1703, sabemos existirem 3 portas que davam acesso ao exterior: a porta da cerca, virada a norte, a porta da portaria e a porta da igreja, viradas a poente.

Tendo como base de análise as plantas de 1891 sabemos existirem 3 portas conventuais que davam acesso ao exterior: a porta da casa do capelão, da portaria e da igreja viradas a poente.

---

[8] Não sabemos desde quando a Igreja do Convento de Santa Clara foi com mais regularidade aberta ao público. No início as igrejas conventuais femininas eram apenas de uso exclusivo das freiras.

A porta da cerca era muito provavelmente uma porta de serviço utilizada somente para ligação aos campos de cultivo e às áreas de serviço: celeiro, cozinha, casa da lenha, etc.

A porta da casa do reverendo capelão seria para uso pessoal deste.

A porta da portaria permitia, e simultaneamente condicionava, o acesso ao interior do convento. A partir desta era possível ter acesso ao pátio, à casa dos locutórios, à portaria da clausura, ao terreiro, ao celeiro, aos campos e a outros espaços do convento.

À igreja e à sacristia só se tinha acesso a partir do exterior, ou seja através da porta da igreja que dava para o terreiro de Santa Clara. Da nave da igreja não se tinha entrada directa para o corpo conventual. Se bem que a porta de grades do coro baixo se pudesse abrir, isto apenas sucedia em ocasiões muito especiais.

Actualmente, olhando para a fachada poente do edifício, vemos que o espaço correspondente ao antigo coro baixo também tem uma porta aberta ao exterior. A regra não permitia que o coro baixo tivesse abertura para o exterior. De facto, se lermos o documento de 1858, apenas se refere que «[o coro de baixo tem] três janelas pequenas para o terreiro e uma grade grande de ferro com porta para a igreja». Se atentarmos, na planta de 1891, vemos que há de facto uma abertura, semelhante a uma porta, mas que deveria talvez corresponder a uma janela (?) com grades. O modo como é graficamente representada difere do utilizado para representar as portas da casa do capelão, da portaria e da igreja. Terá esta porta sido aberta depois de extinta a ordem religiosa?

3.6.2 Portas existentes no interior

Depois de se entrar na portaria havia duas portas que permitiam o ingresso em dois importantes espaços: a «porta de carros» que dava acesso às áreas de trabalho: campos, celeiro, cozinha, acomodações das criadas e espaços oficinais, e a porta «particular» que dava acesso aos espaços de uso exclusivo das freiras.

O acesso aos edifícios reservados à clausura (espaços de uso exclusivo das religiosas) só se podia fazer através de três portas: a da portaria da clausura ou porta «particular», que do pátio interno dava acesso à clausura; a porta «fronha», situada na ala sul do claustro e que dava acesso ao campo de Massarico, e a porta com grade que separava o coro de baixo do corpo da igreja. O espaço de clausura, fechado por estas três portas, só em situações muito especiais era acedido por outras pessoas que não as freiras.

Na planta do 1º piso, realizada em 1891, vê-se uma porta que dá acesso da sala «de profundis» ao terreiro que ficava junto da cozinha. A porta, tal como hoje a podemos observar, não parece ser da mesma época do edifício original. Nelson Correia Borges refere que a passagem da comida da cozinha para o refeitório se fazia através de um postigo,

não havendo necessidade de porta[9]. Quer-nos parecer que esta porta terá sido feita depois da extinção do convento.

Na planta de 1891, e ao nível do 2º piso, está assinalada uma porta que no topo nascente do sobreclaustro dá acesso às latrinas. A sua configuração e posicionamento, leva-nos a pensar que é também posterior à fundação.

Outro espaço isolado por meio de porta era o celeiro. Este, fechado com três chaves, só podia ser aberto em conjunto pelas três freiras detentoras das referidas chaves.

Outros espaços, relativamente isolados e a que só tinham acesso os que aí habitavam, eram: a casa do capelão com acesso directo ao exterior do convento e também ao pátio da portaria; o quarto do hortelão e do sacristão a que se tinha acesso através do pátio da portaria, e as acomodações das criadas cujo acesso se fazia através do terreiro interior, depois de passada a «porta de carros», próximo da cozinha. Todos estes espaços eram estanques, não comunicando directamente entre si. Ou seja, os homens – capelão, sacristão e hortelão, estavam isolados quer das criadas, dado que as acomodações destas se situavam para lá da porta de carros, quer das religiosas, pois os seus espaços estavam isolados através da porta «particular».

Também existiam portas que isolavam os campos de cultivo dos edifícios conventuais. Uma porta no extremo norte, junto à cozinha e casa da lenha, isolava o espaço conventual propriamente dito da zona de cultivo do campo de Massarelos. A sul, também uma porta, separava o campo de Massarico do refeitório e mais oficinas do convento.

Podemos pois considerar vários espaços que se isolavam dentro do convento e sua cerca: a igreja, os espaços de clausura onde habitavam apenas as religiosas, os espaços onde habitavam os homens, os espaços onde viviam as criadas, as demais dependências do convento, e por fim os campos de cultivo. Todos estes espaços se fechavam de modo a não permitir uma fácil circulação entre eles.

3.6.3 Escadas

Havia várias escadas no convento. Fora da área de clausura, existia a escada que dava acesso à casa do reverendo capelão; a escada que levava aos quartos do sacristão e do hortelão; a escada que do pátio interno dava acesso aos locutórios novos e que os visitantes subiam para poder comunicar com as religiosas.

Passada a porta de carros existia a escada que dava acesso à acomodação das criadas.

Dentro do espaço de clausura, dois lanços de escadas, um colocado a nascente e outro a poente, davam acesso ao sobreclaustro. A partir deste se tinha acesso aos dormitórios novos, a que se acedia subindo alguns degraus. Os dormitórios novos situavam-se na ala mais a norte do claustro e distribuíam-se pelo 3º e 4º piso, havendo dois lanços de escadas distintos que faziam a comunicação entre ambos.

[9] Veja-se neste artigo o item correspondente à cozinha.

Do sobreclaustro tinha-se acesso à torre sineira e ao mirante subindo umas escadas.

3.6.4 Chaves

Toda a orgânica do convento e o isolamento dos seus espaços tinha em conta um complexo sistema de fechaduras e chaves: à chave se fechava a porta da primeira portaria, à chave se fechava o celeiro, à chave se fechava o armário da cozinha, à chave se fechava a arca do celeiro e do cartório, à chave se fechava a grade que do coro de baixo dava acesso ao corpo da igreja, à chave se fechava a portaria da clausura, à chave se fechava o cárcere, à chave se algemava quem se portava mal.

As chaves simbolizam, sem dúvida, o isolamento, a clausura a que as freiras estavam submetidas.

4. Espaços abertos

4.1 Pátio interior, espaço de distribuição

Dentro dos espaços de distribuição interna podemos considerar o pátio e o claustro.

Ao pátio tinha-se acesso a partir da Portaria e para ele davam a porta de carros e a porta particular. A «entrada de carro» dava acesso a um terreiro interior, onde se situavam as acomodações das criadas, o celeiro, as cozinhas e várias «oficinas», daí se acedendo aos campos de cultivo. A «entrada particular» dava acesso aos espaços reservados à clausura: através de uma «sala ladrilhada» com altar, tinha-se acesso ao claustro.

O pátio funcionava, pois, como um espaço de distribuição: para a casa do capelão, para os quartos do sacristão e hortelão, para a porta particular (através da qual se tinha acesso à clausura), para a porta de carros (através da qual se tinha acesso aos campos, aos espaços oficinais e às acomodações das criadas) e para os locutórios ou palratórios, único espaço acessível a quem procurava visitar as religiosas. Era nestes palratórios que estas podiam manter conversação com os seus parentes mais próximos: pais, irmãos e avós.

4.2 Terreiro interior

Ao terreiro interior tinha-se acesso através da porta de carros. Este era uma espécie de área de serviços. Aqui ficava: a «casa das criadas da comunidade»[10], «casinhas de arrumos»[11], o celeiro, as cozinhas, a casa das fornalhas, etc. Do terreiro tinha-se acesso ao «quintal velho» e aos campos.

[10] A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº7 B, fl. 2.

[11] A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº7 B, fl. 2.

4.3 Quintal velho

Através do terreiro interior, e depois de passada a cozinha, tinha-se acesso ao «quintal velho». No documento de 1703 é assim descrito: «Neste mosteiro, no quintal velho tem uma fonte, desde o fundamento dele, que sai da água que vem para esta vila e Praça dela por provisão de Sua Majestade, sem lha poderem tirar, e daí vem para a fonte da cozinha»[12].

A partir deste, e através de uma porta situada a norte, acedia-se ao campo de Massarelos. Para sul, dava acesso a um campinho e ao campo de Massarico.

Aqui se situava a «casa da lenha»[13] e outros cómodos. Em 1810, as freiras procederam a obras na casa da lenha aí tendo trabalhado dois carpinteiros durante doze dias[14].

4.4 Campinho

A sul do terreiro comprido ficava «um campinho com fruteiras e galinheiro»[15].

4.5 Campo de Massarelos e de Massarico

Dentro da cerca do convento deveriam existir campos, onde as freiras pudessem ter aves de capoeira e cultivar bens de primeira necessidade. Daí a existência de hortas, pomares e galinheiros, onde para além de bens alimentares as freiras podiam cultivar ervas medicinais e flores, estas últimas usadas para enfeitar a igreja, as capelas e os oratórios.

Vale a pena ler o que Borromeo escreve acerca da existência de espaços de cultivo dentro dos conventos femininos. Estes deviam ser: cercados por paredes altas; não muito extensos para que pudessem ser trabalhados pelas freiras ou conversas, sem o recurso a mão-de-obra exterior; nada de plantar árvores de grande porte ou outra vegetação que crescesse junto aos muros da cerca; não se podia aí construir nenhuma edificação mesmo que pequena; apenas se podiam cultivar hortaliças e ervas medicinais ou culinárias, não 'voluptuosas'; e as caixas de água deviam ser devidamente fechadas (BORROMEO, 1985: 107-108).

O convento de Santa Clara possuía dois campos que a Norte e a Sul delimitavam a cerca do convento, respectivamente, o Campo de Massarelos e o Campo de Massarico.

No campo de Massarelos existiam, em 1858, «árvores, fruteiras», aí se cultivando «hortaliças para consumo da casa», e, no campo de Massarico, «árvores fruteiras e hortas».

Ao longo dos tempos as freiras foram efectuando as obras necessárias à boa manutenção destes campos de cultivo.

---

12 Tombo das propriedades rendas e foros deste Convento de Santa Clara de Guimarães: Descrição do Convento de Santa Clara e partilha das águas existentes na sua cerca (1703). A.M.A.P. = Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, C-728.

13 A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº7 B, fl. 2v.

14 Recibo e despesa dos anos de 1809-1810 do convento de Santa Clara, A.M.A.P., MC-583

15 A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº7 B, fl. 2v.

Por exemplo, em 1751, foi reparado o muro do campo de Maçoulas, ou seja, do campo de Massarico, «que se arruinou quase todo parte da viela, e se fez os alicerces que os não tinha», tendo-se também aproveitado para se arranjar «o muro da porta» que dava acesso ao campo, «da parte de dentro, que também ameaçava ruína». Tendo-se gasto «com pedra nova, e oficiais, carretos e cal e outras miudezas, cestos e madeiras e outros materiais»[16], 153$830 réis. Em 1752, foi altura de arranjar duas dobradiças e uma fechadura para a caixa de água que sabemos existia no Campo de Massarelos[17].

Por uma nota de despesa, datada de 1751, ficamos a saber que estes campos eram cultivados por obreiros exteriores ao convento, pois as freiras pagam «almoços e merendas de hortelões»[18].

4.6 Claustro, espaço de distribuição da clausura

O claustro funcionava como recinto de distribuição dos espaços destinados à clausura. Ao claustro tinha-se acesso a partir da «sala ladrilhada», onde existia a porta particular que ligava ao pátio.

Era a partir do claustro que se estabeleciam as ligações com o mundo exterior à clausura. No claustro havia mais uma porta, a porta «fronha» que dava acesso ao campo de Massarico.

O claustro era um recinto de distribuição quer para os espaços existentes ao nível do primeiro piso quer do segundo.

No claustro situava-se a «sala ladrilhada» através da qual se tinha acesso aos dois locutórios velhos, ou locutórios da fundação, onde as freiras podiam falar com os seus familiares mais próximos; à «sala de profundis» ou do capítulo e através desta ao refeitório, às capelas e ao coro baixo. Nos dois topos nascente e poente do claustro ficavam os acessos ao sobreclaustro: sendo um feito através de uma escadaria situada dentro de uma sala e o outro através de uma escada encostada à parede poente do claustro.

No topo sul do claustro existia um altar e três salas a que correspondiam três capelas. No topo poente situavam-se os confessionários e os comungatórios. É importante referir que no documento de 1703, se referem «dois confessionários com duas portas para a igreja»[19], mas não se entende onde se situam. O documento de 1858 é mais explícito informando que no claustro existiam «quatro confessionários e um comungatório»[20].

No meio do claustro existia um chafariz e um jardim[21], assim descrito no documento de 1703, «tem no claustro novo um tanque bom com quatro biqueiras, cercado de pilares com quatro entradas de escadas, com seus assentos e latadas, cuja água vem do quintal de Francisco de Araújo»[22].

16 S.M.S. = Sociedade Martins Sarmento, Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl. 79.

17 S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl. 179.

18 S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl. 158.

19 Tombo das propriedades rendas e foros deste Convento de Santa Clara Guimarães: Descrição do Convento de Santa Clara e partilha das águas existentes na sua cerca (1703). A.M.A.P., MC-30, fl.7v.

20 A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº7 B, fl. 1v.

21 Nelson Borges faz referência ao simbolismo do jardim claustral (BORGES, 1998: 40-42).

22 Tombo das propriedades rendas e foros deste Convento de Santa Clara de Guimarães: Descrição do Convento de Santa Clara e partilha das águas existentes na sua cerca (1703). A.M.A.P., MC-30, fl. 8v.

Oliveira Guimarães informa que «o obelisco colocado no centro do tanque [chafariz] do claustro tem na base do fuste a seguinte inscrição, que nos dá o ano da sua construção: 'Fonte da Misericórdia Anno de 1632'» (GUIMARÃES, 1982: 190). Não conseguimos encontrar esta data. O obelisco deve ser o original mas, o chafariz actualmente existente não corresponde ao descrito no documento de 1703, nem na planta de 1891.

Em 1858, o claustro é descrito deste modo: «tem claustro com trinta arcos grandes, firmados em colunas de pedra fina, no meio um jardim, e com chafariz dos lados, três capelas, e um altar; casa de brunir pertencente à sacristia, quatro confessionários, e um comungatório, tudo em bom estado[23].

Não sabemos qual a função de duas salas situadas na ala nascente do claustro. Ficaria aí a enfermaria da fundação? [24]

5. Espaços cobertos

5.1 Espaços relacionados com a clausura

Como já atrás referimos as entradas no convento eram muito restringidas e, desde que se entrava na portaria, esse acesso ia-se tornando cada vez mais restritivo, havendo no topo desta «pirâmide», as áreas reservadas apenas à frequência das freiras em clausura. Auxiliando os espaços cobertos de clausura existiam: portaria conventual, casa do capelão, casa do sacristão e hortelão, casa para as servas dormirem, cozinha, oficinas e cárcere.

5.1.1 Portaria conventual

Ao interior do convento tinha-se acesso através da porta da portaria primeira. A sua abertura ou fecho era da responsabilidade de uma porteira, normalmente uma das freiras do convento. Pela portaria entrava o pessoal não residente no convento – por exemplo, os que trabalhavam nos campos e os operários que neste procediam a obras.

A portaria tinha um sino para se poder chamar. De facto, em Agosto de 1808, paga-se o «conserto do sino da portaria»[25].

Através da Crónica Seráfica ficámos a saber que a primeira porteira do convento foi a sua Segunda abadessa, Madre Soror Francisca da Conceição (no século, de seu nome, Francisca de Andrade), que nesse cargo foi zelosa vigilante do que entrava e saía do convento (SOLEDADE, 1709: 708).

Através da leitura da Crónica Seráfica concluímos que era uso deste mosteiro acudir às necessidades dos mais pobres facultando-lhes alimento e roupa. De facto, as freiras estavam obrigadas a cumprir, entre outros, os seguintes

---

23 A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº7 B.

24 Ver texto referente à enfermaria.

25 Recibo e despesa dos anos de 1809-1810, A.M.A.P., MC-583.

legados pios: «uma broa de pão, repartida semanalmente aos pobres na portaria do convento, conforme a instituição do mesmo padre [Jacinto Mendes Furtado], feita a 20 de Setembro de 1647, para o que deu 25$000 réis»; distribuição de caldo, na portaria do convento, aos pobres que aí se dirigissem (GUIMARÃES, 1893: 17-18).

Temos também o exemplo da 3ª abadessa do Convento, Madre Soror Maria da Conceição, que «com a sua ração sustentava um pobre, e **para os mais necessitados, que ocorriam à portaria deste mosteiro**, nunca lhe faltava provimento, o qual lhe enviava o céu, fazendo-a dispenseira das esmolas com que a Providência Divina sustenta os que vivem desamparados da fortuna humana. E se em alguma ocasião não tinha com que cobrir a nudez dos mendigos, das roupas' a que achava na cela, lhes fazia reparos com que se defendessem das inclemências do tempo»[26] (SOLEDADE, 1709: 710). Também a uma conversa do mosteiro, Soror Jerónima dos Anjos, «ordinariamente a mandavam servir na porta, e como nela tinha ocasião de obedecer a todas, recebia muito gosto a sua humildade neste ministério. Também o amor do próximo achava nele grandes satisfações pela ocasião que tinha de remediar os pobres, para os quais, além da esmola do convento, preparava todos os dias uma panela com muito cuidado» (SOLEDADE, 1709: 719).

5.1.2 Casa do Capelão

O edifício conventual tinha casa para o capelão a qual se situava no corpo mais moderno - a ala norte com quatro pisos. A casa do capelão ficava no 2° piso, com entrada ao nível do 1° piso, e dispunha de cinco janelas: três voltadas para o pátio e duas para o terreiro.

Borromeo, nas suas «instruções», deixa bem claro que o capelão deve ter aposentos no convento para quando for necessário aí pernoitar, caso haja precisão de acorrer a alguma freira necessitada de receber os santos óleos. Esta habitação devia possuir forno e latrina, nenhuma roda e estar bem separada dos espaços usados pelas freiras (BORROMEO, 1985: 109-110).

No tombo de 1703, já são referidas as «casas do Reverendo Capelão»[27], sitas no local onde permanecem até à extinção do convento. Em 1810, fazem-se obras na «casa do Padre Capelão» tendo-se pago a artistas e a aquisição de diversos materiais[28].

Na descrição de 1858, também é referida a «casa do Padre Capelão»[29]. Em 1891, no inventário dos Bens móveis refere-se a existência de «um armário na casa do capelão»[30].

[26] Sublinhado nosso.

[27] Tombo das propriedades rendas e foros deste Convento de Santa Clara de Guimarães: Descrição do Convento de Santa Clara e partilha das águas existentes na sua cerca (1703). A.M.A.P., MC-30, fl.8.

[28] Recibo e despesa dos anos de 1809-1810, A.M.A.P., MC-583.

[29] A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, n°7 B, fl. 1v.

[30] A.N.T.T., Inventário dos bens móveis e de raiz do extinto Convento de Santa Clara (18 de Setembro de 1891). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1887, cap. 5, n° 16.fl. 58v.

5.1.3 Casa do sacristão e hortelão

No mesmo piso da casa do capelão se situavam os quartos do sacristão e do hortelão, cada um com sua janela, sendo o acesso feito através do pátio da portaria.

5.1.4 Casa para as servas dormirem

Por baixo dos dormitórios que se situavam no 3º e 4º piso do tramo Poente/Nascente, ficavam os repartimentos das serviçais. Estes aposentos tinham de ser afastados dos das freiras e sem comunicação directa entre ambos. Estes cómodos já em 1751 se situavam na ala norte do claustro, pois nessa data se repartiram as lojas em oficinas que eram precisas, entre as quais «casa para as servas dormirem»[31]. Na descrição do convento, datada de 1858, refere-se que, «por baixo destes dormitórios [novos] tem uma casa das criadas da comunidade e casinhas de arrumos»[32], à qual se tinha acesso através de umas escadas situadas junto do celeiro.

5.1.5 Cozinha

Borromeo indica que a cozinha se deve situar sempre junto ao refeitório sendo o acesso a este feito através de uma janela ou de um pequeno vestíbulo, de modo a que facilmente se fizesse circular a comida e a louça entre os dois cómodos. Por outro lado, a cozinha não devia ser inserida no espaço de clausura das freiras tornando deste modo mais difícil incêndios indesejáveis que pudessem pôr em risco a vida conventual. Na cozinha se situavam os fornos e, directamente relacionada com esta devia existir: um poço para tirar a água necessária para cozinhar e lavar a loiça, uma dispensa para guardar a carne e um local para lavar a loiça. Não longe deveria situar-se o galinheiro do convento (BORROMEO, 1985: 94).

Nelson Correia Borges explicita que «a cozinha encontra-se quase sempre anexa ao refeitório, com que comunica através de um postigo para a passagem dos pratos. De planta quadrada ou rectangular é geralmente abobadada e com grande chaminé, ou várias, correspondendo cada uma à sua lareira. Entre os cistercienses possui sempre água encanada. Nos mosteiros benedetinos fica afastada do refeitório, para evitar os cheiros. Junto à cozinha situava-se em geral o forno, também de dimensões adequadas à comunidade. Tanto o trabalho da cozinha como o do forno eram considerados trabalhos oficinais, sendo este último um dos mais penosos» (BORGES, 1998: 51).

A cozinha do convento das clarissas situava-se no terreiro para onde dava a porta de carros. Corria paralela ao refeitório, situado no 1º piso da ala norte do edifício da fundação, e dele ficava separada por uma espécie de corredor.

---

31 S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100.

32 A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº7 B, fl.2.

Também paralelo à cozinha, mas a norte desta, ficava o corpo dos dormitórios novos, onde se situava o celeiro e diversas oficinas do convento.

No Tombo de 1703 refere-se a existência de um quintal velho com uma fonte de onde saía água para a «fonte da cozinha»[33]. Na descrição de 1858, diz-se que junto ao refeitório se encontra «um pátio com um tanque e a cozinha. Esta tem três fornos, quatro pias de pedra com carrancas de deitar água e uma mesa de pedra. Pegada à mesma, outra cozinha com fornalhas e uma fonte que dá água para a cozinha»[34].

Qual será a diferença entre forno e fornalha? O forno deve ser o velho forno da casa rural feito de pedra e barro e no qual se coze o pão e se assa o cabrito em dias especiais. Será a fornalha um forno de ar quente de menores dimensões? Talvez a fornalha corresponda ao fogão, com recipiente específico onde arde o combustível, sobre o qual se cozem os alimentos em recipientes sobre chama indirecta, e dentro do qual se assam os alimentos em fornalha de ar quente.

Através de um dos Livros de recibo e despesa (1751-1753), ficámos a saber que para alumiar a cozinha a serva desta despendia semanalmente um quartilho de azeite, enquanto que as servas do forno gastavam, meio quartilho se coziam uma vez por semana, e um quartilho se coziam duas vezes[35].

Também por este mesmo documento somos informados que na cozinha se colocaram «ripes» no «fogão» e «coche da cozinha» e que se consertaram as copeiras e armário da loiça[36] o qual possuía dobradiças e cadeado[37].

A partir do inventário de bens realizado em 1891, quando o convento foi encerrado, encontramos referidas diversas peças que devem dizer respeito à utensilagem usada na cozinha e no refeitório, alguma da qual deve ter relação directa com o fabrico de doces em que as clarissas vimaranenses eram exímias – dois açucareiros, vários alguidares, um aparelho do forno, dezoito bacias de cobre, várias bacias de barro, várias caixas para doce, quatro bules, diversos caixotes, casco de medida arcado de ferro, dois meios cascos, cesta pequena, várias chávenas com pires, pires soltos, crivos de pele e de arame, um engenho e dois engenhos de fazer doces, duas facas, duas gamelas, três garrafas de vidro, dois garrafões, dois jarros, duas leiteiras, diversa loiça vidrada, manteigueira, várias masseiras, uma panela de ferro, várias peneiras, um pipo de vinagre, pipos, potes de cobre, trinta e um pratos grossos, três pratos pequenos, uma rasa de medida, uma salgadeira, vários tabuleiros, uma taça de vidro, dois tachos de cobre, duas talhas, uma terrina e seis tigelas grossas[38].

Analisando as plantas do convento apercebemo-nos que não existia porta de comunicação entre a cozinha e o refeitório devendo, tal como o sugere Nelson Correia Borges no texto acima transcrito, fazer-se a passagem dos alimentos para as refeições através de uma das várias janelas existentes.

[33] Tombo das propriedades rendas e foros deste Convento de Santa Clara de Guimarães: Descrição do Convento de Santa Clara e partilha das águas existentes na sua cerca (1703). A.M.A.P., MC-30, fl. 8v.

[34] A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº7 B, fls. 1v-2.

[35] S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl. 31.

[36] S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl.75

[37] Idem, ibidem.

[38] A.N.T.T., Inventário dos bens móveis e de raiz do extinto Convento de Santa Clara (18 de Setembro de 1891). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1887, cap. 5, nº 16.

5.1.6 Celeiro

Continuando a seguir as «instruções» de Borromeo, o celeiro é o compartimento onde se armazenam as provisões alimentares: fruta, legumes, cereais, azeite, etc. Devia ser um compartimento muito limpo, de paredes caiadas e sem buracos para afastar os ratos. Devia ser fechado com duplo ferrolho e chave (BORROMEO, 1985: 101).

O celeiro das clarissas situava-se na ala mais a norte do convento, por baixo dos dormitórios novos e tinha pé direito duplo. Ficava entre os aposentos do sacristão e hortelão, que davam para o pátio, e a casa das criadas, que dava para o terreiro da cozinha.

Nos estatutos concedidos ao convento por Baltazar de Andrade, em 1562, determina-se «que haja celeiro em que se recolha todo o pão, vinho, azeite, vinagre, manteiga, toucinho e todos os legumes e rendimento que por qualquer via vier ter ao convento. E também haja uma arca em que esteja depositado o dinheiro que vier, para destas coisas e dele serem supridas as necessidades de todas. E para se melhor fazer, ao tempo que se ordenam as outras oficiarias se ordenarão duas religiosas, pessoas de crédito e bom saber em cousas de conta e fazenda que chamarão chaveiras ou depositárias» (MARTINS, 1952: 109-110).

Num dos «milagres» atribuídos à primeira abadessa, Madre Soror Helena da Cruz, conta-se que sua irmã, sendo vigária, a avisou de que não havia azeite, tendo a abadessa dito que sim, que havia. «Não replicou a vigária, porque tinha muitas experiências das mercês que Deus lhe fazia, e, dirigindo seus passos ao **celeiro**[39], viu que estava cheia daquele licor a mesma talha que ela deixara vazia» (SOLEDADE, 1709: 706).

5.1.7 Oficinas

Segundo Nelson Correia Borges as oficinas «eram divisões ou construções, por vezes de pequena dimensão, destinadas às diversas actividades práticas em que se deviam ocupar os religiosos nas horas apropriadas. (...) Nos mosteiros femininos preponderavam os lavores, que tanto podiam ter lugar em casas apropriadas como na cela, mirante ou cerca. O trabalho executado no forno, tulha, cozinha e refeitório eram também considerados de oficina» (BORGES, 1998: 51-52).

Nos Estatutos, o cónego Baltazar de Andrade refere as oficinas: «pus o edifício e oficinas deste mosteiro em modo que pudésseis nele viver» (MARTINS, 1952: 95-96), e a necessidade de realizar trabalho de mãos: «e para as coisas de vossas mãos se guardará a regra no capítulo 8 do exercício: E todos os dias, a campa tangida vos ajuntareis, da Páscoa até à nascença de Nossa Senhora, das duas depois do meio-dia até às três, e da nascença de N.ª Sr.ª até à Páscoa, da

[39] Sublinhado nosso.

uma até às duas. E fará cada uma o que lhe for encomendado e souber fazer, e tudo será para a comunidade e convertido no uso dela, e será presente alguma das Preladas a que se tenha respeito» (MARTINS, 1952: 109).

No convento de Santa Clara não sabemos a que outros trabalhos oficinais se dedicavam as religiosas para além daqueles que se prendiam com os executados na cozinha, refeitório e celeiro.

Entre as oficinas referidas na documentação compulsada, para além das que já particularizamos (cozinha e celeiro) encontramos: a «casa da lenha» (1703) (1858)[40]; a «casa da carne» (1752)[41]; «casinhas de arrumos» (1858)[42]; «vários alojamentos particulares» (1858)[43] e «galinheiro»[44].

5.1.8 Cárcere

Todos os conventos femininos deviam possuir um cárcere onde eram enclausuradas as freiras que se comportavam mal. Assim rezam os estatutos: «E mandamos e encomendamos às religiosas súbditas que guardem e tenham acatamento e reverência à perlada por respeito de seu ofício, posto que ela com sua humanidade e caridade dê contrária opinião. E que nenhuma seja ousada nas penitências responder, nem falar, nem replicar naquele auto, **sob pena de ser encarcerada se a culpa o merecer**[45], posto que depois com muita humildade e cortesia lhe possa dizer o que lhe parecer. Escusem perf[íd]ias e apostas e brados, cuidem que estão diante de Deus cujas vezes tem prelada. (...) E se alguma (o que Deus não queira) nisto for injuriosa a outra, ou lhe puser as mãos, **seja presa e esteja no cárcere**[46] sem véu preto e sem escapulário, até que pareça à abadessa, e a todo o convento, que deve ser perdoada. E será também absolta com o salmo Miserere mei Deus. E saibam que nem [a] abadessa, nem [a] mestra de noviças, nem outra alguma Prelada, pode pôr as mãos, nem dar castigo manual a nenhuma religiosa, senão aqueles castigos da Ordem e Regra» (MARTINS, 1952: 113-114). Dentro do cárcere as freiras podiam ainda ser presas com cadeias[47] e correntes.

Quando, em 1675, as freiras se amotinam, por causa da remodelação das grades dos lucutórios, à cabecilha, Madre Jerónima de Santa Teresa, o arcebispo manda-a «meter no tronco» (GUIMARÃES, 1893: 6-8).

Borromeo explicita que o cárcere se deve situar fora dos espaços conventuais mais frequentados e longe de habitações situadas nas imediações do convento (BORROMEO, 1985: 108).

[40] A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº7 B, fls. fl. 2v.

[41] S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl.179.

[42] A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº7 B, fls.fl.2.

[43] A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº7 B, fl. 1v.

[44] A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº7 B, fl. 2v.

[45] Sublinhado nosso.

[46] Sublinhado nosso.

[47] No convento feminino de Santa Rosa de Lima, em Guimarães, apareceu uma destas algemas. Foi oferecida ao Museu de Alberto Sampaio, pelo Sr. Torcato Ribeiro, que a encontrou na década de 1980, na cerca do convento.

Talvez o cárcere do convento de Santa Clara se situasse encostado à muralha. De facto, em 1752, pagou-se ao serralheiro por «uma fechadura e chave para a cela da casa do muro»[48], sessenta réis. Seria esta cela o cárcere?

5.2 Espaços privados ou de clausura

5.2.1 Portaria da clausura ou sala ladrilhada

A «entrada da particular» dava acesso à portaria da clausura, designada em 1858 como «uma sala ladrilhada e um altar». Através desta tinha-se acesso aos locutórios ou palratórios da fundação.

Provavelmente esta portaria tinha uma roda para serviço diário[49] (venda de doces, por exemplo). De facto, em 1722, as freiras despendem 1$440 réis «para os dois frontais e roda que se fez na portaria e se compraram umas tábuas»[50].

A partir deste espaço entrava-se na área de uso exclusivo das freiras. Desta sala tinha-se acesso a uma porta interior que dava para os locutórios ou palratórios, e a uma outra porta que dava acesso directo ao claustro.

Em 1858, é assim descrita: «na entrada da particular tem uma sala ladrilhada e um altar, dois locutórios, quatro rodas, dois raros»[51]. Pelo inventário dos bens, efectuado em 1891, ficamos a saber que este altar dispunha de três imagens de Cristo, uma das quais representava o Senhor dos Passos[52].

5.2.2 Locutórios, palratórios ou grades

Os locutórios ou palratórios são compartimentos, separados por grades duplas, através das quais as clarissas falavam com quem as procurava. Cada locutório era composto por dois repartimentos distintos: um, onde ficava a pessoa que vinha do exterior do convento e que a ele tinha acesso através da pátio interior; o outro com acesso apenas do interior do espaço de clausura e no qual ficava a clarissa. A separar estes dois repartimentos grossas paredes, com uma abertura larga isolada por grades duplas, uma do lado da clarissa, outra do lado do visitante. Entre estas grades era uso haver uma tela espessa ou um folha metálica com alguns furos a qual não permitia que a clarissa visse ou fosse vista por quem a visitava[53].

Aos locutórios ou palratórios também é vulgar, nos documentos conventuais, chamar-se «grades».

Sobre o motim que teve lugar neste convento por causa da reforma das grades do locutório, proposta pelo arcebispo D. Veríssimo Lencastre, em 1675, leia-se Oliveira Guimarães (GUIMARÃES, 1893: 6-8).

---

48 S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl.180.

49 Ainda hoje se pode observar as rodas da portaria do Convento das dominicas, em Guimarães.

50 A.M.A.P., Livro do recibo e despesa do Convento de Santa Clara de Guimarães (1722). MC-584, fl. 192.

51 A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº7 B, fl. 1v.

52 A.N.T.T., Inventário dos bens móveis e de raiz do extinto Convento de Santa Clara (18 de Setembro de 1891). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1887, cap. 5, nº 16, fl. 66v.

53 Vale a pena voltar a ler Borromeo e as instruções por ele dadas sobre a criação dos locutórios (BORROMEO, 1985: 96-97).

Ao locutório também era uso chamar «palratório». Este é o termo que consta do contrato assinado, em 1731, entre as clarissas e os mestres pedreiros Manuel Luís e Manuel da Costa (OLIVEIRA; OLIVEIRA 2001).

Associada ao locutório anda geralmente a «roda». A roda é uma espécie de cilindro vertical giratório e oco, em madeira, aberto em parte do seu perímetro, dentro do qual se colocavam documentos ou bens que se pretendiam enviar do interior para o exterior do convento ou o inverso[54]. Era seguramente através desta roda que as clarissas faziam sair os célebres doces que produziam: toucinho do céu, tortas, pessegada, perada, marmelada, confeitos, morcelas doces, arroz doce, colondro, laranja doce (GUIMARÃES, 1892: 202-203).

Existiam no convento seis «locutórios»: os locutórios velhos ou da fundação, em número de dois, e os locutórios novos, construídos aquando do aumento do edifício conventual, no final da 1° metade do séc. XVIII, em número de quatro. A ambos os locutórios se tinha acesso a partir do pátio interior.

Os locutórios velhos, ou seja os mais antigos, situavam-se no edifício da fundação e eram dois. A eles os visitantes acediam através de uma sala com comunicação directa para o pátio interior, existindo aí dois locutórios e duas rodas. As freiras acediam aos locutórios de dentro do espaço de clausura, numa sala anexa à portaria da clausura.

Em 1722 as freiras dispendem 2$800 réis «para as rodas dos palratórios baixos»[55].

No final da 1° metade do séc. XVIII, as freiras têm necessidade de ampliar o edifício conventual criando novos dormitórios, por cima do edifício onde se localizava a casa do capelão, celeiro, etc. Para ter acesso a este espaço sem abandonar a clausura as clarissas viram-se obrigadas a criar um corpo de ligação[56] entre o edifício da fundação e a nova ala colocada por cima das dependências atrás referidas. É neste corpo de ligação entre os dois edifícios (o qual limita o pátio interior a nascente) que se situa a porta de carros e os locutórios novos. Estes ficavam no 2° piso tendo os visitantes acesso a eles através de umas escadas, havendo quatro saletas a que correspondiam quatro locutórios e respectivas rodas. As freiras tinham acesso a estes a partir do espaço de clausura, e através do corredor de circulação entre os dormitórios novos e o edifício da fundação.

Sabemos que, em 1751, as freiras mandaram fazer treze grades, sendo «uma para o espelho do corredor dos locutórios»[57]. Para aformosear e melhorar as condições destes novos locutórios, as freiras adquiriram, em 1753, no Porto, oito esteiras, uma para cada saleta dos visitantes e freiras: «em Setembro vieram do Porto nove esteiras. A saber, uma para o coro baixo, e para as grades novas, oito: quatro para dentro e quatro para fora. Custaram 2$300 réis, e dois tostões o carreto»[58]. Em 1722, sabemos que despendem 1$300 réis com a aquisição de «cinco [esteiras] para os palratórios»[59].

[54] A propósito das rodas, sua construção e características leia-se Borromeo (BORROMEO, 1985: 99).

[55] A.M.A.P., Livro do recibo e despesa do Convento de Santa Clara de Guimarães (1722). MC-584, fl. 119.

[56] Através da documentação compulsada ficamos sem saber se este corpo de ligação entre os dois edifícios já existia antes das grandes obras dos novos dormitórios.

[57] S.M.S, Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl. 82.

[58] S.M.S, Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl. 204.

[59] A.M.A.P., Livro do recibo e despesa do Convento de Santa Clara de Guimarães (1722). MC-584, fl. 122.

No documento de 1858 são assim descritos, os locutórios velhos: «na entrada da particular tem uma sala ladrilhada e um altar, dois locutórios, quatro rodas, dois raros» e os novos: «há um corredor com quatro locutórios cada um com uma saleta, e tem uma janela grande, e quatro mais pequenas»[60].

5.2.3 Sala capitular ou «de profundis»

Depois de se entrar na portaria da clausura tinha-se acesso ao claustro, onde se situavam espaços importantes da vida da comunidade. Um desses espaços era a sala do capítulo, também designada sala «de profundis» por nela se cantar o «De Profundis». Aí se reuniam as clarissas para discutir assuntos relacionados com a vida da comunidade.

Era nesta sala que: as noviças e professas se juntavam, todas as sextas-feiras – «que não sejam Santos de guarda» –, para «dizer suas culpas», numa organizada cerimónia pormenorizadamente descrita nos estatutos de 1562 (MARTINS, 1952: 113); a abadessa reunia com todas as religiosas, três vezes por ano, para «tomar os votos em Capítulo», e ouvir a que a comunidade tinha a dizer sobre a aceitação, ou não, de uma noviça como professa (MARTINS, 1952: 99); as religiosas se juntavam, antes das refeições, para dizerem suas culpas, cantarem e seguirem, por ordem, duas a duas, para o refeitório (MARTINS, 1952: 110). A partir da leitura deste texto entende-se que a sala capitular ficava próximo do refeitório, o que de facto assim sucede – à sala capitular tinha-se acesso através do claustro e, por sua vez, esta dava acesso ao refeitório.

As normas estabelecidas por Borromeo, em 1577, em Itália, para a sala capitular dos conventos femininos, correspondem às seguidas na sala capitular das clarissas vimaranenses: de formato quadrado, com pouca luz (só existiam duas frestas elevadas)[61], com bancos a toda a volta[62] e um altar (MARTINS, 1952: 113). Só não sabemos se, como sugere Borromeo, esta sala era decorada com pinturas.

5.2.4 Refeitório

O refeitório situava-se no rés-do-chão. Acedia-se a este espaço pelo claustro, entrando-se na sala do capítulo e, a partir desta no refeitório.

A partir do documento de 1858 ficámos a saber que o refeitório tinha «capacidade para grande comunidade mas acha-se muito deteriorado»[63].

Segundo Borromeo, que vimos citando, o refeitório devia ter amplitude para caberem todas as monjas e outras que pudessem vir de visita. Devia ser ornado, na cabeceira, com imagens sacras e possuir um púlpito, disposto no centro da

---

60 A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº7 B, fl. fl.1v.

61 A porta que aparece indicada na planta de 1891 não nos parece ser da fundação do convento.

62 Na planta de 1891, ainda são visíveis os bancos. Hoje esta sala funciona como bar da Câmara Municipal de Guimarães.

parede, donde se lessem as sagradas leituras. Devia ser bem iluminado por janelas e ter anexa uma adega (BORROMEO, 1985: 107). O convento das clarissas vimaranenses seguia estes preceitos, excepto a adega que não se situava junto ao refeitório. Também desconhecemos que imagens sacras decorariam este espaço. Apenas sabemos que, em 1722, se paga o «conserto da caldeira e bacia do refeitório» e que se adquiriram «toalhas para as mesas do refeitório»[64].

Em 1751, as clarissas pagavam a uma lavadeira «que lava a roupa da sacristia e da loja, forno e cozinha, e refeitório»[65], 4$000 réis.

Através dos estatutos deixados pelo Cónego Baltazar de Andrade, sabemos de que modo era utilizado o refeitório: «E se terão as mesas do Refeitório limpas e o mais que convém com abastança e limpeza. Para que saibais a ordem que deveis ter em vir ao refeitório, ordeno que em todo o tempo do ano jantem e ceiem às horas que pelo convento forem ordenadas, de maneira que fiquem as do ofício divino e da regra e destes estatutos em primeiro lugar. E tangida a campa a comer ajuntem-se todas no Capítulo e, ditas as culpas, comece a presidente em tom baixo o salmo *De profundis*. (...) e feito o sinal com a campainha, se vão ao refeitório duas a duas, em ordem, e começando das noviças e mais moças, e dentro destas postas em coro diga a cantora *Benedicte*, com a benção do ordinário segundo o tempo. E assentadas comece a leitora a lição da mesa. E ditos um par de versos a presidente faça sinal e comecem a comer em silêncio, e composta, e acabará a leitora sua lição. Comerá cada uma *per si* e não duas num prato. E acabada a mesa fará a abadessa sinal, e a leitora dirá: *Tu autem* com as graças. E se irão ao coro com o *Miserere mei Deus*. E os dias que ceiam dirão *Laudatem Dominum omnes gentes*, e a todas as graças no Refeitório, e em silêncio irão ao coro dizer *Pater Noster* e *Ave Maria*. Item nos dias de colação tangida a primeira das completas ajuntar-se-ão no Capítulo e dito o *De Profundis* entrarão no Refeitório, em ordem. E assentadas dirá a leitora *Jube domine benedicere* e a Domaira dirá *Noctem Quietam*. Responso *Amen*, a leitora dirá a capítula da *Noa* daquele dia e em fim dela *Benedicte*. E a Domaira: *potum charitatis benedicat dextera Dei patris*. R. Amen, e farão a colação e a leitora se sentará, também ela, e acabada, se levantará e dirá *fratres sobri stote et vigilate*, e *tu autem*. R. *Deo gratias*. E com *Miserere mei Deus* rezado se vão ao coro. E entretanto a sacristã tanja a segunda e digam as Completas (MARTINS, 1952: 110-111).

A partir do inventário de bens realizado em 1891, aquando do encerramento do convento há referência a alguma loiça que talvez fosse utilizada no refeitório: açucareiros, quatro bules, várias chávenas com pires, pires soltos, duas leiteiras, diversa loiça vidrada, manteigueira, trinta e um pratos grossos, três pratos pequenos, uma terrina e seis tigelas grossas[66].

[63] A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº7 B, fl. 1v.

[64] A.M.A.P., Livro do recibo e despesa do Convento de Santa Clara de Guimarães (1722). MC-584, fl. 184 e fl. 187.

[65] S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753). BS 1-7-100, fl.56.

[66] A.N.T.T., Inventário dos bens móveis e de raiz do extinto Convento de Santa Clara (18 de Setembro de 1891). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1887, cap. 5, nº. 16.

Ainda hoje é possível ver no antigo refeitório, local onde actualmente funcionam serviços da Câmara, o púlpito no qual a freira leitora procedia às leituras durante as refeições.

Não existia uma porta de ligação entre o refeitório e a cozinha. A passagem dos alimentos de um local para o outro devia ser feito através de uma janela ou de uma roda. Diz Nelson Correia Borges que «a cozinha encontra-se quase sempre anexa ao refeitório, com que comunica através de um postigo para a passagem dos pratos» (BORGES, 1998: 51).

5.2.5 Capelas e oratório do claustro

No claustro existiam três capelas e um oratório, que se localizavam na ala sul. Nesta ala ficava também a «porta fronha»[67] que dava acesso ao campo de Massarico e que sabemos já existir em 1703. No entanto, a padieira desta porta contém a seguinte legenda: «Anno 1735. Sendo Abb.ª a M.e Soror Catharina da Trindade e escrivã a M.e Soror Maria de Nasaré. José Moreira a fes.» (GUIMARÃES, 1892: 190).

Se olharmos para a planta do edifício apercebemo-nos que as capelas são posteriores à construção do edifício primitivo. Em 1703 estas não são referidas (apenas se refere a «porta fronha»), mas, em 1858 menciona-se que o claustro tem «três capelas e um altar».

Será que estas capelas foram feitas por volta da década de 30 do século XVIII? De facto, o padre Caldas refere que «as capelas e as naves do claustro foram benzidas em 1737» (CALDAS, 1996: 327).

No inventário de 1891, também são referidas as três capelas e o oratório, bem como o seu recheio. Por estes documentos ficamos a saber que existia:

Espaço	Quantidade	Designação
Capela de Nossa Senhora da Boa Morte	1	N.ª Sr.ª da Boa Morte, em um dossel
Capela de Nossa Senhora da Piedade	1	N.ª Sr.ª da Piedade e seu amado Filho
	1	Senhor Morto
Capela do Senhor dos Santos Passos	2	Anjos ceriais
	1	Senhor dos Passos, em um dossel
Oratório do claustro	1	Crucificado, em tamanho natural

[67] Tombo das propriedades rendas e foros deste Convento de Santa Clara de Guimarães: Descrição do Convento de Santa Clara e partilha das águas existentes na sua cerca (1703). A.M.A.P., MC-30, fl.8

Em 1752, a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte, foi pintada[68].

5.2.6 Enfermaria e botica

Em 1731, através da leitura de dois contratos notariais – um assinado entre as clarissas e os mestres pedreiros Manuel Luís e Manuel da Costa e o outro entre as clarissas e o carpinteiro Jerónimo Lopes (OLIVEIRA; OLIVEIRA 2001) –, ficámos a saber que a enfermaria se situava no 2º piso, no sobreclaustro, na ala poente, por cima da sacristia aí se tendo efectuado, nesse ano, grandes obras de ampliação e remodelação.

De facto, o documento de 1703 informa que «tem a sacristia, de nascente a Poente, medida por dentro, oito varas, e de largo três e meia»[69], mas, se medirmos a sacristia tal como é representada na planta de 1891 vemos que é maior. Ou seja, em 1731, para além de a terem rebaixado também a alargaram.

O contrato com os mestres pedreiros obrigava a rebaixar a sacristia e enfermaria «vinte e sete palmos», de modo a que se abrissem duas janelas na parede da enfermaria que dava para a capela-mor, podendo deste modo as freiras doentes assistir à missa e comungar. Também para o efeito, na capela-mor foram construídas umas escadas às quais o capelão subia para dar a comunhão às freiras doentes.

É interessante transcrever o que se diz, no capítulo 13º dos estatutos do convento, a propósito da enfermaria e botica: «Deve a abadessa com as discretas de prover acerca da enfermaria que seja no mais conveniente lugar de toda a casa e no mais desabafado e alegre que possa ser e que tenha janela para o Norte. Em que haja toda provisão necessária de botica, de maneira que se escuse de ir a ela, mandando no tempo estilar suas águas e fazer açúcar e mel rosado e algumas outras coisas que comummente se não acham na botica em perfeição, e ter sempre sobresselente açúcar e mel, e alguma especiaria e óleos comuns».

O estatuto define também as qualidades que devia ter a enfermeira.

Sabemos, através da Crónica Seráfica, que quer o Físico quer o sangrador entravam no convento quando era necessário assistir às religiosas enfermas (SOLEDADE, 1709: 708). Em 1692, nas despesas vem assinalada a verba gasta com as «servas que se sangraram» e com o médico e sangrador (GUIMARÃES, 1892: 201 e 202).

Quando se analisa a planta de 1891, correspondente ao local onde se situava a enfermaria, quer-nos parecer que esta era constituída por uma sala grande e cinco celas. Ou será que a enfermaria se limitava à sala grande?

Quanto ao local da botica ou farmácia os documentos nada nos dizem. Seria junto da enfermaria?[70]

---

[68] S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl. 158.

[69] Tombo das propriedades rendas e foros deste Convento de Santa Clara de Guimarães: Descrição do Convento de Santa Clara e partilha das águas existentes na sua cerca (1703). A.M.A.P., MC-30, fl.8.

[70] A propósito da localização e estrutura da botica conventual feminina veja-se o que a propósito escreve Borromeo (BORROMEO, 1935: 101-102).

5.2.7 Sobreclaustro

O sobreclaustro situava-se por cima do claustro. A ele se tinha acesso através de duas escadas, que do claustro davam acesso a este e se situavam, uma na ala nascente e outra na ala poente.

O sobreclaustro era um espaço de distribuição para os dormitórios, as latrinas exteriores (às quais se tinha acesso saindo por uma porta situada na ala norte do sobreclaustro), a enfermaria, o coro alto, o mirante e a torre sineira.

No topo sul do claustro existia um corredor, designado pelas freiras «varanda». Esta varanda teve obras em 1722: «fizeram-se onze grades de ferro que se puseram nas janelas que ficam para a varanda», gastando uma determinada verba quer em «pregos, chaves fechaduras e mais ferramenta», quer em pagar o trabalho de colocação daquelas ao mestre André da Costa[71].

5.2.8 Dormitórios *velhos*

Os dormitórios velhos, que assim decidimos designar por oposição aos dormitórios construídos em Setecentos, situavam-se no corpo primitivo do convento. No documento de 1858 que vimos consultando são designados «dormitórios da fundação do convento». Trata-se de três dormitórios situados no 2º piso. O maior, orientado de Poente para Nascente, ou seja na ala norte do sobreclaustro, tinha doze celas, com dezassete janelas, talvez assim distribuídas[72]: oito viradas a Poente, oito a Sul e uma, a «janela conventual», virada a Nascente. No topo poente deste dormitório havia uma porta que dava acesso ao coro de cima. Os outros dormitórios estavam orientados de Norte para Sul. Um ficava na ala nascente e tinha seis janelas para Este, correspondendo a quatro celas, e cinco janelas para poente, correspondendo a um grande dormitório não dividido[73]. Este dormitório pequeno dava para uma varanda «espaçosa» sobre o claustro, «firmada sobre colunas de pedra fina». O terceiro dormitório ficava na ala poente do sobreclaustro e era constituído por cinco celas. Ou seja, nos dormitórios velhos existiam 20 celas e 1 dormitório grande não dividido em celas. Isto se excluirmos o dormitório da ala poente do claustro pois parece-nos que andaria relacionado com a enfermaria.

O documento de 1858 também informa que «o tecto e o solo deste claustro está muito deteriorado, bem como os dormitórios da fundação estão velhos, bem assim as celas». Sobre os dormitórios velhos é interessante notar que as celas estavam apetrechadas com «fogões», serviam para aquecimento ou para cozinhar?

No início do convento, e de acordo com a regra, não era possível às freiras dormirem em celas separadas. Segundo reza nos estatutos da fundação «depois de recolhidas as freiras ao dormitório [a] abadessa verá os leitos se estão todas

---

71 A.M.A.P., Livro do recibo e despesa do Convento de Santa Clara de Guimarães (1722). MC-584, fl. 62.

72 Refira-se que o texto aqui é pouco explícito. A sua leitura dá a entender que este dormitório tem janelas viradas a Norte e 17 janelas viradas a Sul. É sem dúvida um erro. O total das janelas são 17, sendo, provavelmente, 8 viradas a Norte, 8 viradas a Sul e uma, designada como «janela conventual», virada a Nascente. Não é possível, conhecendo-se o edifício, a existência de um dormitório com 17 janelas viradas a Sul! Coteje-se a redacção do texto referente a este dormitório com a descrição do dormitório que se segue. Neste se faz referência à existência de 9 janelas, sendo 5 viradas a Poente e quatro a Nascente.

73 Também aqui há diferença entre a planta de 1891 e o texto de 1858: neste, afirma-se que apenas há nove janelas de cela, sendo cinco para poente e quatro para o Nascente.

neles, e estando, faça um sinal e logo se porão todas de joelhos com o rosto para o meio do dormitório e dirão juntamente: *Benedicte mater*. E a abadessa dirá: *Noctem quietam*, etc. E lhes lançará água benta, e cada uma se levante e deite dizendo: *In pace in idipsium dormiam et requiescam*, consigo só, e dirá o mais que tiver por devoção» (MARTINS, 1952: 102-103).

É também interessante verificar o que constituía o leito de cada freira. Nos Estatutos, diz-se que «se não pode boamente passar esta vida humana sem ser apontada e sustida com as cousas necessárias», permitindo-se, por isso, que cada freira para além «do enxergão possa haver um colchão ou dois de lã, com seus chumaços de pena ou lã, e seus cobertores brancos e cortinas de estopa sobre seus leitos rasos. E quanto aos lençóis, e camisas, e calçado, entendo prover de fora destes estatutos, como parecer mais ao Serviço de Nosso Senhor, considerando a novidade da casa e o estado presente deste mosteiro» (MARTINS, 1952: 102-103).

No inventário de bens realizado em 1891, aquando do encerramento do convento, são referidos vários armários, sem especificar para que serviam. Talvez, existissem um armário na cela de cada religiosa. Neste inventário é também referida a existência de: dois bancos de cama e uma escada de cabeceira; alguns baús; sendo um de couro, duas camas, sendo uma à francesa; uma coberta de linho ordinária; um cobertor; dois colchões, sendo um de folhelho e outro de palha; uma cómoda e um travesseiro[74]. Talvez estas camas fossem as usadas pelas duas últimas religiosas que se mantiveram no convento.

5.2.9 Dormitórios *novos*

Os novos dormitórios, localizados no 3º e 4º pisos[75], orientados de Poente para Nascente, foram construídos no século XVIII e situavam-se no corpo construído em último lugar, por cima da sobreloja onde se situava a casa do capelão, o celeiro, a «casa das criadas da comunidade» e as «casinhas de arrumos».

A ligação a estes novos dormitórios fazia-se através do corpo que unia o edifício antigo com o novo, o qual delimitava o pátio a nascente. Aos dormitórios se acedia através do claustro, atravessando o corredor dos novos locutórios.

Entrados nesta nova ala deparava-se um salão que funcionava como espaço de distribuição, quer para o 4º piso, ao qual se acedia por meio de escadas, quer para os dormitórios que se distribuíam uns à esquerda, 5 celas, e outros à direita, 7 celas mais uma cozinha pequena.

O terceiro piso permitia, no topo sul, a ligação à galeria, orientada norte/sul, com 5 janelas para o terreiro e outras

[74] A.N.T.T., Inventário dos bens móveis e de raiz do extinto Convento de Santa Clara (18 de Setembro de 1891). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1887, cap. 5, nº 16, fl. 5.

[75] Não nos esqueçamos que neste corpo norte do claustro existem quatro pisos: um piso térreo, um 2º piso, que é uma «sobreloja», e um 3º e 4º piso, estes últimos correspondentes aos dormitórios novos. A ligação entre o edifício antigo, que tem dois pisos, e o edifício novo dos dormitórios faz-se ao nível do 2º piso do edifício antigo e 3º piso do edifício novo. É necessário que se tenha consciência desta diferença de quotas para que se entenda a necessidade das escadas que permitem estabelecer a ligação entre o edifício antigo e o novo corpo.

5 para o pátio interior. A galeria ligava directamente ao coro de cima, permitindo deste modo que as freiras usufruíssem de uma ligação directa entre os dormitórios novos e o coro de cima. O 4° piso reproduzia o mesmo esquema do 3° piso: um salão dava acesso, à esquerda, a cinco celas, à direita, a 7 celas e a uma sala com altar.

No total os dormitórios novos contavam com 20 celas no 4° piso e mais 12 no 3° piso, perfazendo, portanto, 32 celas.

Desconhecemos a data de início da construção dos novos dormitórios, portaria e locutórios. Mas sabemos que, quando a 2 de Maio de 1747, D. José de Bragança visitou o convento das clarissas, já as obras nestes três espaços tinham começado. Assim reza o documento: «examinada a interior grandeza dos claustros, primor das capelas, formosa extensão do cerco e forma dos antigos dormitórios, teve gosto de ver a continuação do dormitório novo, que a toda a pressa se continuava por ideia de S. A. que achou desempenhadas na presença das direcções, que (estando em Braga) tinha mandado para construção daquela bem delineada fábrica, e dando arbítrios dignos de sua especial inteligência para continuação da notável portaria, e amplas grades, e proporcionados palratórios...» (CAMÕES, 1749: 30).

Pelo menos entre 1751 e 1753, ainda havia obras no corpo dos dormitórios novos, pois nos livros de recibo e despesa são apontados vários gastos. Em 1751, fizeram-se obras na sobreloja tendo-se criado a «casa para as servas dormirem», a sala de despejos (relacionada com as latrinas), a loja para a lenha e «capoeiras de galinhas». O dormitório do 3° piso foi soalhado, tendo-se colocado portas, numa sala, e janelas e grades, nas celas. No dormitório de cima (4° piso) colocaram-se grades «que ainda as não tinham»[76]. Em 1752, gastou-se, em obras no dormitório novo 101$875 réis[77]. E, em 1753, transitam para o ano seguinte alguns materiais destinados a completar obras no dormitório novo[78].

[76] «com a parede de perpianho que se fez nas lojas do dormitório novo, para as oficinas do convento, e uma calçada para passarem os carros: em pedraria e jornais dos pedreiros, e carreiros da pedra, e de tirar para fora grande quantidade de terra, e trabalhadores que a cavaram e com a aguçadura de picos e ferros de fogo, e pólvora para quebrar a pedra, e cal e tijolo, para repartimento da casa das servas, 97$435 réis»; «Dormitório baixo que estava principiado, soalhou-se, fizeram-se as portas da casa que tem no fim, e janelas das celas e grades para as ditas janelas; e também grades para as celas do dormitório de cima, que ainda as não tinha. As lojas se repartiram em oficinas que eram precisas, a saber: casa para as servas dormirem, e uma loja para armários, de despejos das religiosas, outra loja para [...] de lenha, e capoeiras de galinhas: travejou-se em duas ordens até ao fim, comprou-se se madeira para estas obras, a seguinte (...)». Nesta obra trabalharam os seguintes mestres carpinteiros: Jerónimo Antunes (e o seu oficial Luís), José Francisco, Manuel Francisco e Domingos Rosado; «tem-se feito ao presente ano, treze grades, a saber: uma para o espelho do corredor dos locutórios, doze para as celas, seis para o dormitório de cima e seis para o debaixo, que agora se faz. Tem as fêmeas destas mil e doze furos, cada um a preço de 15 reis. Somaram 11180 réis» (S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100).

[77] S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100. fl. 183.

[78] «Rol do que fica para o novo triénio: cal, toda que era necessário para se acabar a obra do dormitório novo. Ferro, fica em casa do serralheiro, nove arrobas e meia, e meio arrátel para algumas janelas que ainda não estão feitas em os dois salões do fim dos dormitórios. As das celas já cá estão todas. Mais o forro que acharam os oficiais ser necessário para forrar o corredor do dormitório que se fez» (S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl.210).

5.2.10 Latrinas

Segundo Borromeo, o qual temos vindo a citar, as latrinas deveriam situar-se junto aos dormitórios, em sítio resguardado e bem isolado de modo a que não ficasse ao alcance da vista nem permitisse a saída de cheiros incómodos. Cada latrina devia ser isolada da seguinte de modo a que cada utilizadora não visse nem fosse vista pelas outras (BORROMEO, 1985: 104).

Sabemos, através do documento acima referido, que por baixo dos dormitórios novos, ao nível da sobreloja existia o repartimento dos despejos, ou seja, muito provavelmente a divisão onde iam cair os dejectos das freiras provenientes do 3º e 4º pisos dos dormitórios.

Quanto às latrinas dos dormitórios velhos, sabemos, através da planta de 1891 (2º piso), que existiam fora do edifício, encostadas à muralha, a elas se tendo acesso através do topo nascente da ala norte dos dormitórios velhos. Será que sempre foram aí, fora do edifício conventual propriamente dito? Se atentarmos no documento de 1703, o qual temos vindo a citar, aí se refere a «casa das necessidades defronte do refeitório»[79]. Será esta casa das necessidades a casa das latrinas? De facto, ambas as designações correspondem ao mesmo espaço.

5.2.11 Galeria

Por cima da portaria, ou seja na ala poente do edifício e que dava para o terreiro de Santa Clara existia uma galeria com cinco janelas grandes com grades de ferro a dar para o terreiro, e outras tantas janelas a dar para o pátio. Esta galeria permitia a ligação entre o 3º piso dos dormitórios novos e o coro alto. Não sabemos se funcionava apenas como local de passagem ou se também tinha outras funções. Nelson Correia Borges considera a galeria e o mirante como espaços de lazer (BORGES, 1998: 44-45).

5.2.12 Dormitórios das noviças

Desconhecemos onde se situava o dormitório das noviças. Mas, dado que o único dormitório comum, ou seja, onde não existem celas separadas é o que se situa no sobreclaustro, na ala nascente, somos levados a pensar que este talvez aí se situasse. Borromeo informa que a escola das noviças se deve situar um pouco afastada dos espaços mais utilizados pelas freiras, devendo o único espaço comum a todas ser a Igreja (BORROMEO, 1985: 104 e 106).

[79] Tombo das propriedades rendas e foros deste Convento de Santa Clara de Guimarães: Descrição do Convento de Santa Clara e partilha das águas existentes na sua cerca (1703). A.M.A.P., MC-30, fl. 8.

5.2.13 Guarda-roupa

Também desconhecemos onde se situava este compartimento destinado a guardar a roupa das freiras. Será que existiu?

Borromeo estabelece que cada convento feminino deveria ter um espaço comum destinado a guardar a roupa da comunidade, organizado de modo a que houvesse um espaço para a roupa de lã, outro para a de linho e finalmente um outro para a roupa de cama. Os armários deviam ser devidamente adaptados a estes fins (BORROMEO, 1985: 105).

5.2.14 Cartório

O cartório era o espaço destinado a guardar os livros ligados à administração do convento: estatutos, tombos de propriedades, livros de receita e despesa, etc.. Esta documentação podia ser guardada numa sala ou numa simples arca.

Nos estatutos quinhentistas do convento faz-se referência a essa arca, a chamada «arca do cartório» ou «arca do depósito» que tanto servia para depositar o dinheiro como para guardar quer os livros de recibo e despesa, quer o livro com o nome das freiras que professavam no convento (MARTINS, 1952: 100), quer ainda o «livro em que estejam atombadas as propriedades que a casa tiver e os títulos das igrejas e provisões e herdamentos, e tudo o que se houver de guardar para perpétua memória» (MARTINS, 1952: 110). Esta arca era fechada com três chaves sendo responsável por cada uma delas, a abadessa e duas religiosas, «pessoas de crédito e bom saber em coisas de conta e fazenda», designadas chaveiras ou depositárias (MARTINS, 1952: 109). Esta arca só podia ser aberta na presença das três religiosas.

Com o passar dos anos e a ampliação do convento, é possível que para além da arca, onde se continuaria por certo a guardar o dinheiro, houvesse um espaço – o cartório –, onde se arquivariam os muitos livros de recibo e despesa e os tombos de propriedades. No livro de recibo e despesa do convento (1751-1753) assinala-se, em 1753, a compra de «três livros para os papéis do cartório»[80]. Infelizmente não sabemos onde este se situava.

5.2.15 Mirante

O mirante, que segundo Nelson Borges Correia terá surgido a partir da década de 1630, era um espaço de recreio para as religiosas. Situado num ponto alto do convento, por cima do coro alto, era rodeado de janelas a toda a volta. Já existia em 1703[81], e, em 1858, é assim descrito: «pela parte superior do coro há um mirante espaçoso com grades para o terreiro e para todos os outros lados»[82].

---

[80] S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl. 204.

[81] Tombo das propriedades rendas e foros deste Convento de Santa Clara de Guimarães: Descrição do Convento de Santa Clara e partilha das águas existentes na sua cerca (1703). A.M.A.P., MC-30, fl.8.

[82] A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº7 B, fl. 2v.

O abade de Tagilde, em 1892, informa que nos dois cunhais do mirante se encontravam apostas as armas dos Farias de Andrade (GUIMARÃES, 1893: 13).

5.2.16 Cemitério

Normalmente os enterramentos faziam-se no claustro. Assim deve ter sido no Convento de Santa Clara, desconhecendo-se, no entanto, documentação que o ateste. Pela Crónica Seráfica ficámos a saber que as três primeiras abadessas foram enterradas no «coro inferior» ou coro de baixo[83] (SOLEDADE, 1709: 707, 709 e 711).

Sobre os hábitos de enterramento é interessante transcrever o que se diz na Crónica Seráfica sobre o passamento de Madre Soror Paula dos Santos, natural de Lisboa: «preparada finalmente para a hora que desejava, oito dias antes vestiu o hábito, que por enferma havia despido, rogou que a sepultassem com as contas ao pescoço, e com as Horas de N[ossa] Senhora sobre o peito» (SOLEDADE, 1709: 714).

É também vulgar que a virtude das abadessas e demais freiras falecidas continuasse a ser comprovada às monjas vivas através dos odoríferos cheiros emanados das suas sepulturas. Assim sucedeu com a primeira abadessa Helena da Cruz: «foi seu corpo sepultado no coro inferior, e advertiram as religiosas que cheirando mal a terra, por causa da humidade no tempo em que fizeram a cova, quando depois a tornaram a abrir para o enterro de sua irmã e sucessora, saíam respirações tão odoríferas, como se nela estivessem juntos muitos aromas preciosos» (SOLEDADE, 1709: 714). Também a Madre Justa de Jesus, foi «religiosa venerável nos actos da vida, e opinião da morte, a qual confirmou o céu, derivando da sua sepultura fragâncias tão notáveis que os vizinhos do mosteiro, sentindo-as em suas casas, concorriam a ele a informar-se da maravilha» (SOLEDADE, 1709: 715).

5.3 Igreja e espaços associados

5.3.1 Igreja

Sabemos que a igreja se situava no tramo poente do edifício, orientada de Sul para Norte, ficando a capela-mor a Sul. No topo norte da igreja ficavam os dois coros: o coro alto e o coro baixo. Sobre o coro alto existia um mirante. A igreja possuía uma única porta a dar para o terreiro, cujo padieira tinha gravada a data de 1561 (CRAESBEECK, 1726: 146).

As normas prescritas por Borromeo informam que a igreja só deveria ter uma nave e não necessitava de capela-mor. Terá sido assim na fase inicial do convento das clarissas? Se analisarmos a planta verifica-se que a «cabeceira» do

[83] Veja-se mais informações no capítulo respeitante aos coros alto e baixo.

corpo da igreja de uma só nave alinha com a parede poente do claustro, formando deste modo um rectângulo perfeito. A capela-mor, tal como a conhecemos através da planta de 1891, sai fora deste rectângulo, sendo uma espécie de prolongamento. Será que as obras referidas por Oliveira Guimarães e que terão decorrido em 1605, foram para reedificar ou para acrescentar a capela-mor?[84] De facto, este autor informa que, nesse ano, através de contrato estabelecido entre o desembargador Gonçalo Faria de Andrade e as freiras, a capela-mor foi reedificada, tendo sido mestre pedreiro Pero Afonso de Amorim (Guimarães, 1893: 12-13). Antes dele, em 1726, também Craesbeeck refere o dito desembargador, «juiz dos feitos d'El Rei na Relação e Casa do Porto», afirmando que este ofereceu as imagens e as relíquias que o convento possuía e que para aí foram levadas, em 2 de Fevereiro de 1605, em solene procissão (CRAESBEECK, 1726: 146-147).

No tombo de 1703 diz-se que «tem esta igreja, na capela-mor um retábulo dourado com o Santíssimo Sacramento, com Santa Clara, da parte da Epístola, e, do Evangelho, São Francisco, e mais imagens por cima. Nos altares colaterais, da parte da Epístola, está um [retábulo] com a imagem de São João Baptista, e, no do Evangelho, a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Tem esta igreja de comprido, de Norte a Sul, vinte e sete varas, e de largo, de Nascente a Poente oito varas, e de largo, na capela-mor quatro varas e duas terças. Está toda azulejada, com dois confessionários com duas portas para a igreja, e a porta principal, e com suas grades de ferro na capela-mor, e púlpito, e umas grades onde tomam a comunhão, e, no coro de cima três grades para a igreja, e seu mirante por cima para o terreiro com grades à roda»[85].

Em 1726, Craesbeeck também descreve esta igreja: «a capela mor, que fica para Sul, a divide um arco de pedra lavrada sobre o qual está por remate uma imagem de Nosso Senhor Crucificado, com as imagens de Nossa Senhora e o Evangelista nos lados; cada uma destas imagens é muito bem estofada. Da parte do evangelho, deste arco, está o altar de Nossa Senhora da Conceição, que era do morgado que instituiu Brás de Leiva Prego (...). Da parte da Epístola, fica a capela de S. João Baptista, e uma e outra capela fabricam as religiosas com todo o primor e asseio. A capela-mor é muito bem aparamentada e dourada, e nela está uma imagem da Assunção de Nossa Senhora, por ser este mosteiro dedicado com os títulos de – Ara caeli e Assunção da Rainha dos Anjos Maria Sanctíssima» (CRAESBEECK, 1992, I: 146).

Sabemos, através dos notariais, que, entre 1731 e 1739 (OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2001), as freiras realizaram importantes obras na igreja. Ampliaram a capela-mor, em comprimento e em altura, fizeram obras de pedraria na enfermaria e na sacristia. Na enfermaria as obras efectuadas tiveram como finalidade permitir que as freiras doentes

[84] Diz o abade de Tagilde: «um irmão deste [Bartolomeu Faria de Andrade], o desembargador Gonçalo Faria de Andrade, contratou com as freiras, por escritura de 2 de Março de 1605, reedificar-lhes a capela-mor da igreja, cedendo-lhe estas o padroado da mesma capela-mor; em 1 de Junho do mesmo ano ajustou a factura da obra com o mestre pedreiro Pero Afonso de Amorim» (Guimarães, 1893: 12-13)

assistissem à missa e comungassem. Para o efeito foram rasgadas duas frestas para que daí pudessem assistir ao ofício divino, e colocadas umas escadas de acesso à tribuna para que pudessem comungar. A igreja foi também ornada com talha policromada, na capela-mor e em dois altares laterais colocados junto ao arco cruzeiro.

Na descrição de 1858, sobre a igreja explicita-se: «tem a igreja unida ao Convento decentemente ornada, a capela-mor com retábulos e pinturas em bom estado e os retábulos são dourados, altar-mor e quatro laterais». Ou seja, entre 1739 e 1858 foram-lhe acrescentados mais dois altares laterais.

De facto, em 1891, no inventário dos bens móveis assinala-se a existência, na igreja de um altar-mor e de quatro altares laterais, a saber: e «altar da Virgem da Conceição», «altar de São João», «altar de Nossa Senhora da Oliveira dos alfaiates» e «altar do Senhor dos verdadeiros remédios». No inventário de bens de 1891, refere-se que, na capela-mor, existiam duas mesas credências[86].

A irmandade de Nossa Senhora da Oliveira dos alfaiates parece ter sido instituída num dos altares laterais apenas em 1813 e terá ocupado a capela da Santa Cruz. Os seus estatutos foram aprovados pelo arcebispo D. José da Costa Torres, em 1813 (Guimarães, 1893: 19).

Para que se conheça quais as imagens que se encontravam ao culto, apresentamos uma tabela com as que vêm indicadas no inventário de 1891:

Espaço	Quantidade	Designação
Capela Mor	6	Meio corpo de imagem (pequenos)
	6	Anjos de ciriais
	1	S. Francisco
	1	S. Gonçalo
	1	S. João Baptista
	1	Santa Águeda
	1	Santa Clara
	1	Santo António
Altar da Virgem da Conceição	1	Crucificado N.ª Sr.ª Conceição
	1	Virgem da Conceição

85 Tombo das propriedades rendas e foros deste Convento de Santa Clara de Guimarães: Descrição do Convento de Santa Clara e partilha das águas existentes na sua cerca (1703). A.M.A.P., MC-30, fls. 7v-8.

86 A.N.T.T., Inventário dos bens móveis e de raiz do extinto Convento de Santa Clara (18 de Setembro de 1891). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1887, cap. 5, nº 16, fl. 65v.

	1	N.ª Sr.ª da Soledade
	1	Ressurreição
	1	S. Bento
	1	S. João Evangelista
	1	S. Joaquim
	1	Santa Ana
Altar de S. João	2	Imagens
	1	S. João
	1	Crucifixo pequeno
Altar de N. ª Sr.ª da Oliveira dos alfaiates	1	Presépio de Nossa Senhora para o Egipto
	1	N.ª Senhora
Altar do Senhor dos verdadeiros remédios	1	Cristo deitado
	1	N.ª Sr.ª da Soledade
	1	S. João Evangelista
	1	Senhor da Cana Verde
	1	Senhor preso à coluna
	1	Crucifixo em tamanho natural

Em 1752 gastam-se 40 réis com «um gancho para um anjo da igreja»[87].

O Abade de Tagilde refere que «na igreja há algumas sepulturas com inscrições em grande parte ilegíveis. A que está mais bem conservada, junto ao altar de S. João Baptista, tem em alto relevo um escudo com as armas dos Peixotos e foram nelas sepultados António Peixoto de Miranda e Mateus Peixoto de Miranda no século XVII, como se depreende da inscrição. Em outra sepultura, junto ao altar da Senhora da Conceição, foi sepultado o padre António Machado da Maia» (GUIMARÃES, 1892: 191). Na capela-mor, encontrava-se a urna ossuária com os restos mortais do fundador (CRAESBEEK, 1992, I: 147; CALDAS, 1996: 327-328; OLIVEIRA, 2000: 100).

Sabemos que as freiras pagaram, em 1751, a uma lavadeira para lavar a roupa da sacristia[88], em 1752, aos «moços de sacristia»[89], e, em 1722, a um acólito para varrer a igreja[90].

87 S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl. 180.
88 S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl. 56.
89 S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl. 158.
90 A.M.A.P., Livro do recibo e despesa do Convento de Santa Clara de Guimarães (1722). MC-584, fl. 200.

5.3.2 Sacristia e casa de brunir

Borromeo instrui que a sacristia devia ser acessível apenas ao sacerdote que acedia à igreja e que esta nunca poderia comunicar para as áreas destinadas à clausura. A sacristia servia para o padre se paramentar e lavar as mãos, pelo que aí devia sempre existir um lavatório, um armário para guardar as vestes litúrgicas e um altar (BORROMEO, 1985: 107).

Através do Tombo de 1703 ficamos a saber que o convento «tem a sacristia de Nascente a Poente, medida por dentro, 8 varas, e de largo três e meia»[91]. A sacristia do convento ficava encostada à capela-mor pelo lado nascente: «dentro da sobredita capela mor, à parte da Epístola, está uma porta para a sacristia, que é asseada» (CRAESBEECK, 1992, I: 145). Pelo documento de 1858 ficamos a saber que a «casa de brunir»[92] comunicava com a sacristia.

Em 1731, a sacristia sofreu de obras de beneficiação tendo para o efeito sido contratado o mestre carpinteiro Jerónimo Lopes Mesquita e o mestre pintor Manuel Gomes de Andrade, sendo este último responsável por pintar a «sacristia, a saber, tecto o qual constará de quadros e estes terão os frisos com seu filete dourado e os quadros pintados de brutesco com tintas finas e com toda a perfeição possível e que mais pintará o lavatório, frestas e ferros tudo fingido de mármore com a perfeição possível» (OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2001).

Sabemos que estas obras, foram de facto, efectuadas pois o abade de Tagilde informa que «na sacristia da igreja lê-se sobre a fonte purificatória: M: Me fecit D. Ignes M.ª de S. Rosa Abb.ª Anno de 1732» (GUIMARÃES, 1892: 191).

Pelo inventário de bens, datado de 1858, ficamos a saber que na sacristia existia um altar com a imagem do Crucificado[93], e, pelo de 1891, que aí existiam dois espelhos dourados, um espelho redondo, uma mesa dourada e uma mesa de mármore de Carrara[94].

O Padre Caldas, em 1881, informa que «a sacristia, uma das mais alegres e espaçosas de Guimarães, é ornada com quadros a óleo, representando passagens do Antigo Testamento; e tem ao centro uma grande mesa de mármore preto, de notável merecimento» (CALDAS, 1996: 327). Lembremos que estas pinturas sobre tábua, de temática bíblica, se encontram actualmente nas colecções do Museu de Alberto Sampaio[95].

As freiras preocupavam-se em manter a sacristia em bom asseio e compostura. Frei António da Soledade informa que a segunda abadessa do convento, soror Francisca da Conceição, «não tinha sofrimento para estar ociosa, e por esse motivo todo o tempo que lhe restava dos exercícios devotos e instrução das noviças, gastava em trabalhar para prover a sacristia do necessário» (SOLEDADE, 1709: 708).

No convento existia o cargo de sacristã, mas também havia um sacristão.

[91] Tombo das propriedades rendas e foros deste Convento de Santa Clara de Guimarães: Descrição do Convento de Santa Clara e partilha das águas existentes na sua cerca (1703). A.M.A.P., MC-30, fl. 8.

[92] A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº7 B, fl. 1v.

[93] Inventário e avaliação das alfaias sagradas e mais objectos preciosos, destinados ou não ao culto, pertencentes à comunidade de Santa Clara, incluindo faianças e livros impressos (23 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, n.º 9.

[94] A.N.T.T., Inventário dos bens móveis e de raiz do extinto Convento de Santa Clara (18 de Setembro de 1891). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1887, cap. 5, nº 16, fl. 66v.

[95] Consultar neste texto o capítulo sobre o espólio do convento.

5.3.3 Coros alto e baixo

No convento existiam dois coros: o coro baixo e o coro alto. Por cima deste último situava-se o mirante.

O coro era o local de encontro das freiras e onde se realizavam importantes cerimónias, como o comprova a leitura dos Estatutos de 1562: ao coro todas eram obrigadas a ir, nenhuma sendo escusa (MARTINS, 1952: 103); aqui se iniciavam as noviças (MARTINS, 1952: 98); aqui as professas tomavam as ordens, competindo ao sacerdote lançar-lhes o véu preto através da grade (MARTINS, 1952: 101); aqui se cantavam «os ofícios divinos e celebrações deles» (MARTINS, 1952: 103); e aqui se deviam reunir depois «que tangida a primeira das horas» (MARTINS, 1952: 103).

Temos dificuldade em saber quais as funções que se realizavam num ou noutro coro, apenas sabemos que, no coro de baixo, o capelão administrava a comunhão às freiras, através da «portinhola da grade» (MARTINS, 1952: 106), e que neste eram as freiras escolhidas, na presença do prelado ou do visitador, para os diversos cargos da administração do convento (MARTINS, 1952: 108).

Ao coro eram chamadas através do «som da campa» (MARTINS, 1952: 105). Como sabemos o sino tinha uma função importante na orgânica do Mosteiro, sendo utilizado com fins muito diversos.

O coro era administrado por uma vigária, a vigária do coro (MARTINS, 1952: 103).

No tombo de 1703, explicita-se que a igreja tem «no coro de cima três grades para a igreja e seu mirante por cima para o terreiro com grades à roda»[96]. Em 1858, na descrição do Convento, diz-se existirem «dois coros alto e baixo: tendo o primeiro, um órgão ordinário, duas ordens de cadeiras, retábulos e pinturas, tudo com asseio; tem o segundo uma só ordem de cadeiras, retábulos e pinturas, e um altar. O coro alto tem quatro janelas de grades de ferro e vidraças para o terreiro, e três para a igreja, e o de baixo três janelas pequenas para o terreiro, e uma grade grande de ferro com porta para a igreja. Pela parte superior do coro há um mirante espaçoso com grades para o terreiro e para todos os outros lados»[97].

Sabemos que, em 21 de Dezembro de 1698, Jerónimo de Oliveira recebeu o pagamento do conserto que fez «no retábulo do Nascimento que está no coro e de lhe dourar quatro caixilhos dos painéis que estão nos lados»[98].

Em 1751, as freiras pagaram 9$600 réis para o restauro do órgão que sabemos existia no coro de cima e adquiriram «uma brocha para espanar as cadeiras do coro»[99].

Para que se conheça quais as imagens que se encontravam ao culto, apresentamos uma tabela com as que vêm indicadas no inventário de 1891:

---

96 Tombo das propriedades rendas e foros deste Convento de Santa Clara de Guimarães: Descrição do Convento de Santa Clara e partilha das águas existentes na sua cerca (1703). A.M.A.P., MC-30, fl. 8.

97 A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº7 B, fl. 2v.

98 A.M.A.P., MC-11 (doc. Avulso).

99 S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl. 20.

Espaço	Quantidade	Designação
Coro de baixo	2	Anjos de ciriais
		Crucificado, em tamanho natural
		Padre Eterno
		S. Bento
		Santa Clara
		Santo Amaro
		Santo António
Coro de cima		Oratório pequeno com 7 imagens diversas
		Presépio pequeno
		Menino Jesus de cera
		S. Gonçalo
		S. João Marcos
		S. Roque
		S. Sebastião
		Santa Catarina
		Santa Clara
		Virgem de jaspe

Oliveira Guimarães, em 1892, informa «tanto o coro inferior como o superior se acham circuitados de pinturas a óleo, representando imagens de santos e passagens alusivas à Virgem, sendo as do coro inferior mais luxuosas. Neste encontrava-se um formoso presépio, que foi para Lisboa e que havia sido colocado em 1679, como no-lo indica a data ainda existente» (GUIMARÃES, 1892: 190).

Pela Crónica Seráfica ficámos a saber que as três primeiras abadessas foram enterradas no «coro inferior» ou coro de baixo (SOLEDADE, 1709: 707, 709 e 711), tendo a tampa sepulcral um epitáfio. Na Crónica Seráfica quando se refere à terceira abadessa diz-se ter esta falecido em 1607 e que «depuseram seu corpo em o mesmo lugar em que jaziam as duas primeiras abadessas, e ficou a sepultura com tanta veneração que nunca mais se abriu, nem as religiosas

mais advertidas se atreviam a pôr os pés junto a ela. Tem um epitáfio que nomeia somente as duas irmãs, e bem puderam nele fazer memória desta sua companheira, porque é digna por sua santidade toda a lembrança. Chamam-lhe as freiras presidente» (SOLEDADE, 1709: 711).

5.3.4 Confessionários e Comungatório

No Tombo de 1703, ao descrever-se a Igreja refere-se a existência de «dois confessionários com duas portas para a igreja (...) e umas grades onde tomam a comunhão».

Na descrição do convento, feita em 1858, ao expor-se o que existe no claustro refere-se, entre outros equipamentos, quatro confessionários e um comungatório[100]. Se atentarmos na planta de 1891 e no vestígio de «portas» que ainda hoje se podem ver na parede poente do claustro somos levados a concluir que aí se situariam os confessionários e o comungatório.

O que nos parece estranho é a existência do comungatório no claustro, dado que sabemos que as freiras normalmente comungavam na grade do coro de baixo, a qual também aparece descrita no documento de 1858 – o coro de baixo tem «uma grande grade de ferro com porta para a Igreja»[101]. Qual seria a função do comungatório que dava para o claustro?

Borromeo aconselha a que os confessionários separem devidamente o confessor das freiras e que tenham as condições necessárias para que estas se possam confessar sem que ninguém oiça do que falam (BORROMEO, 1985: 108). Quanto ao comungatório define que este se deve situar na parede transversal da igreja e define as suas dimensões (BORROMEO, 1985: 87).

A comunhão seria sempre dada pela «portinhola da grade» (MARTINS, 1952: 107).

5.3.5 Torre Sineira

Nem no tombo de 1703, nem na descrição do convento, datada de 1858, há referência à Torre Sineira. Na descrição dos bens de raiz, realizada em 1891, diz-se que o convento tem «torre com quatro sinos»[102].

Esta foi, talvez, mandada fazer em 1722. De facto, sabemos que nessa data se pagou ao mestre André da Costa porque «fez a casa para o sino quando as moças vão repicar», e se despendeu dinheiro em «tijolo para a casa do sino», saibro, areia, barro, tabuado para assentar o tijolo e outro tabuado[103].

Em 1752 despendeu-se 100 réis «do feitio de dois gatos para a torre dos sinos»[104].

[100] A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº7 B, fl. 1v.

[101] A.N.T.T., Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 de Abril de 1858). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº7 B, fl.2v.

[102] A.N.T.T., Inventário dos bens móveis e de raiz do extinto Convento de Santa Clara (18 de Setembro de 1891). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1887, cap. 5, nº 16, fl. 65.

[103] A.M.A.P., Livro do recibo e despesa do Convento de Santa Clara de Guimarães (1722). MC-584, fls. 62-62v.

[104] S.M.S., Livro de Despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751-1753), BS 1-7-100, fl fl. 180.

6. A vida no convento: vivência em clausura

6.1 Orgânica interna

6.1.1 Noviças

Só eram admitidas em clausura «as freiras que boamente se podem sustentar» as quais tinham de ser aceites pela abadessa e «pela maior parte do convento» (MARTINS, 1952: 97).

Na entrada das noviças havia que considerar dois aspectos primordiais: que estas entravam no convento por vontade própria e que tinham a idade necessária. Só se podiam aceitar noviças com idade igual ou superior a 12 anos.

A apresentação da noviça à comunidade era feita numa interessante cerimónia descrita nos Estatutos do convento, sendo a noviça conduzida neste ritual pela mestra das noviças. Nesta cerimónia eram-lhe cortados os cabelos e vestido o hábito de noviça (MARTINS, 1952: 97-98).

6.1.2 Profissão

A noviça professava ao fim de um ano e nunca com menos de treze anos de idade já feitos. Antes de professar era analisado pela abadessa o que esta devia «dar para alimentos e dote», «não reservando para a sua pessoa nada em particular» (MARTINS, 1952: 97).

A cerimónia em que noviça tomava os votos era realizada na sala capitular na presença de toda a assembleia que devia dar maioritariamente o seu acordo. Toda a cerimónia era acompanhada por diversos cânticos entoados pela cantora.

Depois de um ritual de pergunta e resposta entre a abadessa e a nova professa, aquela diz-lhe «ide-vos ao coro e rogai a Deus que inspire nelas e em mim o que for seu santo serviço». Procedia-se depois à votação entre as religiosas, e, sendo esta favorável à entrada da nova professa, esta era de novo chamada a capítulo, sendo aceite como professa. Seguidamente, iam todas até ao coro «levando a professa entre si com uma vela branca acesa nas mãos». Aí chegada, esta ajoelhava-se junto às grades e «o sacerdote, pela grade, lhe lançará o véu preto que terá já bento com a cerimónia acostumada».

E, «acabadas as orações, a mestra trará a nova professa a qual beijará a mão da abadessa e ela a abraçará e lhe dará a paz, e assim as outras, e lhe fará a prática que lhe bem parecer acerca da observância dos votos».

O hábito que a novel freira usaria tinha de ser previamente benzido, «com as solenidades acostumadas na ordem, pelo capelão ou pessoa para isso ordenada», e constava de manto, escapulário, cordão e véu preto.

Nesta cerimónia a nova freira podia mudar o nome que trazia «no mundo» por outro que entendesse, levando sempre antes desse nome o de soror «que é o nome da regra».

Existia um livro, que devia ser guardado na arca do cartório, no qual se escreviam os dados sobre cada professa «o dia, mês e ano, com o nome e sobrenome da que faz a profissão, e o nome do pai e da mãe, e o lugar de onde é a professa. E ao pé deste assento assinará a abadessa e a mesma professa» (MARTINS, 1952: 99-101).

6.1.3 Gerir o convento: cargos existentes

Um convento é um local onde se vive em comunidade debaixo de uma regra. O convento das clarissas vimaranenses era administrado segundo regras bem estabelecidas, sendo cada religiosa responsável por determinadas tarefas, fazendo «cada uma o que lhe for encomendado e souber fazer e tudo será para a comunidade e convertido no uso dela» (MARTINS, 1952: 109).

Quando o convento foi fundado a comunidade era constituída pela Abadessa, Madre soror Helena de Andrade e pela vigária Madre soror Francisca de Andrade, ambas filhas do instituidor do convento, Baltazar de Andrade, e por mais onze religiosas (SOLEDADE, 1709: 702). Em 1692, o convento já tinha sessenta e quatro religiosas (GUIMARÃES, 1892: 203).

As religiosas tinham por obrigação reunir-se, com regularidade, na sala do capítulo, para discutirem assuntos da vida em comunidade e, diariamente, no coro e sala capitular para rezarem ou participarem nos ofícios Divinos. Outro ponto de reunião era o refeitório, onde, em conjunto tomavam as suas refeições.

Entre os diversos cargos exercidos pelas religiosas contavam-se os de: vigária da casa, vigária do coro, sacristã, porteiras, chaveiras ou depositárias, dispenseira ou mordoma, discretas, mestra das noviças, enfermeira e «os mais ofícios da casa» (MARTINS, 1952: 108).

Abadessa. O cargo mais importante do convento era o da abadessa. As duas primeiras abadessas foram nomeadas pelo fundador, as seguintes deviam ser nomeadas e apresentadas pelos seus sucessores na administração do convento. Caso estes não chegassem a acordo a abadessa seria escolhida pelas religiosas, seguindo uma série de passos devidamente estipulados nos estatutos.

Eleita a abadessa, era necessário eleger religiosas para os restantes cargos da administração do convento, o que se fazia do seguinte modo: o prelado ou visitador ficava na grade, «na banda de fora, e a abadessa com algumas discretas da parte de dentro» e assim se elegeriam por oficiais «aquelas religiosas em que se sentir zelo e natural inclinação de

fazerem seus ofícios perfeitamente» (MARTINS, 1952: 108).

A abadessa era responsável máxima por tudo o que se passava no convento e a ela competia a administração dos assuntos espirituais.

Vigária da casa. Os estatutos recomendavam que a vigária da casa e a vigária do coro fossem uma só pessoa, para que não houvesse uma grande multiplicidade de cargos. A vigária da casa era responsável pela gestão geral do convento (MARTINS, 1952: 108).

Vigária do coro. Esta era responsável, pela administração do coro e devia ser «destra e sabida no ordinário e regras e cerimónias para que não haja falta no coro» (MARTINS, 1952: 103 e 108)

Sacristã. A sacristã devia talvez auxiliar nos assuntos relacionados com a igreja e a sacristia, devendo ter sempre tudo bem preparado e consertado «com a decência conveniente» (MARTINS, 1952: 106). Sabemos, por exemplo, que Madre Soror Isabel da Apresentação serviu quinze anos no ofício de sacristã (SOLEDADE, 1709: 717).

Porteiras. As porteiras eram duas. A porteira primeira, era responsável pela portaria geral do convento, ou seja aquela que dava acesso ao exterior, ao terreiro. A porteira segunda, era responsável pela portaria da clausura. As porteiras deviam ser «sofridas no trabalho e temperadas no dar dos recados e respostas, e no receber deles» (MARTINS, 1952: 108).

A Madre Soror Francisca da Conceição, 2ª abadessa do convento, chegou a exercer as funções de porteira: «quando entrou neste mosteiro, foi logo instituída vigária dele; mas como não havia outra freira professa que pudesse servir nos ofícios públicos, também se ocupou no ministério de porteira. Neste lugar sustentou com zelo notável a reformação da casa, sem nunca abrir a porta à mínima ocasião de liberdade. Nenhuma pessoa a viu com o rosto descoberto, e quando o físico ou sangrador haviam de entrar, primeiro que lhe franqueasse o passo, lançava o véu sobre os olhos, para que a vista deles não ofendesse o esplendor da modéstia. Foi vigilantíssima no crédito do Convento, e na observância dos bons costumes, que nele estavam plantados, e por esse respeito não saía nem entrava coisa alguma para as freiras particulares, que ela não examinasse com muita circunspecção e cuidado» (SOLEDADE, 1709: 708).

Chaveiras ou Depositárias. Estas eram em número de duas e estavam encarregues da boa administração, quer dos bens alimentares que se guardavam no celeiro, quer da arca onde se guardava o dinheiro.

Estas religiosas deviam ser «pessoas de crédito e bom saber em cousas de conta e fazenda», e teriam de ter sempre em ordem os livros nos quais, sob o título de Receita, se devia apontar «tudo o que entrar e se receber», e, sob o título de Despesa, «tudo o que se despender. Fazendo em cada coisa títulos diferentes e não confusos, s. título de trigo, título do centeio, título do dinheiro e assim».

Mensalmente a abadessa e as chaveiras ou depositárias tinham que prestar contas às outras religiosas do que se recebia e pagava, «para que se saiba o estado da casa». Os livros deviam estar devidamente organizados e assinados pelas três (as duas chaveiras e a Abadessa), de modo a que quando o visitador comparecesse no convento pudesse verificar a qualidade da sua gestão.

Abadessa e depositárias eram também responsáveis pelas chaves do celeiro e da arca do depósito, possuindo cada uma a sua chave. A abertura do celeiro ou da arca tinha de ser feita na presença das três (MARTINS, 1952: 109-110).

Dentro da arca devia também estar o Livro de Tombo dos bens do convento «em que estejam atombadas as propriedades que a casa tiver e os títulos das igrejas, e provisões e herdamentos, e tudo o que se houver de guardar para perpétua memória. O qual livro e tombo se fará de maneira que seja autêntico e que se possa fazer fé» (MARTINS, 1952: 110).

Dispenseira ou mordoma. Esta era responsável pelo guarda-roupa e pelo refeitório, zelando para que nada faltasse «na repartição dos vestidos e calçados e as outras coisas que pertencem ao trajo e camas, se terá respeito a todas as religiosas serem consoladas igualmente, sem aceitação nem afeição de pessoas», tendo «cuidado de prover nas coisas do mantimento conforme as necessidades, de maneira que sempre na comunidade haja competente provisão. E se terão as mesas do Refeitório limpas e o mais que convém com abastança e limpeza» (MARTINS, 1952: 110).

Discretas. As discretas tinham como função auxiliar a abadessa na administração da congregação. Havendo até 30 religiosas no convento, para facilitar a sua gestão sem necessidade de estar sempre «a chamar o convento» à tomada de decisões, a abadessa, em conjunto com 4 discretas, mais a vigária e a mestra das noviças, tinham autorização para tomar as decisões que entendesse em assuntos que não tinham de ir a capítulo. Havendo mais de 30 religiosas o número de membros desta comissão aumentava (MARTINS, 1952: 111-112).

Mestra das noviças. Esta religiosa era a responsável pelas noviças que entravam no convento: «a mestra das noviças, que há-de ter carrego delas, há-de ser pessoa em que haja muita religião e experiência dela, e boa descrição natural, que seja devota para ensinar as noviças em tudo o que hão-de saber e seguir a Regra e costumes, e também lhe encarrego que sustenha e conserve as novas professas no que prometeram até que o tempo e a idade as confirme» (MARTINS, 1952: 98-99). Sabemos que, em 1697, era mestra das noviças Soror Serafina do Céu (RELAÇÃO, 1938: 99).

Enfermeira. A enfermeira tinha como função assistir às freiras doentes na enfermaria. Devia ser «uma religiosa professa sã, e disposta na pessoa, e caridosa, que tenha cargo da enfermaria e de curar os enfermos, porque quando a necessidade sobrevier não se cale então a mezinha que poucas vezes nesta terra se costuma achar. E assim se escusa a continuação de irem e virem à botica. E tudo aquilo que dentro se costuma ter com conselho do médico se tenha,

porque minha tenção é que se escuse boticário e as mezinhas que eles têm por bom respeito, além da carestia nelas que eles têm introduzida. E a enfermeira terá especial cuidado da limpeza das camas e serviço das doentes. E tanto que alguma religiosa adoecer o fará saber à abadessa, para que se a doença for ou parecer perigosa lhe sejam logo ministrados os santos sacramentos. Porque acontecendo (o que Deus não permita) que alguma falecesse sem eles (não sendo subitamente) a abadessa será por isso na visitação penitenciada com rigor e severidade. E muito encomendo à enfermeira a consolação das enfermas e a caridade que se deve a irmãs e a paciência se for necessária como muitas vezes acontece com os doentes. E acerca das confissões delas se guardará o capítulo da regra que nisso dispõe largamente» (MARTINS, 1952: 95-96).

No início do séc. XVII sabemos que assistia na enfermaria a Madre Soror Paula de Andrade, santa mulher que «servia com menos embaraço os ofícios mais humildes. Varria todo o convento, tangia o sino, servi às enfermas e a última cadeira do coro, abaixo das noviças, era sempre o seu lugar, porque se julgava por última na ordem dos merecimentos» (SOLEDADE, 1709: 713).

Escrivã. Nos estatutos não é referido este cargo, mas, em diversos documentos são citadas várias religiosas como escrivãs: Ângela do Céu, Juliana da Cruz, Maria do Desterro, Catarina Evangelha, Britis da Glória, Mariana da Misericórdia, Anastácia do Presépio, Joana da Prisão, Ana de S. João, Marta de Santo António, Maria de S. João (RELAÇÃO, 1938).

Talvez a escrivã se ocupasse, como o nome o indica, com a escrita do convento.

Cantora. O Abade de Tagilde diz ter existido no convento o cargo de cantora (GUIMARÃES, 1892: 202). De facto, ao lermos os estatutos concedidos pelo fundador, facilmente nos apercebemos que durante todo o dia as cerimónias em que as freiras participavam em comunidade eram acompanhadas por música. A cantora tinha, por exemplo, a obrigação de acompanhar com cânticos a tomada de votos das professas e de cantar o *Benedicite* no refeitório (MARTINS, 1952: 101 e 110).

No século XVIII as freiras introduziram no convento o canto acompanhado por órgão, mas, parece que não surtiu o efeito desejado, tendo, o arcebispo D. José, em 1743, «proibido que no convento houvesse música a canto de órgão, ordenando que as festividades fossem celebradas a cantochão» (GUIMARÃES, 1893: 20).

A última abadessa do convento, soror Antónia Amália da Ascensão, deu entrada no convento, não porque tivesse dote, mas precisamente «em atenção à prenda de cantora» (GUIMARÃES, 1893: 28).

Pomoreira. Este cargo foi exercido, por exemplo, pela última abadessa do convento (GUIMARÃES, 1893: 28). A pomoreira era a responsável pelo pomar do convento.

6.2 Regras a seguir

Neste capítulo percorreremos os princípios pelos quais se regia a vida nesta congregação religiosa.

6.2.1 Clausura

Uma das primeiras regras que as religiosas deviam cumprir era a da vida em clausura. De facto, o fundador do convento, baseado nos princípios que nortearam o Papa Bonifácio VIII, afirma que «considerando a necessidade que a fraca condição das mulheres têm de guarda» era necessário que estas vivessem encerradas em clausura.

A abadessa e demais religiosas deviam estar permanentemente vigilantes para que ninguém quebrasse esta regra. As religiosas nunca deviam ter contacto com quem era estranho ao convento. À clausura só tinha acesso o físico, o sangrador, o visitador e pouco mais pessoas.

O convento era isolado do exterior por altos muros e portas bem cerradas. Poucas eram as aberturas que permitiam o acesso ao convento, e, quem entrava só o fazia depois de devidamente autorizado.

Na Crónica Seráfica, quando se refere o convento de Santa Clara, de Guimarães, no período em que este foi administrado pela sua primeira abadessa, refere-se que as freiras «andavam todas tão aplicadas ao obséquio Divino, que não houve alguma que chegasse a falar a pessoas do século, se não era a seus pais, uma ou duas vezes no discurso do ano. Não se sabia que coisa eram as grades; e quando esta diligência não podia ter escusa, nunca podiam ser vistas nelas as freiras, porque **além das redes, que impediam a presença, tinham cortinas, que escassamente penetravam as palavras**»[105](SOLEDADE, 1709: 706).

Nos estatutos do convento, elaborados pelo fundador, o Cónego Baltasar de Andrade, nada se diz sobre os locutórios ou palratórios, apenas se explicita quem pode visitar as clarissas: «Item a pessoa nenhuma estranha poderão falar sem o véu preto. E ao pai e mãe, avós e parentes a quem se pode escrever poderá falar com ele levantado por espaço de uma hora somente. E ainda a estes, em cada mês uma vez, com o resguardo e gradeiras contidas nas Regras» (MARTINS, 1952: 102).

6.2.2 Assistência aos Ofícios Divinos

Era obrigação das religiosas assistir diariamente «aos ofícios divinos e celebração deles» pois esse é «um dos primeiros e especiais fins da religião. Portanto, vos encomendo muito que neste santo exercício para que vos consagraste, o cumprais com todo o espírito» (MARTINS, 1952: 103).

---

[105] Sublinhado nosso.

No coro, as freiras deviam saber comportar-se, pois era aí que elas «iam aparelhar suas almas antes da oração e ali estejam a todo o ofício compostamente, sem jeito, nem riso, nem outra alguma maneira dissoluta», pois, «como diz o Apóstolo – não cante a língua no coro e o espírito no Mundo. Tempere a língua com a alma e a alma com Deus» (MARTINS, 1952: 103). O «rezado [devia ser] bem pronunciado, claro e distinto, e o cantado segundo o costume, com sua pausa sem garganta nem contraponto porque vemos por experiência que edifica pouco. E não se sairá nenhuma do coro sem licença. E muito encomendo a cada uma das religiosas deste mosteiro que todos os dias oiçam missa e vejam como o corpo de Nosso Senhor que é altíssimo e diviníssimo sacrifício. E que quando suas orações rezarem em particular não sobre saltem nem façam síncope mas pronunciem sempre as derradeiras sílabas, para que nestas detenças lhes alumie Nosso Senhor o espírito e lhes dê sua graça» (MARTINS, 1952: 103-104).

6.2.3 Oração e silêncio

Diz-se nos estatutos que «a oração é a que leva nossos desejos ante Deus, é a contemplação e prática que com ele temos». O fundador do convento admoesta e manda que as freiras, para «além do ofício divino que é a oração comum», deviam «ser muito prontas a orar e contemplar em particular», estabelecendo para o efeito uma série de regras, como a obrigação de estas se reunirem diariamente no coro e procederem a um quarto de hora «ou mental ou vocal calada», a que se seguia, durante uma parte do ano, outro quarto de hora de «lição de algum livro devoto português». Aquelas que isto não cumprissem teriam como castigo, nas vésperas seguintes, «estar em pé diante à estante, enquanto se disserem os dois salmos primeiros» (MARTINS, 1952: 104-105).

Numa destas sessões de oração privada realizada no coro foi a primeira abadessa do convento, madre soror Helena da Cruz, tentada pelo demónio: «em uma ocasião lhe apareceu em forma humana, mas agigantada, e, estirando-se no coro, reclinou a cabeça na base da estante, e com os pés que chegavam à cadeira aonde a serva do Senhor orava, mostrou que pretendia ofendê-la, ou ao menos diverti-la. A venerável Madre, que não queria deixar o seu exercício, foi mudando de lugar, mas como a todas as partes chegava a perseguição, largou-lhe o campo e foi continuar na cela o desafogo do seu espírito» (SOLEDADE, 1709: 705).

A Madre Soror Maria da Conceição, terceira abadessa do convento, preferia utilizar o coro para castigar «o corpo com disciplinas quotidianas» (SOLEDADE, 1709: 710). A Madre Soror Paula de Andrade, preferia frequentar o coro às duas horas da noite «aonde de muito espaço tratava com seu Divino esposo o negócio da própria salvação. As vozes com que O convidava eram as dos suspiros que proferia acompanhados dos ecos de ásperos açoutes. Entrava logo em

oração, dilatada no tempo, ardente nos afectos e humilde na postura (...) oferecia a Deus as acções da sua vida em sacrifício matutino, antes que aparecesse a luz da Aurora» (SOLEDADE, 1709: 712). A Madre Soror Ana da Fonseca «se a buscavam no coro, sempre a viam em oração profunda» (SOLEDADE, 1709: 718).

6.2.4 Jejum

Segundo os estatutos «o jejum é mui grande e seguro companheiro da oração, e a que muito favorece e sustém, com o freio dos apetites. E poucas vezes acontece que estando o estômago farto, esteja o espírito sem tentações». Mais se afirma que «a religião não solta a obrigação da igreja, mas a aperta com mais necessidade». Os estatutos definem com rigor quando se devia jejuar.

Quando compulsamos o que vem escrito na Crónica Seráfica sobre o convento das clarissas vimaranenses, facilmente nos apercebemos como o jejum era meio caminho andado para alcançar a protecção Divina. Muitos são os exemplos apontados.

Para a segunda abadessa do convento, Madre soror Francisca da Conceição, «todos os dias eram de jejum (...) todas as sextas-feiras e a maior parte da Quaresma, não lhe entrava em boca senão pão e água» (SOLEDADE, 1709: 708). Madre Soror Maria da Conceição «comia pouco e jejuava muito. Todo o seu sustento nos dias de Verão se reduzia a uma pêra ou uma maçã. Se pelo Inverno a obrigavam a levar uma tigela de caldo, sempre lhe lançava cinza e com este desabrimento martirizava o gosto e oprimia os apetites. Com a sua ração sustentava um pobre» (SOLEDADE, 1709: 710). O mesmo sucedeu com Madre Soror Paula dos Santos, pois não havia «festa que ela não solenizasse com o rigor do jejum. Neste nunca se valeu do privilégio de alentar o corpo com a colação da noite porque só de dia tomava uma breve e austera refeição» (SOLEDADE, 1709: 712). Madre Soror Ana da Fonseca também era de alimentação frugal, «não lhe entrava na boca mais que pão e água» (SOLEDADE, 1709: 718). Quanto a Madre Soror Catarina de S. Bento, «não faltava em comunidade alguma, e na do refeitório ordinariamente assistia por cerimónia porque nada comia, e quando dava muitas largas à sua mortificação todo o seu alimento era um ovo» (SOLEDADE, 1709: 719).

Apesar da frugalidade e do jejum que caracterizaram algumas das freiras do convento, no dizer de Frei Fernando da Soledade, sabemos que o convento era conhecido pela produção de doces, famosos nas redondezas (GUIMARÃES, 1892: 196-204).

6.2.5 Disciplina e Penitência

Nos estatutos se afirma que «a disciplina também é parte da abstinência e que muito a ajuda. E por isso a juntamos ao jejum». Para esse efeito as religiosas tinham de se encontrar, nos dias estipulados para, «no coro ao som da campa ou no lugar que melhor parecer à abadessa», com as candeias apagadas entoarem uma série de cânticos. Da disciplina e do jejum nenhuma religiosa que não fosse enferma se podia escusar (MARTINS, 1952: 105-106).

Os Estatutos pouco ou nada dizem sobre as penitências que as freiras deveriam cumprir. Mas, a Crónica Seráfica aponta diversos exemplos de penitências a que se sujeitavam algumas das clarissas. A segunda abadessa do Convento, Madre Soror Francisca da Conceição, «no trato do seu corpo sempre conservou um admirável rigor, e na velhice, quando ele merecia alguma comiseração, pelo mesmo caso duplicava as crueldades, afligindo-o com asperezas mais veementes. (...) Não se sabe que um só instante deixasse de andar magoada com cilícios, nem que passasse dia sem disciplinar-se rigorosamente até ficar o corpo aberto em chagas e banhado em sangue» (SOLEDADE, 1709: 708). A terceira abadessa, madre Soror Maria da Conceição, penitenciava-se de outro modo: «nas festas mais solenes (...) passava as noites em pé, sem dormir mais que um breve sono encostada a um bordão. Castigava o corpo com disciplinas quotidianas. O lugar que ordinariamente escolhia para o exercício deste rigor, era o coro, e, no tempo que serviu de porteira, na casa das grades o executava». Também costumava retalhar «o corpo com frequentes açoutes» (SOLEDADE, 1709: 710). A Madre Soror Antónia da Silva «só consigo se mostrava sem piedade, porque trazia sempre o corpo aflito e martirizado com jejuns, cilícios e disciplinas» (SOLEDADE, 1709: 714). Uma religiosa, da qual não ficou assinalado o nome, «andava sempre cingida com cilícios penetrantes. Tomava disciplinas tão ásperas que muitas vezes com a fortaleza dos açoutes se lhe desconjuntavam os ossos» (SOLEDADE, 1709: 718). A Madre Soror Ana da Fonseca «martirizava o corpo com disciplinas de cordas, nas quais trazia muitas pontas de ferro agudas que lhe rasgavam as veias e esgotavam o sangue» (SOLEDADE, 1709: 718).

6.2.6 Confissão

No estatutos do convento, deixa-se claro que «por mais freios de jejum e disciplina que aí haja, todavia há cada dia muitos desfalecimentos na guarda da lei de Deus e nos votos que prometeste. Portanto convém que vos socorrais ao Santo Sacramento da penitência, confissão e comunhão» (MARTINS, 1952: 105-106).

As freiras deviam confessar-se ao capelão e não a outros padres; todas na mesma altura e não uma ou duas de cada vez, «por alguns inconvenientes que disso possam nascer»; e não se podiam alongar na confissão ou nela tratar de assuntos que nada tenham a ver com o Santo Sacramento da Confissão (MARTINS, 1952: 106).

6.2.7 Voto de pobreza

As freiras também estavam obrigadas a voto de pobreza, pelo que não deviam ser proprietárias e tudo o que possuíssem devia ser do conhecimento da abadessa: «que não tenhais cousa que a abadessa não saiba nem se lhe esconda, nem se use dela sem sua licença ainda que seja em coisas leves. Porque quando a desobediência assim se comete no pouco como no muito, vosso vestido e calçado e toucador e livros e todas as outras cousas do exercício e lavor particular de cada uma será manifesto à abadessa» (MARTINS, 1952: 109).

Apesar do voto de pobreza, o abade de Tagilde informa cada freira recebia, em 1692, «para o seu bolsinho a quantia de 6$400 réis». Mas, «esta soma não satisfez as conventuais e pelo tempo adiante, quando deixaram arrefecer a tão regular observância monástica, que tantos encómios lhes mereceu da parte do autor da Histórica Seráfica, inventaram outros meios, que julgaram convenientes do seu estado e conducentes a aumentar-lhes o pecúlio particular» (GUIMARÃES, 1892: 203).

6.3 O vestir

Aproveitemos para lançar um olhar sobre o que vestiam as clarissas. O hábito das clarissas constava de «manto e escapulário e cordão e véu preto» (SOLEDADE, 1709: 708; MARTINS, 1952: 100). Este véu, era lançado sobre os olhos quando a freira se encontrava na presença de estranhos: «nenhuma pessoa do Mundo a viu com o rosto descoberto e quando o físico ou sangrador haviam de entrar, primeiro que lhe franqueasse o passo, lançava o véu sobre os olhos, para que a vista deles não ofendesse o esplendor da modéstia».

Segundo se impõe nos Estatutos, os quais seguem a Regra, «além de estamenha ou «sellicio» [sic] se podem trazer duas túnicas, entendei que debaixo do hábito de cima se pode trazer fraldilhas, ou mantéus, e gibões de pano honesto segundo costume, e que não podeis trazer chapins abertos por diante, e outro calçado que se dispensa que tragais se entende ser baixo e não em altura em que se enxergue vaidade ou opinião» (MARTINS, 1952: 109).

No «Elucidário» refere-se que os chapins eram «uma espécie de calçado, que se equivocava com as chinelas e pantufos. Constava de quatro ou cinco solas de cortiça, formosamente cobertas e pespontadas. Disto usavam as senhoras e outras que o não eram, querendo, por este modo, acrescentar um côvado mais à sua estatura. Vem este termo de sapino, que é o pinheiro alvar, de que em Itália se fazia este calçado» (VITERBO, 1966, II: 94). A proibição de usar sapatos altos por tal ser sinónimo de vaidade, volta a ser defendida na Crónica Seráfica. Quando o cronista trata de Madre Soror Paula dos Santos, informa que esta «largou logo os chapins, por se apear desta vaidade (que o tempo

antigo introduziu nos mosteiros e hoje continua em alguns com título de observância)» (SOLEDADE, 1709: 713).

O abade de Tagilde refere um documento de 1759, pelo qual se fica a saber que «as religiosas mais novas usavam espartilhos, apertando-os de tal modo que ficavam escandalosas, deixando ver os contornos do seio; traziam na frente os hábitos curtos com o fim de se lhe verem o pé e sapato: usavam óleos e polvilhos na cara» (GUIMARÃES, 1893: 8).

6.4 O comer e o modo de comer

O que comiam as clarissas?

Nos Estatutos dados pelo fundador, na Segunda metade do século XVI, escreve-se que no celeiro se devia recolher «todo o pão, vinho, azeite, vinagre, manteiga, toucinho e todos os outros legumes» (MARTINS, 1952: 109).

Pela leitura da Crónica Seráfica ficámos a saber que, logo após a fundação, como havia «noviças sem dote, e o da casa não era suficiente, viviam as religiosas em grande pobreza, não comendo a maior parte do ano outro pão, senão de milho e centeio, e deste também padeciam falta muitas vezes» (SOLEDADE, 1709: 706). Para além de pão era também frequente o recurso ao azeite (SOLEDADE, 1709: 706). Esta carência de alimentos de que fala Frei Fernando da Soledade não se coaduna com o que vem assinalado nos diversos livros de Recibo e Despesa.

Se atentarmos nas contas de despesa relativas ao ano de 1692 e aos mimos dados a cada freira nas principais festividades, podemos ter uma ideia geral sobre alguns dos produtos alimentares consumidos: azeite, açúcar, arroz, canela, carne de picado, carne de porco, carne de vaca, hortaliça, legumes, leite, manteiga, pingue, sal, trigo, unto, vinagre, vinho (GUIMARÃES, 1892: 200-202). Também Alberto Vieira Braga, em artigo publicado na revista *Gil Vicente*, e baseando-se no livro de receita e despesa de 1751 a 1753, traça uma panorâmica da alimentação das clarissas.

Se juntarmos os dados fornecidos por todos os autores citados neste capítulo podemos ter uma noção mais aproximada do que constituía o cardápio das clarissas e quais os ingredientes que mais usavam:

Ingredientes: açúcar, amêndoa, arroz, azeite, canela, feijão, leite, manteiga de vaca, pingue, sal, trigo, unto, vinagre, vinho.

Cereais e seus derivados: centeio, milho, trigo, pão, pão de milho, pão de centeio.

Hortaliças e leguminosas: hortaliça, legumes, repolho, tremoços.

Carne: carne de picado, carne de porco, de vaca, de carneiro, de galinha, picado de vaca, presunto, toucinho, pastéis, pastéis de carne, pastéis de pasteleiro.

Peixe: bacalhau, cação, faneca, lampreia, pescada, polvo, raia, sardinha, sável, pastelão de Entrudo.

Segundo o Abade de Tagilde, nas festas do Natal, de Janeiro e dos Reis as freiras tinham como «mimos»: «véspera de Natal, meio arrátel de pessegada, uma rosca de Braga de 40 réis, dois arráteis de passas; vésperas de Janeiro, um pão de 20 réis, 2 pastéis, 4 frutas de doce, 2 massapães; véspera de Reis, meia galinha. A abadessa tinha sempre o dobro» (GUIMARÃES, 1892: 200, nota 3).

O que seria uma ração de freira? Em 1731, no contrato de obra de pedraria realizado entre as clarissas e os pedreiros, estabelece-se que quando os operários fossem trabalhar para o monte as freiras lhe dariam feijão que eles cozinhariam, mas, quando estes trabalhassem no convento estas seriam obrigadas a dar-lhes «caldo» e, ao mestre «uma ração de freira inteira» que podia ser «crua ou já temperada», conforme este quisesse (OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2001).

De que modo comiam estas nossas freiras? Comeriam com as mãos? Cada uma disporia de faca, garfo e colher? Não o sabemos. Lembremos apenas que nesta época era ainda uso as pessoas reunirem-se à volta de um prato comum de que cada uma ia tirando a sua parte. Este costume de mais de uma pessoa utilizar o mesmo recipiente devia ser ainda usual nesta época pois, Baltasar de Andrade, nos estatutos do convento, deixa bem claro que quer que cada uma das religiosas tenha um prato só para si: «comerá cada uma per si e não duas num prato» (MARTINS, 1952: 110-111).

6.5 A confecção de doces

Sabemos ser uso, nestas instituições religiosas femininas, as freiras ocuparem parte do seu tempo em trabalhos de mãos (bordados, flores artificiais, doces) que depois vendiam, obtendo deste modo alguns réditos para a comunidade.

As clarissas vimaranenses eram exímias no fabrico de doces, o que ao longo de várias décadas lhes granjeou fama. Na exposição industrial de 1884, realizada em Guimarães, estiveram a concurso doces fabricados pelas duas últimas abadessas do convento de Santa Clara, Ana Angelina Moreira e Antónia Amália Viegas[106]: doce de colondro, de laranja, de pêra, marmelada e toucinho do céu (RELATÓRIO, 1884: 117; GUIMARÃES, 1892: 203, nota 1).

As clarissas vimaranenses confeccionavam uma enorme variedade de doces cuja listagem nos é dada quer pelo Abade de Tagilde (GUIMARÃES, 1892: 200, nota 3; 202-203) quer por Alberto Vieira Braga (BRAGA, 1927: 113-118): arroz de leite, arroz doce, broinhas de amêndoa, broinhas de amêndoa e canela, caramelo (bandeja), chouriço doce (o mesmo que morcela doce), confeitos, doce de colondro, doce de laranja, doce de pêra (o mesmo que perada), frutas de doce (ou seja, doce de colondro ou de laranja, marmelada, perada, pessegada), ginja (bandejas de), grãos doces, leite crespo (prato de), marmelada (em caixas, covilhetes, ladrilhos e tigelinhas), massapão, massapão rosado, morcela doce

[106] Oliveira Guimarães, faz uma resenha de todas as abadessas do convento de Santa Clara, indicando como últimas abadessas: Ana Angelina da Conceição (1862 a 1885) e Antónia Amália da Ascensão (1885-1991) (GUIMARÃES, 1893: 27-28).

(em caixas), ovos moles, passas, perada, pessegada, queijadas, rosca de Braga, rosca de nata, rosca de manteiga, rosca doce, sopa doce, tortas, toucinho do céu.

No Livro de Despesa do ano de 1692, encontrámos referência à aquisição de produtos que estavam sem dúvida relacionados com a confecção dos doces: arroz, açúcar, leite, manteiga e canela (GUIMARÃES, 1892: 200-202).

Parece que as clarissas abusavam no fabrico de doces, esquecendo, talvez, as obrigações da sua Regra. De facto, na visita efectuada ao convento, em 1724, pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, este «ordenou que cada uma das religiosas não fizesse anualmente mais de 9 arrobas de doce» (GUIMARÃES, 1892: 203), ou seja, cerca de cento e trinta e cinco quilos de doce por ano! Esta limitação não deve ter sido do agrado das religiosas, pois, em 1730, é revogada pelo vigário capitular, e, em 1771, o arcebispo D. Gaspar, permite-lhes o fabrico de «chouriços, não obstante levarem açúcar»[107] (GUIMARÃES, 1892: 203-204).

Não podemos deixar de narrar a disputa havida, em 1757, entre as freiras e o abade António de Magalhães e Abreu: «costumavam as freiras, a 24 de Julho, dia de Santa Cristina, mandar buscar a prestação vencida pelo S. João e por acto de primor, mimo e galanteria (como se exprimem na contrariedade) ofereciam ao mesmo tempo ao abade, 'a fim de lhe adoçar a boca para não ser remisso ao pagamento' (textual), uma caixa de doce do peso de 8 a 9 arráteis». Nesse ano, o doce foi em menor quantidade tendo o abade apresentado queixa ao juiz de fora de Guimarães e recorrido para o Tribunal da Relação do Porto, não lhe tendo sido reconhecida razão (GUIMARÃES, 1892: 196-197).

A partir do inventário de bens realizado, em 1891, aquando do encerramento do convento, encontramos referência a diversos utensílios, provavelmente relacionados com o fabrico de doces, por exemplo: alguidares, bacias de cobre e barro, caixas para doces, crivos de pele e de arame, um engenho, dois engenhos de fazer doces, gamelas, várias masseiras, uma panela de ferro, várias peneiras, potes de cobre, dois tachos de cobre e seis tigelas grossas[108]. Não sabemos para que serviria e como era a forma do «engenho de fazer doces» referido neste inventário. As caixas para doces eram utilizadas para os embalar sendo desta forma vendidos.

7. Os bens móveis

7.1 Os bens móveis conventuais

Este convento foi lentamente agonizando ao longo do século XIX, depois da extinção das ordens religiosas (1834). Se analisarmos com atenção o inventário realizado em 1891, aquando da morte da última abadessa, apercebemo-nos que entre 1834 e 1891, o convento deve ter assistido à saída de alguns bens móveis. De facto, como se explica, por exemplo, que fosse tão pouca a loiça existente e que só se arrolassem dois leitos?

[107] Talvez o termo correcto não fosse chouriço, mas sim morcela doce. Infelizmente o abade de Tagilde não refere o documento que consultou para que se pudesse cotejar com o original.

[108] A.N.T.T., Inventário dos bens móveis e de raiz do extinto Convento de Santa Clara (18 de Setembro de 1891). A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1887, cap. 5, nº 16.

Para se ter uma noção de alguns dos bens móveis existentes no convento à data da sua extinção, anexamos listagens de alguns dos bens móveis existentes: livros, enxoval litúrgico, ourivesaria e mobiliário.

7.2 Os bens móveis que chegaram até nós

Do espólio deste antigo convento algumas peças restaram. No Museu de Alberto Sampaio encontram-se:

. um conjunto de 56 **azulejos**[109];

. um **apostolado** em talha dourada e policromada, obra escultórica atribuível ao século XVI[110] e com estofado provavelmente setecentista (Inv. MAS E 33);

. dois baixos relevos representando a «**Sagrada Família**» e o «**Baptismo de Cristo**»[111] (Inv. MAS E 9 e E 10), os quais se encontravam nas paredes do arco cruzeiro da capela mor da Igreja conventual de Santa Clara, ambos atribuídos ao séc. XVII (SOALHEIRO, 2000: 264);

. uma pintura sobre tábua representando a **cabeça da Virgem** e com os dizeres «ORA PRO NOBIS S. MARIA», séc. XVII-XVIII (Inv. MAS P 1)[112] ;

. **Fuga para o Egipto** (Inv. MAS E 13);

. **um par de anjos tocheiros** (Inv. MAS E 7 e E 8), **e os revestimentos parietais em** talha que adornavam a capela mor setecentista (Inv. MAS E 14 (2)), ambos saídos das mãos do entalhador Ambrósio Coelho e do dourador Manuel Gomes de Andrade (OLIVEIRA; OLIVEIRA 2001);

---

[109] Neste momento é impossível saber quais os azulejos existentes na colecção do Museu de Alberto Sampaio, que vieram da extinta igreja do Convento de Santa Clara. Alfredo Guimarães, no «Guimarães: Guia de Turismo», refere que no claustro, junto à porta com o gradeamento de ferro, «na parede do fundo, sobre duas grandes pedras armoriadas e um famoso baú de couro e ferro forjado (séc. XV), dois quadros com azulejos polícromos, do género de tapete, que pertenceram ao rodapé da nave da igreja do Convento de Santa Clara, desta cidade. (...) Mais azulejos de Santa Clara, na parede do lado direito [do claustro]» (GUIMARÃES, 1953: 116).

[110] No «Guimarães: Guia de Turismo», Alfredo Guimarães assinala a proveniência deste apostolado: «o famoso friso dos 'Apóstolos', que pertenceu à capela privativa das nossas freiras de Santa Clara, não isento de defeitos sob o ponto de vista construtivo, mas rico de ingenuidade, de policromia e de exercício do trabalho de têmperas, em que se conserva ainda exímio» (GUIMARÃES, 1953, 127).

[111] Diz Craesbeeck, em 1726, que na Igreja existiam duas capelas: da parte do Evangelho, a Capela de Nossa Senhora da Conceição, fundada por Brás da Leiva Prego; da parte da Epístola, a Capela de S. João Baptista, informando que «uma e outra capela fabricam as religiosas com todo o primor e asseio» (CRAESBEECK, 1992: 146). Lembremos que Craesbeeck descreve a igreja do convento antes das grandes obras de remodelação e ampliação que decorrem a partir de 1731. Talvez estes dois baixos relevos em talha que se encontram hoje no museu e que retratam a Sagrada Família e o Baptismo de Cristo possam ter feito parte dos retábulos, respectivamente, da Capela de Nossa Senhora da Conceição e da Capela de S. João Baptista, sendo portanto, tal como o afirma João Soalheiro, de cronologia seiscentista. Lembremos também que na intervenção de restauro que recentemente sofreram estas duas peças se descobriu que por debaixo da policromia setecentista que recobre ambas as peças se encontra um estofado anterior também de grande qualidade.

[112] Esta pintura sobre tábua com a cabeça da virgem, é arrolada no inventário de 1891, o qual se publica em anexo, e vem descrita do seguinte modo «um quadro de talha de madeira com a cabeça da Virgem em pintura, avaliado na quantia de quatro mil e quinhentos reis». Alfredo Guimarães, dedica algumas linhas à moldura desta pintura, informando que esta é «em talha dourada e policromada, de execução em castanho. Pertenceu à igreja do extinto convento de Santa Clara, de Guimarães, e esteve colocada ao centro do coro superior do mesmo edifício. Obra magnífica a todos os respeitos: pela estilização do assunto, pelo corte do material e ainda pela variedade da policromia. Século XVII. Pertence ao Museu Regional de Alberto Sampaio. Medidas: 80 x 88» (GUIMARÃES, 1935: 107, fig 13). Como se verifica, Alfredo Guimarães nada adianta sobre a pintura, mas, temos de ter em linha de conta que este, no texto em questão, estava apenas a tratar de mobiliário e não de pintura. Vítor Serrão, desconhecendo este inventário de 1891, aventava a hipótese de esta pintura ser proveniente da Capela dos D. Priores da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira (SERRÃO, 1996), o que, agora se comprova não ser verdade. De facto, a pintura e a talha, hoje como em 1891, formavam um único conjunto.

. o conjunto de **cinco telas representando a Anunciação, Visitação, Apresentação no Templo, Circuncisão e Adoração dos Magos,** que se «casavam» com a talha acima descrita[113] e que foram pintadas pelo já referido Manuel Gomes de Andrade (Inv. MAS P 14 (5));

. **Catorze pinturas sobre tábua,** de temática bíblica (Inv. MAS 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 67), provenientes da sacristia da Igreja[114]. Note-se que o padre Caldas, em 1881, refere que «a sacristia, uma das mais alegres e espaçosas de Guimarães, é ornada com quadros a óleo, representando passagens do Antigo Testamento» (CALDAS, 1996: 327). As referidas pinturas sobre tela existentes na Sacristia do Convento de Santa Clara devem ter sido levadas para a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira durante o período de 1893 a 1896, altura em que no convento funcionou o Seminário. Lembremos que a Colegiada, sobre cuja alçada estava o Seminário, iniciou «as obras no arruinado convento», a 27 de Agosto de 1893, tendo as aulas sido iniciadas a 8 de Outubro do mesmo ano (BELINO, 1900: 177).

. Uma **cabeça de Cristo,** atribuída ao séc. XVII (Inv. MAS P 75). Existe nas colecções do Museu de Alberto Sampaio uma pintura a óleo sobre tela, que Vítor Serrão designa como «Cabeça de Cristo». Sem indicação de proveniência no Inventário do Museu, Vítor Serrão atribuiu-a à Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, dado que, no inventário de 1826 aparece referido «um Santo Sudário em uma caixa». Ora, hoje sabemos que ainda existe nas colecções da Igreja da Colegiada dois santos sudários, numa caixa mandada fazer pelo Prior D. Diogo Lobo da Silveira, em 1665[115], pelo que esta pintura não é a peça a que se refere o inventário de 1826. Somos de parecer que, provavelmente, esta pintura é proveniente do Convento de Santa Clara, sendo descrita, no Inventário de 1891, como «N.º 69: um quadro pintado em tela, representando a cabeça de Cristo, avaliado em quatro mil e quinhentos reis».

Compulsado o inventário do Museu de Alberto Sampaio ficamos com a sensação de que aí se encontram outras peças que podem ser provenientes do extinto Convento de Santa Clara. No entanto, é neste momento difícil atribuir-

[113] Em 1924, quando a Comissão Central de Execução da Lei de Separação, resolveu vender em hasta pública os bens do Convento de Santa Clara, de Guimarães, houve algumas peças com que o Estado resolveu ficar. Este conjunto de peças estiveram à guarda da Sociedade Martins Sarmento até à criação do Museu de Alberto Sampaio, tendo dado entrada nas colecções deste, em 1934 (Fuga para o Egipto, Sagrada Família e Baptismo de Cristo é, em 1937 (6 telas). Note-se que hoje só existem no Museu cinco das referidas telas. Que teria sucedido com a outra? Ter-se-á deteriorado? Os revestimentos parietais em talha da capela-mor da Igreja de Santa Clara que se encontram no Museu foram adquiridos, pelo seu primeiro Director, Alfredo Guimarães, em 1935, à Comissão de Melhoramento das Penha, que os havia por sua vez adquirido, em 1924, na hasta pública organizada pela Comissão Central de Execução da Lei de Separação.

[114] Muito recentemente, a leitura do Inventário de 1891, existente na Torre do Tombo e referente ao Convento de Santa Clara, de Guimarães, o qual é transcrito em anexo, permitiu descobrir mais um conjunto de peças pertencentes a este Convento e que integram as colecções do Museu de Alberto Sampaio. Trata-se de 14 pinturas sobre tábua, de um conjunto inicial de 15, que tratam temas do Velho Testamento e do Novo Testamento. Num cuidado estudo levado a cabo pela Dr.ª Manuel Alcântara de Santos sobre este conjunto de pinturas, aventava-se a hipótese de terem pertencido à Sacristia de Igreja da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira (SANTOS, 1999). Hoje sabemos que pertenceram à sacristia da Igreja do Convento de Santa Clara. O conjunto inicial, enumerado sequencialmente no inventário de 1891, era constituído por 19 pinturas sobre tábua, N.º 20 a 39, de que hoje só conhecemos 14.
Cópia do documento foi enviada para o Museu de Alberto Sampaio pela Dr.ª Celina Bastos, técnica-superior do Museu Nacional de Arte Antiga e foi um dos signatários deste artigo, António José de Oliveira, quem descobriu que as pinturas se referiam sem dúvida, às existentes no espólio do MAS.

[115] Dois santos sudários e a caixa com inscrição, mandada fazer pelo Prior D. Diogo Lobo da Silveira foram recentemente restaurados no Instituto Português de Conservação e Restauro.

lhe com segurança tal proveniência motivo pelo que aqui nos limitamos a indicar as peças mas sem as considerar como seguramente provenientes deste extinto convento:

. **Nossa Senhora da Boa Morte.** Existe nas colecções do Museu de Alberto Sampaio uma belíssima escultura de Nossa Senhora da Boa Morte (N.º de Inv. MAS E 47), em talha estofada e policromada, atribuída ao séc. XVII e cuja proveniência se desconhece. Sabemos que no claustro do Convento de Santa Clara existia uma capela da invocação de Nossa Senhora da Boa Morte[116]. Será que a peça que se encontra no Museu é de lá proveniente? Não sabemos.

. **Santa Teresa** (N.º de Inv. MAS P 44). Existe no Museu de Alberto Sampaio uma pintura sobre tela representando a Visão de Santa Teresa de Jesus, atribuída por Vítor Serrão ao séc. XVII-XVIII. Desconhece-se a sua proveniência. No Inventário de 1891, do Convento de Santa Clara aparece referido um quadro representando esta Santa: «N.º 3: um quadro de Santa Teresa avaliado na quantia de 200 réis». Será o mesmo?

. **Anunciação** (N.º de Inv. MAS P 42 ou P 39). Existe no Museu duas fracas pinturas sobre tela representando a Anunciação. No Inventário de 1891 do Convento de Santa Clara, faz-se referência a «N.º 47: um quadro da Anunciação de Nossa Senhora, pintado em tela avaliado na quantia de mil réis». Será que esta é uma das Anunciações que faz parte do espólio do Museu?

. **Santo António.** Também existe no Museu um pintura sobre tela de «modestíssima» execução e sem indicação de proveniência representando este Santo (N.º de Inv. MAS P 70). O Inventário de 1891, refere a existência, no Convento das clarissas de duas pinturas representando Santo António: «N.º15: um quadro da imagem de Santo António avaliado na quantia de 1000 réis» e «N.º 48: um quadro da imagem de Santo António, muito velho, avaliado na quantia de 100 réis». Será que estamos na presença de uma destas telas?

. **São João.** Existe no Museu uma pintura também «modestíssima» representando «S. Joãozinho» (N.º de Inv. MAS P 69). Será que se trata de um dos quadros inventariados no Convento de Santa Clara em 1891, como «N.º 17: um quadro da imagem de São João no valor de 200 reis» ou «N.º 64: um quadro pintado em tela com a imagem de S. João, avaliado na quantia de mil reis»?

Para além das peças acima referidas, e que integram o espólio do Museu de Alberto Sampaio, existe na Sociedade Martins Sarmento a urna que contém os ossos do fundador do mosteiro de Santa Clara de Guimarães, Baltazar de Andrade e sua descendência (OLIVEIRA, 2000: 100).

[116] No Inventário de 1891, consta o seguinte: «Uma outra capela com a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte em um dossel».

8. Conclusão

Acompanhamos ao longo dos séculos o nascer, o crescer e o morrer de um importante convento feminino vimaranense. Hoje, os seus espaços dão vida a outras vidas, têm outras funções, mas, o espírito do lugar ali permanece. Ali e no Museu de Alberto sampaio, detentor de uma parte não dispicienda do seu espólio.

Conhecer a vida deste convento feminino franciscano, ajudou-nos a conhecer um pouco melhor uma facção específica da população vimaranense de antanho. Mas, outros conventos femininos existiram em Guimarães, e citemos apenas, pela sua importância, o convento também de irmãs clarissas de Nossa Senhora de Madre de Deus e o convento feminino dominicano de Santa Rosa de Lima.

Transformaram-se as funções, modificaram-se e laicizaram-se os espaços, mas permanecem nos arquivos os documentos que nos ajudam a compreender e a contar vivências de outros tempos desta cidade, outrora vila, de Guimarães.

Bibliografia

ABREU; FONSECA, 1989
ABREU, Araújo; FONSECA, Álvaro – História breve das oficinas de S. José de Guimarães, Guimarães, Oficinas de S. José, 1989, p. 37.

BORGES 1998
BORGES, Nelson Correia – Arquitectura monástica portuguesa na época moderna: notas de uma investigação. Museu. 4ª série. Porto: Círculo Dr. José Figueiredo. 7 (1998).

BORROMEO 1985
BORROMEO, Carlos – Instrucciones de la fábrica del ajuar eclesiásticos. México: Universidad Autónoma, 1985
[1ª ed. 1577].

BRAGA, 1924
BRAGA, Alberto Vieira – Boletim. Revista de Guimarães. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 34 (1924) 163-185.

BRAGA, 1927
BRAGA, Alberto Vieira – Os Doces de Santa Clara. Gil Vicente. Guimarães. 3: 7-8 (1924) 113-118.

BRAGA 1953
BRAGA, Alberto Vieira – Administração Seiscentista do Município Vimaranense. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1953.

CALDAS, 1996
CALDAS, António José Ferreira, Padre – Guimarães: apontamentos para a sua História. 2ª ed. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1996.
[1ª ed. 1881].

CAMÕES 1749
CAMÕES, Tadeu Luís António Lopes de Carvalho Fonseca e – Guimarães Agradecido, aplauso métrico que a celebre academia da muito notável vila de Guimarães recitou na presença, e em louvor do Sereníssimo Senhor D. José Arcebispo, e Senhor Primaz das Espanhas, com uma breve narração da Entrada, e Progressos daquele Príncipe na mesma vila. Coimbra, 1749, 1ª parte.

CARDOSO, 1956
CARDOSO, Mário – Museu. Revista de Guimarães. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 66 (1956) 592.

CRAESBEECK, 1992
CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – Memórias Ressuscitadas da Província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992. vol.1.

GONÇALVES, 1981
GONÇALVES, Flávio – A talha na arte religiosa de Guimarães. Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada: actas. Guimarães, 1981. vol. 4. 337-366.

FERNANDES; OLIVEIRA 2004
FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de – Viver em clausura num convento de Clarissas: o convento de Santa Clara, de Guimarães. 12º Encontro de História Local. Guimarães: Museu de Alberto Sampaio. 2004 (policopiado).

GUIMARÃES, 1892-93
GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – O Convento de Santa Clara de Guimarães. Revista de Guimarães. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 6: 1 (Jan.-Mar. 1892) 5-29; 9: 4 (Set.-Dez. 1892) 187-208; 10: 1 (Jan.- Mar.1893) 5-29.

GUIMARÃES, 1935
GUIMARÃES, Alfredo – Mobiliário artístico português: elementos para o seu estudo. Guimarães: Edições Pátria, 1935. vol. 2.
[Ed. facsimilada. Trofa: Sólivros de Portugal, 1989].

GUIMARÃES 1953
GUIMARÃES, Alfredo – Guimarães: guia de turismo. 2ª edição. Guimarães: Câmara Municipal, 1953.
[1º ed. 1940]

MARTINS, 1952
MARTINS, Mário – Os Estatutos de Santa Clara de Guimarães. Revista de Guimarães. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 62 (1952) 83-118.

MEIRELES, 2000
MEIRELES, Maria José Queirós Meireles – Livro do recibo e despeza deste convento de Santa Maria de Ara-Celi das religiosas de S. Clara de Guimarães. In Guimarães: mil anos a construir Portugal (coord. por Isabel Maria Fernandes). Guimarães: Museu de Alberto Sampaio/ Câmara Municipal de Guimarães. 2000, 98.

MEIRELES, 2002
MEIRELES, Maria José Queirós Meireles – O Largo de Martins Sarmento, na cidade de Guimarães. Mínia. 3ª Série. Braga: ASPA. 10 (2002) 85-102.

OLIVEIRA, 2000
OLIVEIRA, António José de – Talha dourada da igreja de Santa Clara. In Guimarães: mil anos a construir Portugal (coord. por Isabel Maria Fernandes). Guimarães: Museu de Alberto Sampaio/ Câmara Municipal de Guimarães. 2000, 99.

OLIVEIRA, 2000
OLIVEIRA, António José de – Fuga para o Egipto. In Guimarães: mil anos a construir Portugal (coord. por Isabel Maria Fernandes). Guimarães: Museu de Alberto Sampaio/ Câmara Municipal de Guimarães. 2000, 99.

OLIVEIRA, 2000
OLIVEIRA, António José de – Uma Ossuária. In Guimarães: mil anos a construir Portugal (coord. por Isabel Maria Fernandes). Guimarães: Museu de Alberto Sampaio/ Câmara Municipal de Guimarães. 2000, 100.

OLIVEIRA, 2003
OLIVEIRA, António José de – A actividade de artistas portuenses em Guimarães (1685-1768). Museu. 4ª série. Porto: Círculo Dr. José Figueiredo. 11 (2002) 117-197.

OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2001
OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – A talha da igreja do convento de Santa Clara de Guimarães. II Congresso Internacional do Barroco: actas. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001. 119-140.

RELAÇÃO 1938
RELAÇÃO DOS RELIGIOSOS E RELIGIOSAS DOS CONVENTOS DE GUIMARÃES QUE NOS "LIVROS DE NOTAS" ASSINARAM OS SEUS NOMES DURANTE O SÉCULO XVII. Boletim de Trabalhos Históricos. Guimarães: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. 3:3 (1938) 97-108.

RELATÓRIO 1884
RELATÓRIO DA EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL DE GUIMARÃES EM 1884. Porto: Tipografia de António José da Silva Teixeira, 1884.
[Ed. Fac-similada. Guimarães: Muralha: Associação de Guimarães para a Defesa do Património, 1991].

SANTOS, 1995
SANTOS, Manuela de Alcântara – Para uma biografia do mestre entalhador Ambrósio Coelho. Mínia. 3ª Série. Braga: ASPA. 3 (1995) 133-155.

SERRÃO, 1996
SERRÃO, Vítor – As oficinas de Guimarães nos séculos XVI-XVIII e as colecções de pintura do Museu de Alberto Sampaio. In A colecção de pintura do Museu de Alberto Sampaio: séculos XVI-XVIII. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1996. 89-146.

SOALHEIRO 2000
SOALHEIRO, João – Baptismo de Cristo. In Cristo Fonte de Esperança: exposição do grande Jubileu do ano 2000: Catálogo. Porto: Diocese do Porto, 2000. 264-265.

SOLEDADE 1709
SOLEDADE, Frei Fernando da – História Seráfica cronológica da Ordem de S. Francisco na Província de Portugal. Lisboa: Oficina de Manuel José Lopes Ferreira. Tomo 4, 1709.

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA:

. "Contrato de obra de pedraria que fizeram a madre abbadesa e mais religiosas do convento de Santa Clara com os pedreiros Manoel Luis e Manoel da Costa", nota do tabelião Manuel Pereira da Silva (1733), Cota: N-725, fls. 24v-26.

. "Contrato sobre o retabollo que feseram a madre abbadessa do convento de Santa Clara com Ambrozio Coelho de Santa Crestina de Sersedelo", nota do tabelião Manuel Pereira da Silva (1733), Cota: N-725, fls. 28v-29v.

. "Obrigaçam que fes Jeronimo Lopes desta villa ao convento de Santa Clara desta villa", nota do tabelião Manuel Pereira da Silva (1733), Cota: N-725, fls. 29v-30v.

. "Obrigaçam que feseram Manoel Gomes desta villa e Ambrosio Coelho ao convento de Santa Clara", nota do tabelião Manuel Pereira da Silva (1739), Cota: N-728, fls. 16v-18v.

. Livro do recibo e despesa do Convento de Santa Clara de Guimarães (1722). Cota: MC- 584.

. Tombo das propriedades rendas e foros deste Convento de Santa Clara de Guimarães: Descrição do Convento de Santa Clara e partilha das águas existentes na sua cerca. (1703) Cota: MC-30.

. Recibo e despesa dos anos de 1809-1810 do Convento de Santa Clara, A.M.A.P., MC-583

. Conta corrente das verbas que da Colegiada são aplicadas no Pequeno Seminário de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães 1891-1901 (cópia). Cota: C-728.

. Conjunto de 5 plantas, sendo uma geral e as restantes dos diversos pisos do Convento de Santa Clara: planta do pavimento térreo (escala 1/100); planta do 1º andar (escala 1/100); planta do 2º andar (escala 1/100); planta geral (1/500); e planta das sobrelojas (1/100). Desenhadas a 2 Dezembro de 1891 por António Martins Ferreira, conservador de 2ª classe de obras.

SOCIEDADE MARTINS SARMENTO:

. Livro de despesa e receita do Convento de Santa Clara de Guimarães (1751 – 1753) Cota: BS 1-7-100.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO:

. Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação (19 Abril de 1858). Cota: A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº 7 B.

. Inventário e avaliação das alfaias sagradas e mais objectos preciosos, destinados ou não ao culto, pertencentes à comunidade de Santa Clara, incluindo faianças e livros impressos (23 de Abril de 1858). Cota: A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, n.º 9.

. Inventário dos bens móveis e de raiz do extinto Convento de Santa Clara (18 de Setembro de 1891). Cota: A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1887, cap. 5, nº 16.

APÊNDICE DOCUMENTAL [117]

Documento nº1

1703, Setembro, 12 – Guimarães.

Descrição do Convento de Santa Clara e partilha das águas existentes na sua cerca.

A.M.A.P., MC-216 – "Tombo das propriedades rendas e foros deste Convento de Santa Clara de Guimarães, 1703-1704".

(Fl.6v) (...) **Termo de perguntas para a fação deste tombo**

Aos doze dias do mes de Septembro de mil setecentos e tres annos nesta villa de Guimarães no Convento de Santa Clara della adonde foi vindo o Doutor Lionardo Monteiro de Vasconcellos e Miranda juis deste tombo e logo ahi perante elle na caza do palratório deste convento aparecerão a Madre Abbadeça Donna Maria do Desterro, e mais discretas do convento digo (sic) discretas do governo delle que de prezente servem abaixo asinadas as quais elle juis deste tombo para continuar com elle fes pergunta se pera esse effeito tinhão tombo velho ou alguns titollos das couzas (Fl.7) das couzas tocantes ao dito convento que constaçe do que lhe pertencia e declaracem as obrigaçoins a que o dito convento estava obrigado ou as que a elle estivecem para ficar em tombo, e por ellas rellegiozas todas juntas e cada huma de per sy insolidum foi dito que ellas nunca tiverão tombo dos bens pertencentes ao dito seu convento, e que pello não terem, e hoje de prezente pertencerem muitos bens de rais ao dito seu convento pedirão a Sua Majestade a provizão que aprezentarão para se lhe fazer este novo tombo, e que para elle e todas as suas dependencias sendo necessario aprezentarião os titollos que tivecem aonde ouvece alguma duvida a seu tempo e farião as mais declaraçoins que lhe forem necessarias de que tudo fis neste termo que assinarão com elle juis deste tombo João Ferreira Guimarães escrivão deste tombo que o escrevi // Monteiro // Soror Donna Maria do Desterro Abbadeça // Soror Donna Auta do Sacramento vigaria da caza // Soror Joanna Bauptista // Soror Margarida de São Bernardino // Soror Francisca das Chagas depozitaria do convento // Soror Maria do Spirito Santo // Soror Maria de Santa Anna mestra da Hordem // Soror Donna Antonia da Esperança escrivam do convento.

[117] Na transcrição paleográfica dos documentos seguimos os critérios expostos por Avelino Jesus da Costa (Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos, 2ª ed., Braga, 1982).

Aos ditos do mes de Septembro de mil e setecentos e tres annos nesta villa de Guimarães no convento de Santa Clara della junto da cappella mor delle aonde estava o Doutor Lionardo Monteiro de Vasconcellos e Miranda juis deste tombo para effeito de continuar a fassão delle ahi mandou vir diante de sy huma vara de medir de sinco palmos aferida pella Camera desta villa e juntamente hua corda pera com a dita vara a medir na prezença do procurador deste tombo, e louvados delle para cujo effeito medirão a dita corda para com mais brevidade se fazerem mediçoins dos bens (Fl.7v) deste tombo e mosteiro e medida a dita corda mandou por sinais em cada vara nella medida para divizão das muitas ou poucas varas que se achem e mandou que com a dita vara se continuaçe as ditas mediçoins e de tudo mandou fazer este termo que asinou com o procurador, e louvados João Ferreira Guimarães escrivão deste tombo que o escrevi // Monteiro // e Domingos Carvalho louvado huma cruz // Joseph Vaas.

Noteficação aos confrontantes

Certefico eu João Ferreira Guimarães escrivão deste tombo que he verdade que notifiquei a Joseph de Freitas do Amaral, e sua mulher Donna Josepha e a Manoel Ferreira d'Eça e sua mulher por huma carta e Luis de Souza, e Hieronima Pereira donzella e o procurador do Illustrissimo Dom Pedro de Souza Peliphe de São Tiago, e Francisco de Araujo do Sabugal vezinhos confrontantes, e a Camera desta villa pera as mediçoins e confrontaçoins deste mosteiro de Santa Clara e sua cerca de que dou fee que asino em razo João Ferreira Guimarães escrivão deste tombo que o escrevi // João Ferreira Guimarães.

Medição da Igreya

Tem esta Jgreya na cappilla mayor hum retabollo dourado com o Sanctissimo Saramento com Sancta Clara da parte da Epistolla, e do Evangelho São Francisco, e mais imagens por sima.

Nos altares colletrais da parte da Epistolla esta hum com a imagem de São João Bauptista, e no do Evangelho a imagem de Nossa Senhora da Conceição.

Tem esta Igreya de comprido de Norte a Sul vinte e sete varas, e de largo de Nacente a Poente outo varas, e de largo na capilla mayor coatro varas, e duas terças esta toda azoleyada com dous confecionarios com duas portas pera a Jgreya (Fl.8) pera a Igreya e a porta principal e com suas grades de ferro na capilla mayor e pulpito e humas grades

onde tomão a comunhão, e no coro de sima tres grades para a Jgreya, e seu mirante por sima para o terreiro com grades a roda.

Tem a sacrestia de Nacente a Poente medida por dentro outo varas, e de largo tres e meya.

Tem o campo de Masarico des a porta fronha do claustro athe o priorado de comprido de Norte a Sul sessenta varas e de largo de Nacente a Poente carenta e tres varas des a torre dos Cains athe o quintal de Manoel Ferreira d'Eça e vezinhos.

Tem o campo de Maçarellos de comprido de Norte a Sul des as portas da entrada deste campo athe o muro do Sabugal sessenta e duas varas e de largo de Nacente a Poente des o muro da villa athe o da viella de tras deste mosteiro carenta e sete varas.

Medida toda esta cerca em redondo no campo de Massarico des o principio da porta da Igreya athe o canto do Priorado setenta e duas varas e meya pella cabeça do Poente de Norte a Sul confronta com Manoel Ferreira d'Eça e Luis de Souza e Hieronima Pereira e pella cabeça do Sul da parte do Priorado vinte e seis varas, e da parte do Nacente des o canto do Priorado athe a caza das necessidades defronte do refeitorio, athe a caza da lenha, e porta do campo de Maçarellos tem cento e vinte e outo varas, e medido des aqui pello muro tem de comprido de Norte a Sul setenta e huma varas, e pella cabeça do Norte de Nacente a Ponte des o muro athe o quintal de Francisco de Araujo do Sabugal cazeiro athe a quina da viella de Antonio da Silva o Rello setenta e sete varas e pella cabeça do Poente des o canto da caixa da agoa que vai pera a Praça athe a porta da cerca de comprido de Norte a Sul vinte e cinco varas athe a volta da arca da agoa em redondo, e medido por fora des a caixa da agoa que vai pera a Praça athe as cazas do Reverendo Cappellão pella cabeça do Norte de comprido de Nacente a Poente sessenta e tres varas, e pella cabeça do Poente de (Fl.8v) des o Norte a Sul des o dito canto athe a porta da Jgreya carenta varas todas ao redor coatrocentas e noventa e duas varas, e meya.

Neste mosteiro no quintal velho tem huma fonte des o fundamento delle que sahe da agoa que vem pera esta villa, e Praça della por provizão de Sua Majestade sem lha poderem tirar e dahy vem pera a fonte da cozinha.

Tem no claustro novo hum tanque bom com coatro biqueiras cercado de pillares com coatro entradas de escadas com seus acentos e latadas cuya agoa vem do quintal de Francisco de Araujo o nacimento della terra e prazo deste mosteiro. Tem agoa de regar que vem da fonte de São Romão digo (sic) da fonte do Abbade de São Romão des Nossa Senhora de Março athe quinze de Agosto na forma abaixo.

Nas quintas feiras de todo o anno em huma andada tem agoa de São Romão, e da fos da azenha des a meya noute

athe as nove oras da manham que vem a ser des que tangem a matinas athe tanger a Deos. Na outra andada da outra quinta feira adiante adiante des as nove oras da manham athe depois do meyo dia porem desta agoa se da a Joseph da Costa Pimenta na primeira quinta feira des a sete oras athe as nove e nas segundas des as honze oras athe dipois do meyo dia. Nos sabbados todos des as duas oras depois do meyo dia athe as semarias que vem a ser des a vespora athe que tangem a prima.

Nos Domingos des a meya noute athe as duas oras da tarde. Nas segundas feiras de huma andada primeira des as duas oras da tarde athe as sinco, e na somanna seguinte não tem agoa nas segundas feiras, mas a tem na terça des a cinco oras da tarde athe a meya noute com que em huma somana ha a dita agoa nas ditas oras a segunda feira, e na outra a terça feira. E na segunda andada da segunda feira que vem (Fl.9) vem a ser de quinze em quinze dias tem agoa des a sinco da tarde athe a meya noute. E na andada da terça feira vem a ser des as duas oras da tarde athe as sinco por onde vem a ter a dita agoa nas segundas feiras de quinze em quinze dias, e nas terças feiras tãobem de quinze em quinze dias com a diferença asima das oras da primeira e segunda andada, e o juis do rego da dita sua agoa digo (sic) da dita agoa posta no seu pilheiro quando acabão as suas oras entrão as do dito mosteiro, e o mesmo lhe fazem os hortellais do dito mosteiro, e o juis da agoa Joseph Correa pintor a quem notefiquei, e a todos os mais deste tombo e o porteiro Damazo Pereira de que damos nossas fees que asinamos João Ferreira Guimarães escrivão deste tombo o escrevi e asinei e os louvados. João Ferreira Guimarães // Damazo Pereira // Joseph Vaas // de Domingos Carvalho louvado huma cruz.

No mesmo dia e anno atras declarado feita a dita medição e mais termos declararão as rellegiozas lhe pagavão outenta mil reis dos direitos reais da villa de Basto o Conde de Vimiozo ou seus rendeiros cada anno de que fis este termo João Ferreira Guimarães escrivão deste termo o escrevi.

Aos quinze dias do mes de Septembro de mil e setecentos e trez annos eu escrivão deste tombo fis a medição atras concluza ao juis deste tombo para a julgar por sua sentença João Ferreira Guimarães escrivão deste tombo que o escrevi.

Sentença

Vistos este auctos de que consta serem asim os bens moveis como de rais nelles especificados, e medidos citados os confrontantes das rellegiozas de Santa Clara desta villa por tais os julgo e as ditas mediçoins por boas, e como tais

fiquem em tombo Guimarães trinta de Septembro de mil e setecentos e tres. Lionardo Monteiro de Vasconcellos e Miranda.

Aos trinta dias do mes de Septembro de mil e setecentos e tres annos nesta (Fl.9v) nesta villa de Guimarães ahy por o Doutor Lionardo Monteiro de Vasconcellos e Miranda corregedor desta comarca de Guimarães e juis do tombo tudo por provizão de Sua Majestade me forão dados estes autos com sua sentença atras de que fis este termo João Ferreira Guimarães escrivão deste tombo que o escrevi (...).

Documento nº 2

1858, Abril, 19 – Guimarães.

Descrição do Convento de Santa Clara e suas dependências e respectiva avaliação.

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, nº 7 B[118]

Convento de Santa Clara de Guimarães
7 - B. 20-4-58.

[119](Fl.1) Aos dezanove dias do mez d'Abril de mil oitocentos cincoenta e oito, na grade do Convento de Santa Clara da Ordem Segunda de S. Francisco, em Guimarães, se reunirao a Muito Reverenda e Veneravel Madre Dona Abbadeça deste convento Maria Maxima do Sacramento, o Dezembargador Arcipreste do julgado de Guimarães Christovão Gonçalo Ferreira, e o Aspirante de primeira classe da Repartição da Fazenda do Districto de Braga encarregado da fatura deste inventario João Pereira de Barros, e bem assim os louvados o mestre Pedreiro Francisco Pinto morador em Guimarães, o mestre carpinteiro Manoel Antunes, morador na freguezia de S. Thomé de Caldellas, e o mestre caiador Luis Antonio, morador em Guimarães, para se proceder à descripção do convento e edificios annexos, seu estado material, e avaliação na forma como determinão as observações juntas ao officio da Secretaria d'Estado dos Negocios Eclesiasticos e de Justiça de 20 de Julho de 1857, a qual será feita neste quaderno, cujas folhas irão numeradas, e rubricadas com os appellidos de Ferreira = Barros = .

[118] Existe em triplicado sob as cotas: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, cx. 1886, cap. 3, nº 7 a 7 - B; nº 7 A.

[119] Assinado no canto superior direito: "Barros". Assinado no canto esquerdo: "Ferreira".

(Assinado:) MARIA MAXIMINA DO SACRAMENTO D. Abbadeça
(Assinado:) Arcipreste CHRISTOVÃO GONÇALO FERREIRA
(Assinado:) O aspirante da Repartição da Fazenda do Districto de Braga JOÃO PEREIRA DE BARROS
(Assinado de cruz:) de FRANCISCO + PINTO
(Assinado de cruz:) de LUIS + ANTONIO
(Assinado:) MANOEL ANTUNES

(Fl. 1 v) [120]**Descripção do Convento e edificios annexos, seu estado material e sua avaliação.**

O Convento de Santa Clara da Ordem Segunda de S. Francisco, sito na cidade de Guimarães, consta de hum terreiro pertencente ao mesmo Convento, e que dá entrada para a portaria virada ao Nascente, tem dentro da portaria hum pateo quadrado com duas janellas de cellas de hum lado, e huma janella conventual, do outro tem dous andares, o de debaixo com cinco janellas dos locutorios e o de cima com outras tantas, sendo quatro de cellas e hua conventual, e do outro lado tres andares, cada hum com cinco janellas, as do primeiro pertencem, tres à caza do Padre Capellão, com mais duas para o terreiro, e as outras aos quartos do sacristão e hortelão, tem huma galleria para o terreiro com cinco janellas grandes com grades de ferro e outras tantas para o pateo, tem duas entradas para a clausura, hua de carro, e outra particular, a do carro dá entrada para o selleiro, para quintais, e outras officinas, na entrada da particular tem huma sala ladrilhada e hum altar, dous lucotorios, quatro rodas, dous raros, tem claustro com trinta arcos grandes, firmados em colunnas de pedra fina, no meio hum jardim, e com chafariz dos lados tres capellas, e hum altar, caza de brunir pertencente à sachristia, quatro confecionarios, e hum commungatorio, tudo em bom estado; do claustro entra-ce para a caza chamada de profundis, e refeitorio, o qual tem capacidade para grande communidade, mas acha-se muito deteriorado; em seguida ao refeitorio hum pateo com hum tanque, e a cozinha, esta tem tres fornos, qua (Fl. 2)[121] quatro pias de pedra com carrancas de deitar agoa, e huma meza de pedra, pegada à mesma outra cozinha com fornalhas e hua fonte que dá agoa para a cozinha, tem dous dormitorios do Ponte ao Nascente, tendo primeiro e segundo andares com sete cellas cada hum e huma cozinha pequena e janella conventual para o lado do Sul, e no de cima huma sala com hum altar, e por baixo destes dormitorios tem huma caza das creadas da communidade, e cazinhas de arrumos; do dormitorio de cima segue outro na direcção de Norte e Sul com quatro cellas e hua janella conventual para o Nascente. Por baixo destes dormitorios ha hum corredor com quatro lucutorios cada hum com hua saleta e

[120] Assinado no canto superior direito: "Barros". Assinado no canto esquerdo: "Ferreira".

tem huma janella grande, e quatro mais pequenas, em seguida tem outros dormitorios da fundação do convento, o maior corre de Poente ao Nascente e consta de doze cellas com janellas para o Norte, e dezassete para o Sul (sic) e huma conventual; segue outro dormitorio mais pequeno em direcção de Norte a Sul com nove janellas de cella, sendo cinco para o Poente, e quatro para o Nascente; deste dormitorio segue huma varanda sobre o claustro, e hé espaçoza e firmada sobre colunnas de pedra fina, o teto e solo está muito deteriorado, bem como os dormitorios da fundação estão velhos, bem assim as cellas, e a maior parte estão com fogoens; contiguo a esta varanda ha huma sala grande com quatro janellas grandes para a cerca, e duas para a Jgreja, segue-se hum dormitorio em direcção de Norte a Sul com cinco cellas para o Nascente, tem dous coros alto e baixo, tendo o primeiro hum orgão ordinario, duas ordens de cadeiras, retabulos e pinturas, tudo com aceo, tem o segundo huma só ordem de cadeiras, retabulos e pinturas, e hum altar, o coro alto tem quatro janellas de grades de ferro e vidraças para o terreiro, e tres para a Jgreja, e o de baixo tres janellas (Fl. 2v)[122] pequenas para o terreiro, e huma grade grande de ferro com porta para a Jgreja. Pela parte superior do coro há hum mirante espaçozo com grades para o terreiro e para todos os outros lados. Tem dous campos que formão a cerca, hum superior ao Nascente do edificio do convento com arvores e fruteiras, e produz hortaliças para consumo da caza, a meio a este campo há hum terrreiro comprido onde estão as cazas da lenha, dos fornos, e varios alojamentos particulares, há alli hum tanque com agoa, em seguida hum campinho com fruteiras e gallinheiro, e pegado a este há outro campo com arvores fruteiras e hortas, esta cerca he fechada para Nascente por hum muro alto que corre desde a Caza do Arco ao lugar de Roma e de ali vem fechar na esquina da traveça de Santa Clara. Tem a jgreja unida ao Convento decentemente ornada a capella mór com retabulos e pinturas em bom estado e os retabulos são dourados, altar mór, e quatro laterais, e huma sachristia em bom estado e aceo. E sendo presentes os louvados o mestre pedreiro Francisco Pinto da cidade de Guimarães, o mestre carpinteiro Manoel Antunes da freguezia de S. Thomé de Caldellas, o mestre caiador Luis Antonio, da cidade de Guimarães ajuramentados todos neste acto pelo dito Dezembargador Arcipreste de Guimarães, declararão que a parte da primitiva fundação do convento está em mau estado e arruinada no seu todo, e que outra parte deporterios fundação e actualmente habitada pelas relegiozas, está em melhor estado, e capaz de ser habitada, e que attendendo a que não serve como está senão para o fim que serve o avalião em oito conto de reis. E[123] neste forma se houve este acto por concluido, e (Fl. 3)[124] que todos vão asignar, e eu João Pereira de Barros que o escrevi.

Convento de Santa Clara em Guimarães 20 de Abril de 1858.

[121] Assinado no canto superior direito: "Barros". Assinado no canto esquerdo: "Ferreira".
[122] Assinado no canto superior direito: "Barros". Assinado no canto esquerdo: "Ferreira".
[123] Margem direita: "8000$000".
[124] Assinado no canto superior direito: "Barros". Assinado no canto esquerdo: "Ferreira".

(Assinado:) MARIA MAXIMINA DO SACRAMENTO D. Abbadeça
(Assinado:) Arcipreste CHRISTOVÃO GONÇALO FERREIRA
(Assinado:) O aspirante da Repartição da Fazenda do Districto de Braga JOÃO PEREIRA DE BARROS
(Assinado de cruz:) de FRANCISCO + PINTO
(Assinado:) MANOEL ANTUNES
(Assinado de cruz:) de LUIS + ANTONIO

Documento nº 3

1858, Abril, 23 – Guimarães.

Inventário e avaliação das alfaias sagradas e mais objectos preciosos, destinados ou não ao culto, pertencentes à communidade de Santa Clara, incluindo faianças e livros impressos.

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1886, cap. 3, n.º 9.

Convento de Santa Clara em Guimarães. Objectos preciosos.
1858.
24-4-58
Cª 564 e 565

(Fl. 1v)[125] Aos vinte e tres dias do mez de Abril do anno de mil oitocentos cincoenta e oito na grade do Convento de Santa Clara, da Ordem Segunda de São Francisco, se reunirão a Muito Reverenda e Veneravel Dona Abbadeça do dito convento Dona Maria Maxima do Sacramento, o Dezembargador e Arcipreste do Julgado de Guimarães Christovão Gonçalo Ferreira, e o Aspirante de Primeira Classe da Repartição da Fazenda do Districto de Braga, encarregado deste inventario João Pereira de Barros, e bem assim os Louvados o mestre alfaiate Joze Salgado, da freguezia de Azurem, e o ourives Joze Pinto Guerra de Guimarães, para se proceder à descripção e avaliação das alfaias sagradas e mais objectos preciosos, destinados ou não ao culto, pertencentes à communidade, incluindo faianças, livros impressos ou manuscriptos e quaisquer outros do convento de importancia na forma como determinão as observações juntas ao officio da Secretaria d'Estado dos Negocios Eclesiasticos e de Justiça de 20 de Julho de 1857, a qual será feita neste quaderno, cujas folhas irão numeradas, e rubricadas com os appellidos de Ferreira = Barros = .

[125] Assinado no canto superior direito: "Barros".

(Fl.2)[126] **Relação dos paramentos, alfaias sagradas, pertencentes ao Convento de Santa Clara da cidade de Guimarães, segundo a avaliação dos vestimenteiros.**

Hum pavilhão de têla de ouro o melhor ..... 7$200
Hum dito muito velho ..... 2$000
Hum paramento branco de têla de ouro, que se compõe d'huma vestimenta, duas dialmaticas e capa d'asperges, e véo de hombros, tudo guarnecido com requefe d'ouro, tudo em mau estado ..... 14$000
Hum paramento de damasco vermelho que se compõe d'huma vestimenta e duas dialmaticas tudo com galão entrefino ..... 12$000
Hum paramento de séda de matiz, que se compõe de huma vestimenta, duas dialmaticas, guarnecidas de galão de retrós ..... 8$000
Hum paramento de seda preta, que se compõe de huma vestimenta, duas dialmaticas com galão de retroz em muito mau estado ..... 7$200
Tres vestimentas roxas em bom uso, todas com galão de retroz a 3200 reis cada hua ..... 9$600
Huma dita de matiz com galão de retroz ..... 4$000
Huma dita de damasco verde, com galão fino ..... 4$600
Duas ditas vermelhas com galão de retroz a 3200 reis cada huma ..... 6$400
Huma dita vermelha d'algodão e seda ..... 2$000
Tres ditas de damasco branco e valendo duas a 4000 reis cada huma, e hua 4600 reis ..... 12$600
Huma vestimenta preta de vellodilho ..... 2$400
Huma capa de asperges branca de damasco muito velha 800
Huma dita vermelha com galão de retroz ..... 3$200
..... Segue **96$000**

(Fl.2v)[127] Transporte 96$000
Huma capa de asperges branca em melhor uso, com galão de retrós ..... 4$000
Huma outra dita de seda preta com galão de retrós e muito velha ..... 1$200
Quatorze bolças de corporais muito uzadas a 120 reis cada huma ..... 1$680

[126] Assinado no canto superior direito: "Barros". Assinado no canto esquerdo: "Ferreira".
[127] Assinado no canto superior direito: "Barros". Assinado no canto esquerdo: "Ferreira".

Hum frontal de seda branca, com franja de ouro ..... 6$000
Hum dito de franja de retrós igualmente branco ..... 3$200
Hum dito de damasco roxo, com franja de retrós ..... 3$600
Hum dito de damasco verde com franja de retrós ..... 3$600
Hum dito dito (sic) vermelho com franja de retrós ..... 3$200
Dous veos de hombros de seda de matiz com galão de ouro em ambos ..... 5$000
Hum panno de estante vermelho e branco com franja de retrós 960
Hum dito com franja de retrós ..... 1$000
Seis capas de damasco branco com galões de retrós das festas do Senhor Heposto ..... 24$000
Hum panno da porta ..... 3$000
Vinte e duas portadas de damasco em mau estado ..... 14$400
Doze alvas com folhos de cassa e talagarça ..... 9$600
Seis ditas dos dias solennes com rendas e entremeos a 1200 reis cada huma ..... 7$200
Sete sobrepelizes de linho a 480 reis cada huma ..... 3$360
..... Segue **191$000**

(Fl.3)[128] Transporte 191$000
Seis toalhas do Altar Mór com folhos de cosser e duas de renda a 1000 reis cada huma ..... 8$000
Seis ditas com folhos de cosser, pertencentes as credencias 400
Doze toalhas dos Altares, humas com folhos de cosser, e outras de rendas ..... 7$200
Seis toalhas da communhão a 120 reis 720
Seis toalhas do lavatorio a 200 reis ..... 1$200
Tres latas com folhos de tremora a 400 reis ..... 1$200
Dous calixe de pé de latão,copo e patena de prata com o subvazo lavrado, avaliado em ..... 12$800
Hum dito de pé de latão mais pequeno com patena de prata, avaliado em ..... 4$800
Huma custodia de metal dourado com circulo de pedras de cristal ordimario ..... 12$000
Hum vazo de prata dourado do sacrario avaliado em ..... 7$600
Tres pares de galhetas de estanho com pratos iguais cada par a 300 reis 900
Humas ditas de louça da India 800

[128] Assinado no canto superior direito: "Barros". Assinado no canto esquerdo: "Ferreira".

Hum jarro e bacia da mesma louça ..... 1$200
Hum aparelho de chá ordinario ..... 1$200
Dous armarios para guardar a roupa, pertencente à igreja,
e dous guarda roupas, e duas caixas, tudo avaliado em ..... 9$600
Um livro denominado Tombo das propriedades rendas e foros
do convento que teve principio em 3 de Agosto de 1703,
findou em 16 de Junho de 1705 feito pelo Doutor Juiz do Tombo Leonardo Monteiro
de Vasconcellos Miranda, e escripto pelo escrivão João Ferreira Guimarães
..... Segue **261$100**
(Fl.3v)[129] Transporte 261$100
Sete livros dos prazos do convento
Sessenta e tres livros do recibo dos foros que se pagão desde o anno de 1630 até 1857 ..... **261$100**
Importão as verbas lançadas neste quaderno na quantia de duzentos sessenta e hum mil e cem reis.
Convento de Santa Clara em Guimarães 24 de Abril de 1858.

Documento nº4

1891, Setembro, 18 – Guimarães.
Inventário dos bens móveis e de raiz do extinto convento de Santa Clara.

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, A.H.M.F. – Convento de Santa Clara de Guimarães, Cx. 1887, cap. 5, n.º 16

Districto de Braga. Concelho de Guimarães.
Inventario geral do supprimido Convento de Santa Clara de Guimarães.
Anno de 1891.
Cxª. 27.Ve. 11

[129] Assinado no canto superior direito: "Barros". Assinado no canto esquerdo: "Ferreira".

(Fl. 1) **Inventario geral**

Papeis de credito 4
Escripturas de emprazamento ..... .18
Bens moveis ..... .49v.
Quadros ..... .58v.
Bens de raiz ..... .64v.
Igreja ..... .65v.
Objectos de prata ..... .68.
Alfaias que constão do inventario velho ..... .70v.
Vasos sagrados idem idem ..... .73.
Alfaias encontradas a mais que no inventario velho ..... .73

(Fl. 1v) Vasos sagrados encontrados a mais que no inventario velho[130].

Os nºs descriptos a tinta encarnada são os correspondentes aos que se achão devidamente collados nos objectos.

(Fl. 2) **Cópia**

Auto de posse. Anno Christão de mil oitocentos noventa e um aos quinze dias do mez de Setembro do mesmo anno, nesta cidade de Guimarães e supprimido convento das relegiozas de Santa Clara, estando presentes Manoel Antonio da Silva Ramos, official da repartição de fazenda do Districto de Braga, como delegado do Excellentissimo Senhor Inspector de fazenda e director da referida repartição Joaquim Albano Corte Real, segundo o alvará de onze do corente mez, passado pelo mesmo Excellentissimo Director, e o Excellentissimo Reverendissimo Senhor Arcipreste Antonio Manoel de Mattos Abbade da freguezia de Polvoreira deste concelho, como Delegado de Sua Excellencia Reverendissima o Senhor Arcebispo Primáz Dom Antonio de Freitas Honorato, como o demonstrou por provizão de dez do corrente mez do mesmo Excellentissimo Reverendissimo Arcebispo, e Dona Florinda Firmina Salgado, religioza secular do alludido convento, comigo (Fl. 2v) Fortunato Antunes Leite, escrivão de Fazenda do concelho de Guimarães

[130] Todas as folhas estão rubricadas por "Ribeiro".

e Antonio José Ribeiro escripturario de Fazenda particular e mais testemunhas o Reverendissimo José de Oliveira Guimarães capellão do mesmo convento, e o Reverendo Padre Eugenio de Araujo Mota e José Martins da Costa, estes ultimos desta cidade e todos reunidos para o effeito de ser tomada posse para a Fazenda Nacional na forma das leis vigentes em vigor, do mesmo convento com todas as suas pertenças, moveis; objectos do culto e tudo o mais nélle existente a que se procede do fallecimento da ultima religioza, verificado no dia oito do corrente mez de Setembro pelas dez horas da noite; e assim depois de percorrido todo o convento e cerca anexa, foi encorporada a posse mansa e pacifica do mesmo convento na Fazenda Nacional, praticando-se todasos actos e solennidades que a lei determina em todos os actos de semelhante (Fl. 3) natureza. E pelo referido official de Fazenda Manoel Antonio da Silva Ramos foi dito que segundo o alvará do referido Excellentissimo Inspector de Fazenda fazia entrega do mesmo convento e suas pertenças, com todos os objectos e moveis nélle existentes ao Escrivão da Fazenda deste concelho Fortunato Antunes Leite para conjuntamente com o seu escripturario particular Antonio José Ribeiro procederem ao respectivo inventario na forma determinada em officio da Direção Geral dos Proprios Nacionaes do Ministerio da Fazenda de honze do corrente mez entregando n'estes acto para semelhante fim quatro cadernos do inventario geral a que o mesmo officio se refere, tendo em vista as instruçoes de trinta e um de Maio de mil oitocentos sessenta e dous e mais legislação em vigor. E para firmeza e a todo o tempo constar se lavrou o prezente auto em duplicado que todos vão assignar comigo Fortunato Antunes Leite escrivão de Fazenda que o sobescrevi: Ma (Fl. 3v) Manoel Antonio da Silva Ramos. O Arcipreste Antonio Manoel de Mattos. Florinda Firmina Salgado. Padre José de Oliveira Guimarães. Padre Eugenio de Araujo Motta. José Martins da Costa. Antonio José Ribeiro. Fortunato Antunes Leite. Está conforme.

Guimarães 15 de Setembro de 1891.

O escrivão da Fazenda

(Assinado:) FORTUNATO ANTUNES LEITE

(Fl. 4) **Nomeação de louvados.**

Aos dezoito dias do mez de Setembro do anno de mil oitocentos noventa e um n'esta repartição de Fazenda onde se achava presente o Escrivão de Fazenda deste concelho comigo Antonio José Ribeiro, encarregado dos inventarios n'este concelho de Guimarães, por elle foi dito que para procederem à avaliação de todos os bens pertencentes ao supprimido Convento de Santa Clara desta cidade de Guimarães se louvava em José Duraes mestre pintor da Praça de Sam Thiago, Antonio José de Paços, armador da rua de Sam Damazo, Antonio Alberto da Rocha Guimarães, ourives

e Manoel José Ribeiro Salgado, que vive da sua agencia, todos desta cidade. Do que por ser verdade se lavrou o presente termo de nomeação que vai ser assignado pelo referido escrivão da Fazenda e por mim Antonio José Ribeiro, encarregado dos inventarios que o escrevi e assigno.

(Assinado:) FORTUNATO ANTUNES LEITE

(Assinado:) ANTONIO JOSÉ RIBEIRO

(Fl.5) **Intimação**

Certifico em como intimei em suas proprias pessoas e moradas a José Duraes, Antonio José de Passos, Antonio Alberto da Rocha Guimarães e Manoel José Ribeiro Salgado, todos quatro desta cidade, para no dia dezanove do corrente pelas dez horas da manhã comparecerem na repartição de fazenda deste concelho afim de prestarem juramento na qualidade de louvados nomeados para a avaliação de todos os bens pertencentes ao supprimido Convento de Santa Clara desta cidade. E de como ficaram cientes assignão comigo esta intimação. Guimarães 18 de Setembro de 1891.

(Assinado:) ANTONIO JOSÉ DE PASSOS

(Assinado:) ANTONIO ALBERTO DA ROCHA GUIMARÃES

(Assinado:) JOSÉ CARNEIRO JUNIOR

(Assinado:) MANOEL JOSÉ RIBEIRO SALGADO

O encarregado

(Assinado:) ANTONIO JOSÉ RIBEIRO

(Fl. 6) **Juramento**

Aos dezanove dias do mez de Setembro do anno de mil oitocentos e noventa e um nesta repartição de fazenda do concelho de Guimarães, na prezença de seu digno escrivão Fortunato Antunes Leite, compareceram os senhores José Duraes da Praça de Sam Thiago, Antonio José de Passos da rua de Sam Damazo, Antonio Alberto da Rocha Guimarães da rua de Dom João Primeiro, e Manoel José Ribeiro Salgado do logar do Gaiteiro, todos desta cidade, louvados nomeados para a avaliação de todos os bens pertencentes ao supprimido Convento de Santa Clara. Aos quais

o referido escrivão de Fazenda deferiu a juramento dos Santos Evangelhos, debaixo do qual prometteram cumprir com as obrigaçoes de seus cargos. Em fé do que se lavrou o presente termo que todos vão assignar com o referido escrivão da Fazenda ao depois d lido perante todos por mim Antonio José Ribeiro, Encarregado dos inventarios que o escrevi e assigno.

(Fl. 6v) (Assinado:) FORTUNATO ANTUNES LEITE
(Assinado:) ANTONIO JOSE DE PASSOS
(Assinado:) ANTONIO ALBERTO DA ROCHA GUIMARÃES
(Assinado:) JOSÉ CARNEIRO JUNIOR
(Assinado:) MANOEL JOSÉ RIBEIRO SALGADO
O encarregado
(Assinado:) ANTONIO JOSÉ RIBEIRO

(Fl. 7) **Termo de descripção e louvação.**

Aos dezanove dias do mez de Setembro do anno de mil oitocentos e noventa e um n'esta cidade de Guimarães e supprimido convento de Santa Clara compareceram os louvados retro nomeados e a juramentos para o fim de se proceder a descripção e louvação de todos os objectos existentes no referido convento pela seguinte forma.

Papeis de crédito

Um certificado da divida interna fundada com o numero trinta e sete, do valor nominal de cincoenta mil reis. ..... .50:000

Um certificado da divida interna fundada com o numero cinco mil seiscentos vinte oito, do valor nominal de cincoenta mil reis. ..... .50:000

Um certificado da divida interna fundada com o numero cinco mil setecentos trinta e trez, do valor nominal de cincoenta mil reis. ..... .50:000

Um certificado da divida interna fundada com o numero trinta e sete, do valor nominal de cincoenta mil reis. ..... .50:000

Um certificado da divida interna fundada com o numero seis mil cento e quarenta do valor nominal de cincoenta mil reis 150:000

(Fl.7v) 150:000 50:000

Um certificado da divida interna fundada com o numero seis mil cento oitenta e oito, do valor nominal de cincoenta mil reis. 50:000

Um certificado da divida interna fundada com o numero seis mil quinhentos e cincoenta, do valor nominal de cincoenta mil reis. 50:000

Um certificado da divida interna fundada com o numero seis mil setecentos setenta e trez, do valor nominal de cincoenta mil reis. 50:000

Um certificado da divida interna fundada com o numero seis mil oitocentos setenta e um, do valor nominal de cincoenta mil reis 50:000

Um certificado da divida interna fundada com o numero sete mil cento sesenta e dous, do valor nominal de cincoenta mil reis 50:000

..... 450:000

(Fl. 8) Transporte 450:000

Um certificado da divida interna fundada com o numero sete mil setecentos e vinte, do valor nominal de cincoenta mil reis 50:000

Uma inscripção ou certificado da divida interna fundada do valor nominal de cincoenta mil reis com o numero nove mil dusentos cincoenta e sete 50:000

Um certificado da divida interna fundada com o numero doze e oito, do valor nominal de cincoenta mil reis 50:000

Um certificado da divida publica fundada com o numero treze mil setecentos e dezanove do valor nominal de cincoenta mil reis 50:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero quatorze mil novecentos e trinta do valor nominal de cem mil reis 100:000

Um certificado da divida interna fundada com o numero quatorze mil novecentos trinta e um, do valor nominal de cem mil reis 100:000

..... 850:000

(Fl.8v) 850:000 transporte

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero quatorze mil novecentos trinta e dous do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero vinte e um mil quatrocentos cincoenta e dous do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero vinte e um mil quatrocentos cincoenta e trez do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero vinte e um mil oitocentos e dezanove do valor nominal de cem mil reis. 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero vinte e dous mil cento e dezaseis do valor nominal de cem mil reis 100:000

..... 1:350:000

(Fl.9) Transporte 1:350:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero vinte e dous mil oitocentos oitenta e seis do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero trinta e nove mil quatrocentos oitenta e cinco do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero quarenta e sete mil dusentos setenta e nove do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero cincoenta e sete mil trezentos oitenta e dous do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero sessenta e quatro mil setecentos cincoenta e sete do valor nominal de cem mil reis 100:000

..... 1:850:000

(Fl.9v) 1:850:000 Transporte

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero sesenta e quatro mil setecentos cincoenta e oito do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero sessenta e seis mil setecentos e oitenta do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero sessenta e seis mil setecentos oitenta e um do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero sessenta e seis mil setecentos oitenta e cinco do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero sessenta e seis mil setecentos oitenta e sete do valor nominal de cem mil reis 100:000

..... 2:350:000

(Fl.10) Transporte 2:350:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero sessenta e seis mil setecentos oitenta e oito do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero sessenta e sete mil e cincoenta e trez do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero sessenta e sete mil e cincoenta e quatro do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero sessenta e sete mil e cincoenta e cinco do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero sessenta e sete mil e cincoenta do valor nominal de cem mil reis 100:000

..... 2:850:000

(Fl.10v) 2:850:000 Transporte

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero sessenta e sete mil e cincoenta e sete do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero sessenta e sete mil e cincoenta e oito, do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero setenta e um mil dusentos e doze do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero setenta e um mil e setecentos e quatorze do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero setenta e dous mil cento e nove, do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero setenta e dous mil cento no valor nominal de cem mil reis 100:000

..... 3:450:000

(Fl. 11) Transporte 3:450:00

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero setenta e dous mil cento e honze do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada do valor nominal de cem mil reis com o numero setenta e dous mil cento vinte e sete 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero setenta e dous mil cento e vinte oito no valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero setenta e dous mil cento e cincoenta e um do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero setenta e quatro mil cento e sessenta do valor nominal de cem mil reis 100:000

..... 3:950:000

(Fl. 11v) 3:950:000 Transporte

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero setenta e quatro mil cento sessentae um do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero setenta e quatro mil cento sessenta e dous do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero setenta e quatro mil cento sessenta e trez do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero setenta e cinco mil quatrocentos oitenta e cinco do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero setenta e cinco mil quatrocentos oitenta e seis do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero setenta e cinco mil quatrocentos oitenta e sete do valor nominal de cem mil reis 100:000

..... 4:550:000

(Fl.12) Transporte 4:550:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero setenta e sete mil novecentos e onze do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero setenta e sete mil novecentos e doze do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero setenta e sete mil novecentos e treze, do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero setenta e oito mil dusentos quarenta e cinco do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero setenta e oito mil cento dusentos quarenta reis do valor nominal de cem mil reis 100:000

.....5:050:000

(Fl.12v) 5:050:000 transporte

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero oitenta e nove mil novecentos setenta e seis do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero oitenta e nove mil novecentos setenta e sete do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero oitenta e nove mil novecentos setenta e oito do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero noventa mil novecentos cincoenta e sete, do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero noventa e dous mil tresentos trinta e sete, do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero noventa e dous mil tresentos trinta e oito, do valor nominal de cem mil reis 100:000

.....5:650:000

(Fl.13) Transporte 5:650:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero noventa e dous mil quinhentos trinta e dous do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero noventa e dous mil cento cento cincoenta e cinco do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero noventa e dous mil seiscentos cincoenta e seis do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero noventa e cinco mil setecentos sessenta e oito, do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero noventa e cinco mil setecentos sessenta e nove do valor nominal de cem mil reis 100:000

..... **6:150:000**

(Fl.13v) 6:150:000 Transporte

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero noventa e cinco mil setecentoscento e oitenta do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero noventa e cinco mil setecentos setenta e um do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero cento e dous mil seiscentos setenta e trez do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero cento e dous mil seiscentos setenta e quatro do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero cento e vinte mil e setenta e quatro, do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada do valor nominal de cem mil reis com o numero cento e vinte e um mil e oitenta e cinco 100:000

..... 6:750:000

(Fl.14) Transporte 6:750:000

Uma inscripção de assentamento dada divida interna fundada com o numero cento e trinta e trez mil novecentos cincoenta e seis do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero cento quarenta e dous mil setecentos trinta e seis do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero cento setenta e nove mil quinhentos noventa e cinco do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero cento setenta e nove mil e seiscentos do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero cento setenta e nove mil seiscentos e um do valor nominal de cem mil reis 100:000

..... 7:250:000

(Fl.14v) 7:250:000 Transporte

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero cento setenta e nove mil seiscentos e dous do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero cento setenta e nove mil oitocentos oitenta e dous do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero cento e oitenta mil quatrocentos vinte e um do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero cento oitenta mil quatrocentos vinte e dous do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero cento oitenta mil quatrocentos vinte e trez do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada, com o numero cento oitenta e dous mil novecentos sessenta e trez do valor nominal de cem mil reis 100:000

..... 7:750:000

(Fl.15) Transporte 7:750:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero cento oitenta e dous mil novecentos sessenta e quatro do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero cento oitenta e dous mil novecentos sessenta e cinco do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero cento oitenta e dous mil novecentos sessenta e seis do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero dusentos mil quatrocentos quarenta e sete do valor nominal de cem mil reis 100:000

..... 8:250:000

(Fl.15v) 8:250:000 Transporte

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero dusentos e trez mil cento trintatrinta e oito do valor nominal de cem mil reis 100:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero sete mil novecentos noventa e trez do valor nominal de quinhentos mil reis ..... .500:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero trinta e quatro mil oitocentos vinte e sete do valor nominal de quinhentos mil reis ..... .500:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero trinta e seis mil e sessenta e um do valor nominal de quinhentos mil reis ..... .500:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero trinta e seis mil novecentos e um do valor nominal de quinhentos mil reis ..... .500:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero trinta e sete mil cento sessenta e oito do valor nominal de quinhentos mil reis ..... .500:000

..... .10:850:000

(Fl.16) Transporte 10:850:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero trinta e oito mil e quatorze do valor nominal de quinhentos mil reis ..... .500:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero trinta e oito mil e sessenta e seis do valor nominal de quinhentos mil reis ..... .500:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero trinta e oito mil sessenta e sete do valor nominal de quinhentos mil reis ..... .500:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero trinta e oito mil e sessenta e oito do valor nominal de quinhentos mil reis ..... .500:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero trinta e oito mil e oitenta e sete do valor nominal de quinhentos mil reis ..... .500:000

..... 13:350:000

(Fl.16v) 13:350:000 Transporte

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero trinta e nove mil quatrocencentos cincoenta e trez do valor nominal de quinhentos mil reis ..... .500:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero quarenta e dous mil dusentos sessenta e dous do valor nominal de quinhentos mil reis ..... .500:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero quarenta e quatro mil e quarenta, do valor nominal de quinhentos mil reis ..... .500:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero quarenta e seis mil quatrocentos trinta e seis do valor nominal de quinhentos mil reis ..... .500:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero quarenta e oito mil trescentos e vinte, do valor nominal de quinhentos mil reis ..... .500:000

..... 15:850:000

(Fl.17) Transporte 15:850:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero cincoenta mil quinhentos oitenta e um do valor nominal de quinhentos mil reis ..... .500:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero cincoenta e seis mil e quarenta e quatro do valor nominal de quinhentos mil reis ..... .500:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero cincoenta e nove mil cento e cinco, do valor nominal de quinhentos mil reis ..... .500:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero quarenta e nove mil cento e trez do valor nominal de um conto de reis 1:000:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero cincoenta mil e vinte e sete, do valor nominal de um conto de reis 1:000:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero cincoenta e sete mil oitocentos e quarenta e trez do valor nominal de um conto de reis 1:000:000

..... 20:350:000

(Fl.17v) 20:350:000 Transporte

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero cincoenta e sete mil oitocentos quarenta e quatro do valor nominal de um conto de reis 1:000:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero sessenta mil novecentos e oitenta, do valor nominal de um conto de reis 1:000:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero setenta e dous mil seiscentos e quinze, do valor nominal de um conto de reis 1:000:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero setenta e trez mil novecentos quarenta e seis, do valor nominal de um conto de reis 1:000:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero setenta e trez mil novecentos quarenta e sete, do valor nominal de um conto de reis 1:000:000

..... 25:350:000

(Fl.18) Transporte 25:350:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero setenta e nove mil e quarenta e seis do valor nominal de um conto de reis 1:000:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero noventa mil cento sessenta e um do valor nominal de um conto de reis 1:000:000

Uma inscripção de assentamento da divida interna fundada com o numero noventa e nove mil tresentos trinta e oito, do valor nominal de um conto de reis 1:000:000

Cartorio

Escripturas de prazo e outros documentos

Fafe

Prazo do cazal do Jardim situado na freguesia de Santo Estevão de Vinhós feito em 3 de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e nove e mais outros titulos respeitantes ao mesmo cazal[131]

Foro

(Fl.18v) Foro

Trigo ..... 11 alqueires
Milho alvo ..... 28 1/8 "
Centeio ..... 8 "
Laudemio a 10ª parte.

Fafe

Escriptura de renovação de prazo feito em trez de Agosto de mil setecentos oitenta e nove, e mais outros documentos respeitantes a um quarto do cazal de Recobellas na freguesia de Santa Maria de Ribeiros

Foro

Trigo ..... 9 1/2 alqueires
Leitão 1
Manteiga ..... 1 quartilho
Dinheiro ..... 40 reis
Laudemio e quarentena.

[131] Na margem direita: "Masso nº1".

Fafe

Prazo do cazal do Assento situado na freguesia de Santa Maria de Ribeiros feito em treze de Junho de mil setecentos cincoenta e cinco, e outros (Fl.19) e outros titulos respeitantes ao mesmo cazal.

Foro

Trigo ..... 21 alqueires
Milho alvo e centeio 21 1/4
Leitão 1
Laudemio a quinta parte.

Fafe

Uma escriptura de renovação de prazo de dous campos chamados dos Ribeiros na freguesia de Santa Maria de Ribeiros feita em dezasete de Janeiro de mil oitocentos quarenta e cinco, e outros documentos que dizem respeito aos mesmos campos

Foro

Milho ..... 3 alqueires
Gallinhas 1
Frangos 2
Laudemio a decima parte.

Fafe

Uma escriptura de renovação de prazo do meio cazal de Recovellos sito (Fl.19v) sito na freguesia de Santa Maria de Ribeiros, feito em dez de Julho de mil oitocentos quarenta e quatro, e mais outros documentos respeitantes ao mesmo cazal.

Foro

Trigo ..... 21 alqueires
Manteiga ..... 1 canada
Leitão 1
Gallinhas 2
Laudemio a quarentena.

Fafe

Uma sentença civel passada a favor do Convento de Santa Clara e diz respeito ao cazal de Real na freguesia de Santa Maria de Ribeiros.

Fafe

Uma escriptura de reconhecimento de prazo de uma caza e horta chamada a Quinta na freguesia de Santa Maria de Ribeiros e outros documentos.

Foro ..... 120 reis

Laudemio a quinta parte.

(Fl.20) Fafe

Escriptura de renovação de prazo de meio cazal de Real sito na freguesia de Santa Maria de Ribeiros, feito em seis de Julho de mil oitocentos quarenta e quatro, e outros documentos respeitantes ao mesmo cazal.

Foro

Trigo ..... 31 alqueires
Gallinhas 2
Carneiros 1
Leitão 1
Manteiga ..... 1 canada

Laudemio a decima parte.

Fafe

(Fl.20) Escriptura de renovação do prazo do meio cazal de Real sito na freguesia de Santa Maria de Ribeiros, feito em seis Julho de mil oitocentos quarenta e quatro, e outros documentos respeitantes ao mesmo cazal.

Foro

Trigo ..... 31 alqueires
Gallinhas 2
Carneiros 1
Leitão 1
Manteiga ..... 1 canada

Laudemio a decima parte.

Fafe

Escriptura de prazo do cazal da Felgueira situado na freguesia de Santa Maria de Ribeiros, feito em honze de Abril de mil setecentos sessenta e oito, e outros documentos respeitantes ao mesmo cazal.

Foro

Trigo ..... .53 alqueires
Meado ..... .17 3/4
Carneiros 2
Gallinhas 4
(Fl.20v) Manteiga ..... .1 1/2 canada
Dinheiro ..... .20 reis

Fafe

Escriptura de renovação de prazo do Quarto do casal de Recovellos sito na freuguesia de Santa Maria de Ribeiros, feito em dezasete de Julho de mil oitocentos quarenta e quatro, e mais outros documentos respeitantes ao mesmo cazal.

Foro

Trigo ..... .10 razas
Leitão 1
Gallinhas 1
Manteiga ..... .1 quartilho
Laudemio a decima parte.

Fafe

Escripura de renovação de prazo do meio do Assento na freguesia de Santa Maria de Ribeiros, feito aos trez dias mez de Julho de mil oitocentos quarenta e quatro, e outros documentos respeitantes ao mesmo (Fl.21) mesmo casal.

Foro

Milho alvo ..... .9 3/8 alqueires
Centeio ..... .9 3/8 "
Trigo ..... .4 1/2 "
Leitão 1
Laudemio a quinta parte.

Fafe

Escriptura de prazo do Campo da Veiga, situado na freguesia de Santa Maria de Ribeiros, feito em vinte oito de Junho de mil oitocentos quarenta e quatro e mais documentos respeitantes a este prazo.

Foro

Trigo ..... .3 alqueires
Milho alvo ..... .1/2 "
Frango ..... .1 "
Dinheiro ..... .50 reis
Laudemio a quinta parte.

Barcellos[132]

Escriptura de prazo do cazal de Ferreiros situado na freguesia de Santa Eu (Fl.21v) Eulalia de Negreiros do concelho de Barcellos, feito em treze de Desembro de mil setecentos sessenta e sete e mais documentos que dizem respeito a este cazal.

Foro

Meado ..... .30 alqueires
Dinheiro ..... .30 reis
Laudemio a vintena.

Braga

Escriptura de prazo do cazal do Feijoal situado na freguesia de Santo Estevão de Penso do concelho de Braga, feito em vinte de Desembro de mil setecentos sessenta e sete, e mais documentos referentes ao mesmo cazal.

Foro

Meado ..... .37 1/4 alqueires
Laudemio a decima parte.

Braga

Escriptura de renovação de prazo do cazal do Fajoal sito na freguesia de Sam Pedro de Escudeiros da comarca (Fl.22) de Braga, feito em dezaseis de Maio de mil oitocentos trinta e trez, e outros documentos respeitantes ao mesmo cazal.

Foro

Meado ..... .22 1/4 alqueires
Gallinhas 2
Laudemio a decima parte.

[132] Na margem direita: "Masso nº2".

Famalicão

Escriptura de prazo do cazal das Fontes situado na freguesia de Sam Salvador de Joanne da comarca de Famalicão, feito em vinte e nove de Setembro de mil oitocentos e seis e diversos documentos referentes ao mesmo cazal.

Foro

Meado branco ..... 20 alqueires
Centeio ..... 10 "
Feijão branco ..... 1/2 "
Laudemio a decima parte.

Barcellos

Escriptura de prazo do cazal de Cabreiros, situado na freguesia de Sam Miguel de Cabreiros da comarca de Bar (Fl.22v) Barcellos, feito em treze de Junho de mil setecentos quarenta e quatro, e outros documentos respeitantes ao mesmo cazal.

Foro

Meado ..... 39 alqueires
Gallinhas 3
Laudemio a quarentena.

Barcellos

Escriptura de prazo do cazal de Linhares, situado na freguesia de Sam Matheus de Oliveira da comarca de Barcellos, feito e, vinte e quatro de Fevereiro de mil setecentos sessenta e oito, e outros documentos.

Foro

Meado ..... 26 alqueires
Dinheiro ..... 20 reis
Laudemio a terça parte.

Barcellos

Reconhecimento do prazo d'uma propriedade no logar do Bairro, freguesia de Sam Salvador de Joanne, comarca (Fl.23) de Barcellos, feito em nove de Novembro de mil setecentos e trez.

Foro

Meado ..... 17 alqueires
Gallinhas 1

Famalicão

Escriptura de renovação de prazo do cazal de Villar freguesia de Vermoim do concelho de Famalicão, feito em vinte e nove de Desembro de mil oitocentos quarenta e cinco e outros documentos respeitantes ao mesmo cazal.

Foro

Centeio ..... 16 alqueires
Milho branco ..... 22 "
Vinho ..... 14 almudes
Gallinhas 2
Frango 1

Braga

Escriptura de renovação de prazo do cazal do Feijoal situado na freguesia de Sam Pedro de Escudeiros da comarca de Braga, feito em dezassete de Junho de (Fl.23v) de mil oitocentos trinta e trez, e outros documentos respeitantes ao mesmo cazal.

Foro

Meado ..... 30 1/2 alqueires
Laudemio a decima parte.

Famalicão

Escriptura de prazo do cazal de Viljões situado na freguesia de Sam Matheus de Oliveira, feita em dezoito de Setembro de mil oitocentos cincoenta e oito e outros documentos respeitantes ao mesmo cazal.

Foro

Milho alvo ..... 11 alqueires
Centeio ..... 11 "
Dinheiro ..... 20 reis

Santo Thirso

Escriptura de prazo do cazal da Quintã situado na freguesia de Sam Miguel das Aves da comarca de Santo Thirso, feita em vinte e nove de Setembro de mil setecentos setenta e sinco, e (Fl.24) outros documentos respeitantes ao mesmo cazal.

Foro

Meado ..... 40 alqueires
Gallinhas 4
Laudemio a quarentena.

Braga

Uma escriptura de prazo do cazal do Feijoal situado na freguesia de Santo Estevão de Penço da comarca de Braga, feita em oito de Outubro de mil setecentos cincoenta e nove e outros documentos do mesmo cazal.

Foro

Meado .....30 1/2 alqueires
Laudemio a decima parte.

Fafe[133]

Reconhecimento do prazo do cazal do Maranhão situado na freguesia de Sam Martinho de Moreira de Rei feito em dezasete de Outubro de 1703.

Foro

Trigo .....8 alqueires

Fafe (Fl.24v)

Escriptura de renovação de prazo, do campo dos Quinhoes e leira de Surreguinho situados na freguesia de Sam Martinho de Moreira de Rei, feita em quinze de Julho de mil oitocentos quarenta e quatro, e outros documentos respeitantes aos mesmos predios.

Foro

Centeio .....10 3/8 alqueires
Milho ruivo .....10 3/8 "
Laudemio a quarentena.

Fafe

Reconhecimento de prazo do cazal da Igreja freguesia de Sam Martinho de Silvares concelho de Fafe e outros documentos respeitantes ao mesmo cazal.

Censo

Trigo .....12 alqueires

Fafe

Uma sentença passada em vinte e quatro de Outubro de mil setecentos e trez respeitante ao cazal da Igreja fre (Fl.25) freguesia de Sam Martinho de Silvares.

Censo

Trigo .....12 alqueires

[133] Na margem direita: "Masso nº3".

Fafe

Prazo de diversas terras desmembradas do cazal de Tresmil na freguesia de Sam Martinho de Silvares, feito em vinte e sete de Agosto de mil setecentos noventa e quatro e outros documentos.

Foro

Trigo ..... .3 alqueires e quatro e meio
Laudemio a quarentena.

Fafe

Reconhecimento do cazal de Covas situado na freguesia de Sam Martinho de Silvares feito em vinte e dous de Outubro de mil setecentos e trez.

Censo

Trigo ..... 1/2 alqueires

Fafe

Prazo do cazal de Soutello, situado na freguesia de Moreira de Rei, feito em (Fl.25v) em vinte de Junho de mil setecentos e cincoenta.

Foro

Trigo ..... .8 alqueires e 3 (...)[134]
Gallinhas 1
Laudemio a quarentena.

Fafe

Sentença civel e mais documentos respeitantes ao cazal do Marinhão em a freguesia de Moreira de Rei.

Foro

Milho Alvo ..... .2 alqueires
Milhão ..... .12 "
Gallinhas 2

Guimarães

Prazo de terras desmembradas do cazal do Ribeiro na freguesia de Sam Martinho de Leitoes, feito em vinte e um de Maio de mil oitocentos trinta e nove.

Foro

Milho alvo ..... .3 alqueires

[134] Palavra de difícil leitura.

Centeio ..... 1 "
Frango 1
Laudemio a quarentena.

(Fl.26) Guimarães

Reconhecimento e mais titulos d'uma leira de terra no Reboto, freguesia de Sam Martinho de Candozo.

Censo

Meado ..... 12 alqueires

Silvares – Guimarães

Renovação de prazo, e outros documentos, do cazal de Riba d'Ave situado na freguesia de Silvares deste concelho, feito em dezanove de Maio de mil setecentos noventa e quatro.

Foro

Meado ..... 85 alqueires
Trigo ..... 7 1/2 "
Laudemio a quarentena.

Fafe

Prazo do cazal de Tresmil de Baixo situado na freguesia de Sam Martinho de Silvares do concelho de Fafe, feito em vinte e nove de Desembro de mil oitocentos cincoenta e oito, e mais documentos, pertencentes ao mesmo (Fl.26v) cazal.

Foro

Trigo ..... 19 1/2 alqueires
Milho alvo ..... 9 1/2 "
Gallinhas 3
Marrã arrateis 30
Laudemio a quinta parte.

Povoa de Lanhoso

Reconhecimento de prazo das propriedades do cazal da Veiga ma freguesia de Sam Miguel de Thaide.

Censo

Milho alvo ..... 2 alqueires
Centeio ..... 1 "
Meado ..... 2 "

Fafe

Escriptura de renovação de prazo do cazal de Figueiras situado na freguesia de Sam Martinho de Moreira de Rei, feito em dezoito de Janeiro de mil oitocentos quarenta e cinco, e mais outros documentos respeitantes ao mesmo cazal.

(Fl.27) Foro

Trigo ..... .5 alqueires
Gallinhas 1
Laudemio a quarentena.

Guimarães

Escriptura de reconhecimento do cazal de Lourido situado na freguesia de Sam Martinho de Candozo feito em dezasete de Setembro de mil setecentos e trez.

Censo

Meado ..... .6 alqueires

Aroza – Guimarães

Escriptura de prazo da Quinta de Aboim situada na freguesia de Santa Marinha de Aroza, feito em sete de Junho de mil oitocentos cincoenta e nove, e mais documentos respeitantes ao mesmo cazal.

Foro

Dinheiro ..... .500 reis
Trigo ..... .6 alqueires
Milho alvo ..... .8 "
(Fl.27v) Centeio ..... .6 alqueires
Castanha seca ..... .1 "
Milhão ..... .1/2 "
Marrã arrateis ..... .60 "
Gallinhas 2
Palha triga ..... .1 carro
Vinho cozido ..... .6 almudes
Laudemio a quarentena.

Fafe

Escriptura de prazo do cazal de Tresmil de Cima situado na freguesia de Sam Martinho de Silvares da comarca de Fafe, feito em vinte e oito de Desembro de mil oitocentos cincoenta e oito e outros documentos respeitantes ao mesmo cazal.

Foro

Trigo ..... 19 3/8 alqueires
Milho alvo ..... 9 1/2 "
Gallinhas 3
Marrã ..... 30 arrateis
Laudemio a quarentena.

(Fl.28) Guimarães[135]

Escriptura de prazo do cazal da Lage de Baixo na freguesia de Figueiredo feito em vinte e seis de Outubro de mil oitocentos vinte e quatro e mais documentos.

Foro

Centeio ..... 4 alqueires
Milho alvo ..... 16 1/2 "
Lenha ..... 1 carro

Monte Longo

Uma carta de sentença civil sobre o cazal de Lamas, freguesia de Sam Thomé de Esturãos concelho de Monte Longo.

Fafe

Escriptura de prazo das herdades de Lustogo e cazal da Caza Nova na freguesia de Sam Vicente de Paços, feito em nove de Outubro de mil oitocentos cincoenta e oito, e mais documentos respeitantes a este cazal.

Foro

(Fl.28v) Pão terçado ..... 16 1/4 alqueires
Laudemio a quarentena.

[135] Na margem direita: "Masso nº4".

Guimarães

Reconhecimento das aguas do Convento de Santa Clara.

Guimarães

Prazo da propriedade da Formigoza situado na freguesia de Santa Marinha da Costa, feito em vinte e trez de Julho de mil setecentos quarenta e seis.

Foro

Dinheiro ..... .800 reis
Lenha ..... .2 carros
Gallinhas 1
Laudemio a vintena.

Fafe

Prazo do Campo do Carvalhinho e herdades de Lustoza, feito em quatorze de Outubro de mil oitocentos cincoenta e oito, situados na freguesia de Sam Vicente de Paços, e mais documentos respeitantes a este prazo.

(Fl.29) Foro

Trigo ..... .3 alqueires
Milho alvo ..... .2 1/2 "
Centeio ..... .1 1/2 "
Milhão ..... .3 "
Laudemio a quarentena.

Guimarães

Reconhecimento das herdades da Ventuzella na freguesia de Sam Salvador de Briteiros, feito em 24 de Setembro de mil setecentos e trez.

Censo

Meado ..... .11 alqueires

Guimarães

Escriptura de prazo do cazal de Sepiade situado na freguesia de Sam Thiago de Ronfe, feito em doze de Março de Mil oitocentos e seis e outros documentos respeitantes ao mesmo.

Foro

Meado ..... .42 alqueires
Laudemio a decima parte.

(Fl.29v) Fafe

Reconhecimento do cazal do Ribeiro, situado na freguesia de Sam Thomé de Travassós da comarca de Fafe, feito em oito de Outubro de mil setecentos e trez.

Censo

Pão traçado .....31 alqueires

Fafe

Reconhecimento do cazal de Vizella na freguesia de Sam Thomé de Travassós, feito em oito de Outubro de mil setecentos e trez.

Censo

Meado .....4 alqueires

Guimarães

Prazo do cazal de Cima de Villa situado na freguesia de Sam Salvador de Donim feito em dez de Janeiro de mil oitocentos quarenta e seis.

Foro

Meado .....2 1/2 alqueires
Feijão rajado .....1/2 "
(Fl.30) Azeite .....1 quartilho
Laudemio a quarentena.

Fafe

Reconhecimento do campo da Bouça de Linhares situado na freguesia de Sam Pedro de Freitas feito em seis de Outubro de mil setecentos e trez.

Censo

Meado .....4 alqueires

Fafe

Escriptura de renovação de prazo do meio cazal de Lamas situado na freguesia de Sam Tomé de Esturãos da comarca de Fafe, feito em quinze de Julho de mil oitocentos quarenta e quatro e mais documentos respeitantes ao mesmo cazal.

Foro

Trigo .....19 alqueires

Gallinhas 2
Frango 1
Dinheiro .....20 reis
Laudemio a quarentena.

(Fl.30v) Guimarães

Prazo do cazal de Arcella situado na freguesia de Sam Pedro de Azurem feito aos vinte e dous dias do mez de Agosto de mil setecentos quarenta e nove.

Foro

Meado .....20 1/4 alqueires
Laudemio a vintena.

Fafe

Reconhecimento do cazal da Pena situado na freguesia de Sam Thomé de Travassós feito em 8 de Outubro de mil setecentos e trez.

Censo

Trigo .....8 alqueires

Fafe

Escriptura de renovação de prazo de metade do campo da Veiga, situado na freguesia de Santa Maria de Ribeiro da comarca de Fafe, feito em vinte e trez de Julho de mil oitocentos quarenta e quatro, e outros documen (Fl.31) documentos respeitantes a este prazo.

Foro

Trigo .....3 1/4 alqueires
Coelhos 1
Laudemio a quarentena.

Fafe

Escriptura de prazo do campo do Pereiro e leira das Carvalhinhas situados na freguesia de Sam Thomé de Esturaos do concelho de Fafe, feito em 28 de Junho de mil oitocentos quarenta e quatro e outros documentos.

Foro

Trigo .....4 alqueires
Laudemio a decima parte.

Povoa de Lanhozo

Escriptura de prazo do cazal de (...)[136] na freguesia de Sam Theago de Lanhozo, feito em cinco de Abriol de mil oitocentos trinta e nove e outro documento tambem respeitante a este cazal.

Foro

(Fl.31v) Meado ..... 20 alqueires
Feijão ..... 1/2 "
Gallinhas 1
Laudemio a quarentena.

Guimarães

Prazo do cazal da Lage, situado na freguesia de Sam Paio de Figueiredo desta comarca, feito em quatorze de Maio de mil setecentos cincoenta e dous, e mais documentos respeitantes a este cazal.

Foro

Centeio ..... 4 alqueires
Milho alvo ..... 16 1/2 "
Laudemio a quarentena.

[137]Guimarães

Escriptura de reconhecimento de prazo do cazal de Sam João na freguesia de Pensello feito em 15 de Setembro de mil setecentos e trez.

Foro censo

Centeio ..... 30 alqueires
Milho alvo ..... 40 "
Gallinhas 2

(Fl.32) Fafe

Uma sentença civel de libello por foros que são obrigados a pagar os pessuidores do cazal do Sabugal situado na freguesia de Revelhe.

Foro

Trigo 3/4
Milho alvo 3/4

[136] Palavra de difícil leitura.
[137] Na margem direita: "Masso nº5".

Guimarães

Escriptura de reconhecimento de prazo e outros documentos, do cazal das Leiras situado na freguesia de Sam João de Ponte.

Foro

Milho alvo .....16 alqueires

Fafe

Escriptura de prazo feito em 24 de Maio de mil setecentos sessenta e oito e outros documentos, respeitantes ao campo do Vallo na freguesia de Santa Eulalia antiga de Fafe.

Foro

(Fl.32v) Trigo .....10 alqueires
Frango 1
Franga 1
Dinheiro .....10 reis
Laudemio a quarentena.

Guimarães

Prazo e diversos documentos de terras do cazal do Canal situado na freguesia de Sam Paio de Vizella.

Foro censo

Trigo .....2 alqueires e 3/4 e meio
Milho alvo .....6 alqueires
Centeio .....1/4 e meio

Guimarães

Prazo e outros documentos do cazal da Venda ou do Ribeiro na freguesia de Sam Martinho de Leitoes d'esta comarca, feito em 4 de Desembro de mil setecentos setenta e dous.

Foro

Meado .....19 1/2 alqueires
Gallinhas 2
Frangos 3
Laudemio a quarentena.

(Fl.33) Guimarães

Escriptura de prazo e outros documentos, da propriedade de Golpilhaes situada na freguesia da Oliveira, feito em 18 de Junho de mil oitocentos cincoenta e nove.

Foro

Trigo ..... 20 alqueires
Laudemio a quarentena.

Guimarães

Escriptura de prazo, e mais documentos, do cazal da Vinha do Campo, situado na freguesia de Sam João de Pencello, feito em 20 de Janeiro de mil setecentos sessenta e oito.

Foro

Meado ..... 20 1/4 alqueires
Lenha ..... 2 carros
Gallinhas 2
Frangos 1
Laudemio a quarentena.

Fafe[138]

Diversos documentos respeitantes ao cazal da Safôa situado na freguesia (Fl. 33v) freguesia de Santa Eulalia de Fafe.

Censo

Trigo ..... 3 alqueires
Centeio ..... 3 "
Milho alvo ..... 7 "

Guimarães

Reconhecimento do prazo e mais documentos respeitantes ao cazal de Sam João, situado na freguesia de Sam João Baptista de Pencello.

Censo

Centeio ..... 50 alqueires
Milho alvo ..... 40 "
Gallinhas ..... 2 " (sic)
Cabrito ..... 1 " (sic)

[138] Na margem direita: "Masso nº6".

Fafe

Uma sentença civel sobre o campo da Chouça situado na freguesia de Sam Julião de Serafão da comarca de Fafe.

Guimarães

Reconhecimento do prazo e campo da (Fl. 34) Rensolha, e outros documentos, cujo campo é situado na freguesia de Fermentoens.

Censo

Miolho branco .....3 alqueires

Pencello

Reconhecimento do cazal de Sapoaz, e outros documentos, cujo cazal é situado na freguesia de Pencello.

Censo

Meado .....4 1/2 e 1/2 quatro e 1/3 de meio quarto

Creixomil – Guimarães

Escriptura de prazo e outros documentos respeitantes ao cazal d'Atouguia, situado na freguesia de Creixomil, feito em 23 de Agosto de mil setecentos noventa e cinco.

Foro

Meado .....24 1/2 alqueires
Laudemio a quarentena.

Felgueiras

Reconhecimento de prazo e outros docu (Fl.34v) documentos do cazal de (...)[139] Selho situado na freguesia de Sam Jorge de Vizella.

Censo

Milho alvo .....26 alqueires
Centeio .....17 1/2 "

Famalicão

Escriptura de prazo e outros documentos, do cazal Velho, situado na freguesia de Santa Marinha de Portella, feito em vinte e cinco de Fevereiro de mil oitocentos e sessenta.

Foro

Milho alvo .....6 alqueires
Centeio .....6 "
Laudemio a quarentena.

[139] Palavra de difícil leitura.

Famalicão

Escriptura de prazo e outros documentos, do cazal das Fontes, situado na freguesia de Sam Salvador de Joanne, feito em vinte e dous de Fevereiro do anno de mil oitocentos e sessenta.

Foro

(Fl.35) Milho alvo ..... 20 alqueires
Centeio ..... 10 "
Feijão ..... 1/2 "

Barcellos

Escriptura de prazo e outros documentos, respeitantes à propriedade do Bacello, situada na freguesia de Santa Marinha da Portella da comarca de Barcellos, feita em oito de Outubro do anno de mil oitocentos trinta e nove.

Foro

Gallinhas 3
Laudemio a quarentena

Famalicão

Escriptura de prazo e mais documentos, respeitantes à propriedade da Quintão situada na freguesia de Sam Miguel das Areas do concelho de Famalicão, feito em 10 de Julho de mil oitocentos cincoenta e nove.

Foro

Gallinhas 3
Laudemio a quarentena.

(Fl.35v) Famalicão

Reconhecimento do cazal de Pitella, situado na freguesia de Santa Maria de Mogege comarca de Famalicão.

Censo

Trigo ..... 4 alqueires
Meado ..... 10 "
Gallinhas ..... 1 "

Cabeceiras de Basto

Diversos documentos que dizem respeito ao casal do Telhado, situado na freguesia de Santo André d'Painzella da comarca de Cabeceiras de Basto.

Barcellos

Escriptura de prazo e outros documentos respeitantes ao cazal de Castellãos, situado na freguesia de Sam Theago de Castellãos da comarca de Barcellos, feito em 26 de Agosto de mil setecentos e treze.

Foro

Centeio ..... .9 alqueires
Milho ..... .13 1/2 "
Gallinha 1
Laudemio a quarentena.

(Fl.36) Famalicão

Escriptura de prazo e outros documentos respeitantes ao cazal da Portella, situado na freguesia de Santa Maria de Mogege, da comarca de Famalicão, feito em 2 de Outubro de mil oitocentos cincoenta e oito.

Foro

Milho alvo ..... .8 alqueires
Centeio ..... .4 "
Dinheiro ..... .20 reis
Laudemio a quinta parte.

Guimarães

Uma sentença civel passada a favor do Convento de Santa Clara, contra Dona Leonarda Branca Pereira de Miranda e marido, desta cidade, donde constão diversos legados e obrigaçoens.

Famalicão[140]

Uma escriptura de prazo e mais documentos, respeitante ao cazal de Segade situado na freguesia de Sam Theago de (...)[141] da comarca de Famalicão, feito em (Fl.36v) em 16 de Junho de mil oitocentos e sessenta.

Foro

Milho alvo ..... .22 alqueires
Centeio ..... .15 "
Feijão branco ..... .1 "
Laudemio a quarentena.

[140] Na margem direita: "Masso nº7".

[141] Palavra de difícil leitura.

Famalicão

Uma escriptura de prazo e mais documentos respeitantes a predios desmembradas do cazal de Sam Fins, na freguesia de Sam Theago Antas, feito em 23 de Abril de 1859 e nove.

Foro

Meado ..... 11 alqueires
Laudemio a vintena.

Barcellos

Escreptura do campo da (...)[142] pertença do cazal de Sam Fins da freguesia de Sam Silvestre de Requião da comarca de Barcellos, cujo prazo foi feito em 19 de Julho do anno de mil setecentos sessenta e oito.

(Fl.37) Foro

Meado ..... 1 1/2 alqueires
Dinheiro ..... 10 reis
Laudemio a vintena.

Famalicão

Uma escreptura de prazo e outros documentos respeitantes ao cazal de Sam Fins, situado na freguesia de Sam Theago d' Antas da comarca de Famalicão, feito em 23 de Abril de mil oitocentos cincoenta e nove.

Foro

Meado ..... 22 1/2 alqueires
Gallinhas 1
Frango 1
Laudemio a vintena.

Fafe

Uma escreptura de renovação de prazo e outros documentos respeitantes ao cazal da Vinha do Maranhão situado na freguesia de Sam Martinho de Moreira de Rei da comarca de Fafe, feito em 2 de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e qua (Fl.37v) e quatro.

Foro

Trigo ..... 6 alqueires
Meado ..... 17 "
Gallinhas 4
Dinheiro ..... 20 reis
Laudemio a quinta parte.

---

[142] Palavra de difícil leitura.

Guimarães

Uma escreptura de renovação de prazo e mais documentos, d'uma caza e quintal situado na rua do Sabugal, freguesia de Nossa Senhora da Oliveira desta cidade, feita em 21 de Outubro de mil setecentos oitenta e dous.

Foro

Dinheiro ..... 1:030 reis

Laudemio a quarentena.

Guimarães

Reconhecimento de prazo e mais documentos do cazal do Outeiro Levado na freguesia de Sam Christovão de Selho desta comarca.

Censo

40 alqueires de meado

(Fl. 38) Fafe

Uma sentença sivel por divida de foros passada a favor do Convento de Santa Clara e contra Custodio Luiz Carneiro da freguesia de Sam Bartholomeu de Villa Cova comarca de Fafe.

Fafe

Diversas escripturas respeitantes ao campo da Fraga da Portellinha e suas pertenças situado na freguesia de Sam Bartholomeu de Villa Cova da comarca de Fafe.

Foro

Milho ..... 20 alqueires
Centeio ..... 5 "
Trigo ..... 5 "

Fafe

Reconhecimento e outro documento de metade da Quinta da Pouzada situada na freguesia de Sam Clemente de Silvares da comarca de Fafe, feito em 23 de Outubro de mil setcentos e trez annos.

(Fl.38v) Foro censo

Trigo ..... 2 alqueires
Milho alvo ..... 6 "
Centeio ..... 4 "

Guimarães

Uma escreptura de prazo respeitante à propriedade da Aldea de Salgueiros na freguesia de Sam Cosme e Damião da Lobeira, feito em 22 de Setembro de mil setecentos setenta e sete.

Foro

Meado ..... 10 alqueires
Laudemio a quarentena.

Guimarães

Reconhecimento do prazo e outros titulos respeitantes ao cazal do (...)[143] situado na freguesia de Sam Christovão de Cima de Selho.

Foro

Milho alvo ..... 5 3/4 alqueires
Centeio ..... 1 "
Laudemio a quarentena.

(Fl. 39) Guimarães

Uma escreptura de prazo a diversos documentos respeitantes ao cazal do Pombal, situado na freguesia de Sam Ciprianno de Taboadello, feita em 21 de Outubro de mil setecentos noventa e quatro.

Foro

Meado ..... 20 alqueires
Frangos 3
Laudemio a terça parte.

Braga

Uma escreptura de renovação de prazo do cazal do Fajoal situado na freguesia de Santo Estevão de Penço da comarca de Braga, feito em 28 de Maio do anno de mil setecentos trinta e trez.

Foro

Meado ..... 37 alqueires
Laudemio a decima parte.

Lanhozo

Uma carta de sentença civel comunicatoria passada a favor do Convento (Fl. 39v) convento de Santa Clara desta cidade e contra Francisco de Freitas da freguezia de Garfe.

[143] Palavra de difícil leitura.

Uma sentença civel passada a favor de Manoel de Freitas e de seu irmão Francisco de Freitas.

Uma escriptura de recepção de espolio para titulo e execução de custas a favor das relegiozas do Convento de Santa Clara e contra o Padre João José Ribeiro.

Tombo do Convento com illuminuras

[144]Um livro do Tombo de todos os bens do Convento de Santa Clara da cidade de Guimarães, o qual tem duas illuminuras no seu principio, estando escripto pello escrivão João Ferreira Guimarães e teve seu principio em trez de Agosto de mil setecentos e trez e findou em dezaceis de Junho do anno de mil setecentos e cinco, achando-se escripto em (Fl. 40) trezentas noventa e quatro folhas.

Um pequeno masso contendo titulos[145] e outras cartas escriptas em pergaminho.

Papeis e livros sem importância

Nº1
Um masso contendo diversos papeis e documentos sem importancia.

Nº2
Um masso contendo diversos papeis e documentos sem importancia.

Nº3
Um masso contendo diversos papeis e documentos sem importancia.

Nº4
Um masso contendo diversos papeis e documentos sem importancia.

Nº5
Um masso contendo diversos papeis e documentos sem importancia.

Nº6
Um masso contendo diversos papeis e documentos sem importancia. (Fl. 40v)

Nº7
Um masso contendo diversos papeis e documentos sem importancia.

[144] Na margem esquerda: "Livro do Tombo".
[145] Na margem direita: "Masso nº8".

Nº8

Um masso contendo diversos papeis e documentos sem importancia.

Nº9

Um livro dos Estatutos do convento de Santa Clara, todo manuscripto.

Nº10

Um livro da receita e despeza com uma illuminação no principio pela qual se vê que este livro principiou em sete de Julho de mil seiscentos noventa e oito.

Nº11

Um livro da Confraria de Nossa Senhora da Conceição com duas illuminuras, sendo uma da Virgem e outra de Sam Francisco do anno de mil seiscentos quarenta e sete.

Nº12

Um livro do recibo do convento com uma illuminura das armas do convento, que teve principio em vinte e trez de Junho de (Fl. 41) de mil setecentos quarenta e cinco.

Nº13

Um livro do recibo e das rendas do convento com uma illuminação que principiou em trinta de Novembro de mil setecentos setenta e oito.

Nº14

Um livro do recibo e despesa do convento com uma pequena illuminura que principiou aos dez de Julho de mil setecentos trinta e nove.

Nº15

Um livro do recibo ou do celeiro com uma illuminura das armas de Santa Clara, dos annos de mil setecentos quarenta e oito até mil setecentos e cincoentas.

Nº16

Um livro do recibo e despesa do convento, com uma illuminura das armas de Santa Clara que principiou em dezaceis de Agosto de mil setecentos quarenta e oito.

Nº17

Um livro do recibo e despesa com uma illuminura que principiou em qua (Fl.41v) quatro de Julho de mil seiscentos noventa e dous.

Nº18

Um livro do recibo e despeza com uma illuminação que principiou em onze de Julho de mil setecentos e um.

Nº19

Um livro de prazos que parece ser um livro de notas.

Nº20

Um livro do recibo dos annos de mil seiscentos oitenta e dous a mil seiscentos oitenta e quatro.

Nº21

Um livro do seleiro do anno de mil seiscentos oitenta e oito.

Nº22

Um livro do celeiro dos annos de mil seiscentos noventa e dous a mil seiscentos noventa e quatro.

Nº23

Um livro da receita e despeza dos annos de mil setecentos vinte e dous até mil setecentos vinte e quatro.

(Fl.42) Nº24

Um livro das rendas do convento e da despeza do mesmo dos annos de mil setecentos e trinta até mil setecentos trinta e dous.

Nº25

Um livro do recibo e despeza do anno de mil seiscentos sessenta e seis.

Nº26

Um livro do recibo e despeza dos annos de mil setecentos e dezanove até mil setecentos vinte e um.

Nº27

Um livro do recibo e despeza que principiou em seis de Julho de mil seiscentos noventa e cinco.

Nº28

Um livro do recibo e despeza que principiou em quatorze de Julho de mil setecentos e quatro.

Nº29

Um livro do recibo e despeza do anno de mil seiscentos e setenta.

Nº30

Um livro do recibo e despeza que (Fl. 42v) principiou em onze de Julho de mil seiscentos oitenta nove.

Nº31
Um livro do recibo e despesa que principiou em vinte e dous de Setembro de mil seiscentos setenta e seis.

Nº32
Um livro do recibo e despesa do anno de mil setecentos trinta e trez.

Nº33
Um livro do recibo e despesa do anno de mil setecentos trinta e seis.

Nº34
Um livro do recibo e despesa que principiou em vinte oito de Setembro de mil seiscentos sessenta e cinco.

Nº35
Um livro da receita e despeza do anno de mil setecentos oitenta e trez.

Nº36
Um livro do recibo e despesa dos annos de mil setecentos e quatro até mil setecentos e seis.

Nº37
Um livro do recibo e despeza dos (Fl.43) annos de mil seiscentos e setenta e trez a mil seiscentos setenta e cinco.

Nº38
Um livro do recibo e despeza dos annos de mil setecentos e treze a mil setecentos e quinze.

Nº39
Um livro do recibo e despeza do convento sem data.

Nº40
Um livro do recibo e despeza do anno de mil oitocentos quarenta e cinco.

Nº41
Um livro do recibo e despeza dos annos de mil oitocentos até mil oitocentos quarenta e um.

Nº42
Um livro do recibo e despeza que principiou em vinte e um de Julho de mil setecentos vinte e cinco.

Nº43
Um livro do recibo e despeza que principiou em vinte e oito de Agosto de mil setecentos vinte e seis.

Nº44

Um livro do recibo e despeza que principiou em dezanove de Agosto de mil seicentos oitenta e trez.

Nº45

Um livro do recibo e despeza do anno de mil setecentos trinta e oito.

Nº46

Um livro do recibo e despeza dos annos de mil oitocentos trinta, mil oitocentos trinta e um e mil oitocentos trinta e dous.

Nº47

Um livro do recibo e despeza do anno de mil seiscentos trinta e seis.

Nº48

Um livro do recibo que principiou em vinte e dous de Setembro de mil seiscentos oitenta e dous.

Nº45 A

Um livro do recibo e despeza e do celeiro dos annos de mil setecentos e sete a mil setecentos e nove.

Nº46 A

Um livro da despeza do anno de mil oitocentos trinta e trez.

(Fl. 44) Nº47 A

Um livro do recibo e despeza do anno de mil setecentos e dezaceis.

Nº48 A

Um livro do seleiro e do recibo e despeza do anno de mil setecentos e cincoenta e sete.

Nº49

Um livro do celeiro dos annos de mil setecentos vinte e um a mil setecentos vinte e trez.

Nº50

Um livro do recibo e despeza dos annos de mil seiscentos noventa e oito a mil setecentos.

Nº51

Um livro da despeza dos annos de mil setecentos (sic) digo de mil oitocentos vinte e sete a mil oitocentos quarenta e trez.

Nº52

Um livro do recibo e despeza que principiou em quinze de Julho de mil setecentos e dezanove.

(Fl. 44v) Nº53

Um livro do recibo que principiou em dez de Setembro de mil seiscentos cincoenta e trez.

Nº54

Um livro do recibo e despeza do anno de mil setecentos vinte e sete.

Nº55

Um livro do recibo e despeza que principiou em vinte e trez de Julho de mil setecentos quarenta e dous.

Nº56

Um livro do recibo e despeza que principiou em treze de Setembro de mil seiscentos cincoenta e seis.

Nº57

Um livro do recibo e despeza dos annos de mil setecentos e um a mil setecentos e trez.

Nº58

Um livro do celeiro e do recibo e despeza dos annos de mil oitocentos vinte e quatro até mil oitocentos vinte e seis.

(Fl. 45) Nº59

Um livro index donde constão todos os foros que se pagão a este convento.

Nº60

Um livro do recibo e despeza que principiou em sete de Agosto de mil oitocentos setenta e quatro.

Nº61

Um livro do recibo que principiou em vinte e dous de Setembro de mil seiscentos oitenta e cinco.

Nº62

Um livro do recibo e despeza do anno de mil seiscentos e cincoenta e um.

Nº63

Um livro do recibo e despeza que principiou em sete de Setembro de mil seiscentos quarenta e quatro.

Nº64

Um dito do recibo e despeza que principiou em mil setecentos oitenta e trez.

Nº65

Um livro do celeiro dos annos de (Fl.45v) mil setecentos sessenta seis e mil setecentos sessenta e sete.

Nº66

Um livro do seleiro e da despeza sem data.

Nº67

Um livro do recibo e despeza que principiou no anno de mil setecentos e sete.

Nº68

Um livro do recibo dos annos de mil seiscentos quarenta e um até mil seiscentos quarenta e trez.

Nº69

Um livro do recibo e despeza que principiou em cinco de Agosto de mil setecentos setenta e um.

Nº70

Um livro da receita e despeza que principiou em cinco de Agosto de mil setecentos sessenta e oito e findou em mil setecentos setenta annos.

Nº71

Um livro do recibo e despeza do anno de mil setecentos e dez.

(Fl.46) Nº 72

Um livro do celeiro e da despeza dos annos de mil setecentos cincoenta e quatro até mil setecentos cincoenta e seis.

Nº73

Um livro do celeiro que principiou em cinco de Agosto de mil setecentos setenta e trez.

Nº74

Um livro do recibo e despeza que principiou em sete de Agosto de mil setecentos setenta e sete.

Nº75

Um livro da receita e despeza do anno de mil setecentos e trinta.

Nº76

Um livro do celeiro da receita e despeza dos annos de mil setecentos quarenta e dous até mil setecentos quarenta e quatro.

Nº77

Um livro do recibo do celeiro dos annos de mil setecentos vinte e dous e mil setecentos vinte e trez.

(Fl.46v) Nº78

Um livro do recibo e despeza que principiou em quinze de Julho de mil setecentos e treze.

Nº78 A

Um livro da despeza do anno de mil oitocentos vinte e sete.

Nº79

Um livro do celeiro que principiou em cinco de Agosto de mil setecentos sessenta e oito.

Nº80

Um livro da receita e despeza que principiou em vinte de Agosto de mil setecentos cincoenta e nove.

Nº81

Um livro do celeiro dos annos de mil setecentos e oitenta até mil setecentos oitenta e dous.

Nº82

Um livro do recibo e despeza dos annos de mil oitocentos vinte e sete até mil oitocentos vinte e nove.

Nº83

Um livro do recibo e despeza dos na (Fl.47) annos de mil setecentos e dez a mil setecentos e doze.

Nº84

Um livro do recibo que principiou em dez de Setembro de mil seiscentos quarenta e sete.

Nº85

Um livro do recibo e despeza que começou em vinte e dous de Setembro do anno de mil seiscentos setenta e nove.

Nº86

Um livro da receita e despeza dos annos de mil oitocentos oitenta e nove até mil oitocentos noventa e um.

Nº87

Um livro do recibo e despeza que principiou em Setembro de mil setecentos vinte e seis.

Nº88

Um livro do celeiro dos annos de mil setecentos trinta e trez a mil setecentos trinta e cinco.

Nº89

Um livro do recibo e despeza dos annos de mil setecentos sessenta e cinco (Fl. 47v) até ao anno de mil setecentos sessenta e oito.

Nº90

Um livro do recibo e despeza sem data.

Nº91

Um livro do recibo e despeza do anno de mil seiscentos cincoenta e nove.

Nº92

Um livro do celeiro dos annos de mil setecentos noventa e oito a mil oitocentos.

Nº93

Um livro do recibo e despeza dos annos de mil setecentos vinte e cinco até mil setecentos vinte e sete.

Nº94

Um livro do celeiro do anno de mil seiscentos trinta e seis.

Nº95

Um livro do recibo do anno de mil seiscentos oitenta e oito.

Nº96

Um livro das contas geraes dos annos de mil oitocentos e nove até mil oitocentos vinte e quatro.

(Fl. 48) Nº 97

Um livro do celeiro e da despeza sem data.

Nº98

Um livro do recibo que principiou em vinte e quatro de Setembro de mil seiscentos sessenta e dous.

Nº99

Um livro do recibo e despeza do anno de mil setecentos cincoenta e trez.

Nº100

Um livro da receita e despeza do anno de mil setecentos e oitenta.

Nº101
Um livro do celeiro dos annos de mil setecentos cincoenta e nove até mil setecentos sessenta e um

Nº102
Um livro do recibo e da despeza que principiou em sete de Agosto de mil setecentos oitenta e quatro.

Nº103
Um livro do celeiro que serviu nos annos de mil oitocentos trinta e nove até mil oitocentos quarenta e um.

(Fl.48v) Nº104
Um livro do celeiro dos annos de mil oitocentos quarenta e cinco até mil oitocentos quarenta e sete.

Nº105
Um livro do celeiro dos annos de mil oitocentos quarenta e cinco até mil oitocentos quarenta e sete (sic).

Nº106
Um livro do celeiro dos annos de mil oitocentos cincoenta e dous até mil oitocentos cincoenta e sete.

Nº107
Um livro do celeiro dos annos de mil oitocentos trinta e seis até mil oitocentos trinta e oito.

Nº108
Um livro do celeiro dos annos de mil oitocentos cincoenta e oito.

Nº109
Um livro index de todos os foros que se pagarão ao convento.

Nº110
Um livro ultimo dos rècibos passados ao convento.

Nº111
Um livro da cobrança dos foros censos e pensoes do convento – o ultimo.

Nº112
Um livro das elleiçoes das abbadeças que principiou em dez de Setembro de mil seiscentos quarenta e sete.

Nº113
Um livro das rendas do convento com uma illuminura que principiou em mil setecentos e oitenta.

Nº114

Um livro do recibo do anno de mil oitocentos vinte e sete.

Livros impressos

Nº115

Cinco livros de cantocham em mau estado.

Nº116

Dous breviarios grandes em mau estado, onde se resava o coro.

Nº117

Cincoenta e nove breviarios pequenos em meio uzo.

(Fl.49v) Nº118

Diversos livros sem importancia de diversas rezam.

Segue-se a descripção com avaliação
Bens moveis

Nº1

Uma meza de madeira em meio uzo avaliada em mil reis 1:000

Nº2

Uma cadeira de braços com as costas estofadas avaliada em mil reis 1:000

Nº3

Quatro cadeiras com assento de pallinha avaliadas em oitocentos reis 800

Nº4

Um armario de castanho avaliado em mil e quinhentos reis 1:500

Nº5

Um bau de coiro muito velho avaliado em cem reis 100

Nº6

Uma meza pequena em meio uso avaliada em (sic) 200

(Fl. 50) N°7

Seis cadeiras de palhinha avaliadas em mil duzentos reis 1:200

N°8

Um cadeira de couro muito velha avaliada em trezentos reis 300

N°9

Uma meza redonda muito velha avaliada em quatrocentos reis 400

N°10

Duas cadeiras de couro muito velhas avaliadas em quatrocentos reis 400

N°11

Quatro cadeiras de palhinha e uma de pau muito velhas avaliadas em quatrocentos reis 400

N°12

Um armario de madeira de castanho avaliado em dous mil reis 2:000

N°13

Um cadeira com assento de couro avaliada em tresentos reis 300

N°14

Um armario de castanho velho avaliado em quinhentos reis 500

(Fl.50v) N°15

Duas pequenas mezas de castanho avaliadas em quatrocentos reis 400

N°16

Uma pequena caixa avaliada na quantia de cem reis 100

N°17

Quatro cadeiras ordinarias avaliadas em quatrocentos reis 400

N°18

Honze tabuleiros em meio uso avaliadas em dous mil reis 2:000

N°19

Um taboleiro com alguma roupa branca avaliada em mil reis 1:000

Nº20

Uma meza, duas caixas e duas cadeiras velhas, avaliado tudo em oitocentos reis 800

Nº21

Dous garrafoens, uma corda de carro, uma porção de caixas para doces, e uma cesta pequena tudo avaliado na quantia de mil dusentos 1:200

Nº22

Um armario pequeno, dous bancos ve (Fl.51) velhos, um taboleiro, dous bancos de cama e alguma louça vidrada tudo avaliado em tresentos reis 300

Nº23

Uma meza de castanho e pinho, quatro bancos pequenos, dous caixotes de pinho, cinco taboleiros e trez toldes tudo avaliado em mil reis 1:000

Nº24

Quatro bancos e trez alquidares tudo avaliado em tresentos 300

Nº25

Uma cama à francesa, um colchão de palha, um dito de folhelho, um cobertor velho, uma coberta de linho ordinaria e um travesseiro, tudo avaliado em oito mil reis 8:000

Nº26

Uma meza de castanho em meio uso avaliado em mil reis 1:000

Nº27

Uma commoda em meio uzo avaliada em mil reis 1:000

Nº28

Um lavatorio, jarro e bacia avaliadas (Fl.51v) avaliado tudo em oitocentos reis 800

Nº29

Uma escada de cabeceira em meio uso avaliada em quatrocentos reis 400

Nº30

Oito cadeiras de palhinha, avaliadas em mil e seiscentos reis 1:600

Nº31

Um armario de castanho em bom uzo avaliado em mil e quinhentos reis 1:500

Nº32
Um armario de castanho em meio uzo avaliado em mil reis 1:000

Nº33
Um armario de castanho em meio uzo avaliado em mil e quinhentos reis 2:500

Nº34
Um armario de castanho pintado em meio uzo avaliado em mil e quinhentos reis 1:500

Nº35
Quatro baús uzados e uma caixa velha avaliadas em mil e duzentos reis 1.200

Nº36
Duas cadeiras sendo uma de couro avaliadas em mil reis 1:000

(Fl.52) Nº37
Um armario de castanho avaliado em cem reis 100

Nº38
Um armario de castanho avaliado em mil reis 1:000

Nº39
Um armario grande de castanho avaliado em dous mil reis 2:000

Nº40
Um armario de castanho mais pequeno avaliado em oitocentos reis 800

Nº41
Doze taboleiros de castanho avaliados em mil reis 1:000

Nº42
Um meza de castanho e pinho avaliada em seiscentos mil reis 600

Nº43
Um banco, duas gamellas e uma medida de raza avaliados em duzentos reis 200

Nº44
Uma meza de castanho e pinho e uma porção de alguidares tudo avaliado em mil reis 1:000

(Fl.52v) N° 45

Um armario velho de castanho avaliado em tresentos reis 300

N° 46

Uma armario de castanho velho avaliado em tresentos reis 300

N°47

Um armario velho de castanho avaliado em tresentos reis 300

N°48

Uma caixa velha de pinho, uma maceira velha de castanho, um engenho velho, cinco taboleiros velhos de castanho e pinho, uma cadeira velha, e um escadote de madeira tudo avaliado em duzentos reis 200

N°49

Uma meza de castanho e pinho, dous engenhos de fazer doces, quatro maceiras, uma caixa velha, um aparelho do forno, e oito peneiras tudo avaliado em dous mil e quinhentos reis 2:500

N°50

Dezasete bacias de cobre avaliadas em trez mil e quatrocentos reis 3:400

(Fl.53) N°51

Um taxo de cobre em meio uso avaliado em mil e quinhentos reis 1:500

N°52

Uma bacia velha de cobre avaliadas em mil reis 1:000

N°53

Um taxo de cobre avaliado em dous mil e quinhentos reis 2:500

N°54

Um pote de cobre uzado avaliado em dous mil reis 2:000

N°55

Um pote de cobre uzado avaliado em mil reis 1:000

N°56

Uma panella de ferro avaliada em cento e vinte reis 120

Nº57
Uma porção de bacias de barro avaliadas em duzentos reis 200

Nº58
Um armario de pinho velho avaliado em duzentos reis 200

Nº 59
(Fl. 53v) Nº59
Uma cama velha avaliada em duzentos reis 200

Nº60
Um carro pequeno em bom uzo avaliado em quinhentos reis 500

Nº61
Uma salgadeira, uma maceira velha um banco velho avaliados em duzentos reis 200

Nº62
Uma porção de telha nova no valor de trez mil reis 3:000

Nº63
Uma cadeira de couro velha, cinco crivos de piel, dous ditos de arame, uma meza pequena, duas maceiras e cinco sacos avaliado tudo em seiscentos reis 600

Nº64
Um armario velho de castanho avaliado em quatrocentos reis 400

Nº65
Um armario muito velho avaliado em trezentos reis 300

Nº66
Trinta e um pratos grossos, seis tige (Fl.54) gellas grossas e sete garfos e duas facas tudo avaliado em quatrocentos reis 400

Nº67
Um armario muito velho de castanho avaliado em duzentos reis 200

Nº68
Um armario velho de castanho avaliado em quinhentos reis 500

Nº69
Uma caixa grande de pinho em bom uzo avaliada em dous mil e quinhentos reis 2:500

Nº70
Sete bancos da igreja, de pinho avaliados em setecentos reis 700

Nº71
Uma grande escada de castanho avaliada em mil reis 1:000

Nº72
Trez trabiteis de castanho avaliadas em trez mil e seiscentos reis 3:600

Nº73
Dez taboas de pinho avaliadas em mil e duzentos reis 1:200

Nº74
(Fl.54v) Seis taboas de castanho avaliadas em mil e duzentos reis 1:200

Nº75
Oito taboas de pinho avaliadas em novecentos reis 900

Nº76
Oito cavalletes avaliados em duzentos reis 200

Nº77
Dezaceis bocados de madeira de nogueira e castanho avaliados em oitocentos reis 800

Nº78
Uma cousueira de castanho avaliada em quatrocentos reis 400

Nº79
Doze barrotes velhos de castanho avaliados em oitocentos reis 800

Nº80
Uma caixa grande de castanho avaliada em mil e duzentos reis 1.200

Nº81
Uma dita de castanho e pinho avaliada em quatrocentos reis 400

Nº82

Uma caixa de castanho com tampa de pinho[146].

(Fl.55) Nº83

Uma caixa de castanho em meio uzo avaliada em dous mil e quinhentos reis 2:500

Nº84

Um armario velho de castanho avaliado em quatrocentos reis 400

Nº85

Um armario de castanho uzado avaliado em mil reis 1:000

Nº86

Duas tolhas (sic) digo duas talhas e um alguidar avaliadas em duzentos reis 200

Nº87

Um armario pequeno de castanho avaliado em quinhentos reis 500

Nº88

Uma caixa grande de castanho velha avaliada em mil e quinhentos reis 1:500

Nº89

Uma caixa pequena de castanho avaliada em seiscentos reis 600

Nº90

Uma caixa velha de castanho em muito mau estado e avaliada na quantia de quatrocentos reis 400

(Fl.55v) Nº91

Uma caixa de castanho uzada, avaliada na quantia de oitocentos reis 800

Nº92

Uma meza velha de castanho avaliada em duzentos reis 200

Nº93

Oito cadeiras em meio uso com assentos de palhinha avaliadas em oitocentos reis 800

Nº94

Um armario de castanho e pinho avaliado em mil reis 1:000

146 Sem referência ao preço atribuído.

Nº95
Uma caixa de castanho uzada avaliada em oitocentos reis 800

Nº96
Uma caixa armario pinho e castanho avaliada em dusentos reis 200

Nº97
Um armario de castanho com gavetas avaliado em oitocentos reis 800

Nº98
Seis pares de castiçais de vidro e louça um de vidro e dous pirez avaliados em (sic) 400

(Fl.56) Nº99
Um armario de castanho avaliado em mil reis 1:000

Nº100
Uma terrina, onze chavenas e pirez, trez cafeteiras, quatro bules, dous assucareiros, uma manteigueira, duas leiteiras, dous jarros, trez pratos pequenos chinezes, trez garrafas de vidro, cinco calix de vidro, um pires de vidro, uma taça de vidro e trez taboleiros tudo avaliado em mil reis 1:000

Nº101
Um armario velho avaliado em mil reis 1:000

Nº102
Um armario velho de castanho avaliado em duzentos reis 200

Nº103
Um armario pequeno de castanho avaliado em quatrocentos reis 400

Nº104
Uma meza velha avaliada na quantia de cem reis 100

Nº105
Uma pequena meza, com gavetas (Fl.56v) um banco e um caixote tudo avaliado em cem reis 100

Nº106
Um mocho com assento forrado a vermelho avaliado em quinhentos reis 500

Nº107
Uma cadeira de braços com assento de couro muito velha avaliada em duzentos reis 200

Nº108
Uma cadeira de castanho muito velha avaliada em cem reis 100

Nº109
Dous pares de castiçaes de vidro e um de estanho no valor de cento e vinte reis 120

Nº110
Vinte quadros pequenos com differentes estampas avaliados em seiscentos reis 600

Nº111
Trez esteiras de junco em meio uzo no valor de mil reis 1:000

Nº112
Um banco de carpinteiro muito velho avaliado em duzentos reis 200

Nº113
(Fl.57) Uma trave e uma consueira e duas casqueiras avaliadas em dous mil e quinhentos reis 2:500

Nº114
Um cavallete muito velho avaliado em cem reis 100

Nº115
Uma sineta do claustro avaliada em mil e duzentos reis 1:200

Nº116
Um casco de medida arcado de ferro em meio uzo avaliado em trez mil reis 3:000

Nº117
Uma caixa de castanho em meio uzo no valor de oitocentos reis 800

Nº118
Um pipo pequeno ordinario avaliado em duzentos reis 200

Nº119
Um meio casco em bom uzo avaliado em mil e quinhentos reis 1:500

Nº120
Um meio casco de madeira de castanho em bom uzo avaliado em mil e quinhentos reis 1:500

(Fl.57v) Nº121
Um casco de castanho em meio uzo avaliado em dous mil e quinhentos reis 2:500

Nº122
Um pipo do vinagre avaliado em mil e quinhentos reis (sic) digo em quinhentos reis 500

Nº123
Um pipo pequeno de madeira de castanho avaliado em seiscentos reis 600

Nº124
Uma escada de vindima avaliada em trezentos reis 300

Nº125
Uma meza de castanho envernizada avaliada em mil e duzentos reis 1:200

Nº126
Sete cadeiras com assento de palhinha avaliadas em mil e quatrocentos reis 1:400

Nº127
Uma meza de castanho em meio uzo avaliada em seiscentos reis 600

Nº128
Quatro cadeiras com assento de palhinha e uma dita com assento de couro avaliada em quinhentos reis 500

(Fl. 58) Nº129
Uma meza de castanho em meio uzo avaliada em quatrocentos reis 400

Nº130
Quatro cadeiras uzadas com assento de pau, sendo duas de braços tudo avaliado em quatrocentos reis 400

Nº131
Uma meza de castanho muito uzadas avaliada em quatrocentos reis 400

Nº132
Doze cadeiras com assentos de palhinha avaliadas em dous mil reis 2:000

Nº133
Uma esteira pequena avaliada na quantia de duzentos reis 200

Nº134
Uma esteira de junco uzada avaliada em duzentos reis 200

Nº135
Uma sineta inutilizada com a respectiva porca de madeira avaliada na quantia de mil reis 1:000

Nº136
Uma meza ordinaria (sic) digo um ar (Fl. 58v) Um armario existente na caza do capellão avaliado em oitocentos reis 800

Nº136 A
Uma meza de castanho e pinho velha no valor de oitocentos reis 800

Nº137
Uma meza de castanho com gavetas avaliada na quantia de quinhentos reis. 500

[147]Nº138
Uma cadeira, um ferro de engomar, uma pequena meza com uma gaveta, tudo avaliado na quantia de seiscentos reis 600

Nº139
Um relogio velho avaliado em mil reis 1:000

Quadros

Nº1
Um quadro pintado em tella no valor de dous mil reis, cujo quadro é da imagem de Sam Thomaz d'Aquino 2:000

Nº2
Um quadro com uma Santa da ordem avaliado na quantia de mil reis 1:000

[147] Na margem esquerda: "Vide a p. 66vº".

Nº3
(Fl.59) Um quadro de Santa Thereza avaliado na quantia de duzentos reis 200

Nº4
Um quadro da imagem de Christo com a cruz às costas avaliado na quantia de seiscentos reis 600

Nº5
Um quadro com a imagem de Christo na queda avaliado na quantia de seiscentos reis 600

Nº6
Um quadro da imagem de Christo com a cruz às costas avaliado na quantia de seiscentos reis 600

Nº7
Um quadro de Christo em caminho do Calvario muito velho avaliado em duzntos reis 200

Nº8
Um quadro da imagem de Christo na queda, avaliado na quantia de mil e duzentos reis 1:200

Nº9
Um quadro do crucificado avaliado em seiscentos reis 600

(Fl.59v) Nº10
Um quadro com as imagens de Sam Bento e Sam Francisco avaliado em trez mil reis 3:000

Nº12 (sic)
Um quadro da imagem da Virgem da Conceição avaliado na quantia de mil e duzentos reis 1:200

Nº13
Um outro quadro da imagem da Virgem avaliado na quantia de duzentos reis 200

Nº14
Um quadro da Virgem e Santa Anna avaliado na quantia de quatrocentos reis 400

Nº15
Um quadro da imagem de Santo Antonio avaliado na quantia de mil e cem reis 1:100

Nº16

Um quadro em gravura com as imagens de Nossa Senhora, Sam José, o menino e Santa Anna avaliado na quantia de trez mil reis 3:000

(Fl.60) Nº17

Um quadro da imagem de Sam João no valor de duzentos reis ..... .200

Nº18

Um quadro da Virgem avaliado na quantia de cem reis ..... .100

Nº19

Um quadro da Virgem avaliado na quantia de duzentos reis ..... .200

Nº20

Um quadro com a imagem de Christo do Novo Testamento avaliado na quantia de vinte e sete mil reis ..... .27:000

Nº21

Um quadro do Velho Testamento, representando a fome no Igipto, pintura em madeira, avaliada na quantia de vinte e sete mil reis ..... .27:000

Nº22

Um quadro do Velho Testamento, pintura em madeira, avaliado em vinte e sete mil reis 27:000

Nº23

Um quadro do Velho Testamento, pintura em madeira, avaliado na (Fl.60v) na quantia de dezoito mil reis ..... .18:000

Nº24

Um quadro do Velho Testamento, pintura em madeira, avaliado na quantia de dezoito mil reis ..... .18:000

Nº25

Um quadro do Velho Testamento, representando o sacrificio da Abel e Cahim pintura em madeira, avaliado na quantia de treze mil e quinhentos reis ..... .13:500

Nº26

Um quadro do Velho Testamento, representando o castigo da cidade de Sodoma pintura em madeira, avaliado na quantia de dez mil reis ..... .10:000

Nº27

Um quadro do Velho Testamento representando Jacob, pintura em madeira, avaliado em treze mil e quinhentos reis 13:500

Nº28

Um quadro do Novo Testamento representando a meza dos Apostolos, pintura em madeira, avaliado em treze mil e quinhentos reis 13:500

Nº29

(Fl.61) Nº29

Um quadro do Velho Testamento, representando Moizes no campo, pintura em madeira, avaliado em dezoito mil reis 18:000

Nº30

Um quadro do Velho Testamento, pintura em madeira, avaliado na quantia de quatro mil e quinhentos reis 4:500

Nº31

Um quadro do Velho Testamento representando o sacrificio de Izac, pintura em madeira, avaliado na quantia de dous mil e quinhentos reis 2:500

Nº33 (sic)

Um quadro do Velho Testamento, pintura em madeira, avaliado na quantia de dous mil e quinhentos reis 2:500

Nº34

Um quadro do Velho Testamento, pintura em madeira, avaliado na quantia de dezoito mil reis 18:000

Nº35

Um quadro do Velho Testamento representando Sanção avaliado na quan (Fl.61v) quantia de trez mil reis 3000

Nº36

Um quadro com a imagem de Christo do Velho Testamento, pintura em madeira, avaliado na quantia de quatro mil e quinhentos reis 4:500

Nº37

Um quadro do Velho Testamento, conduzindo a Arca da Aliança, pintura em madeira, avaliado na quantia de dezoito mil reis 18:000

Nº38

Um quadro do Velho Testamento, pintura em madeira, avaliado na quantia de seis mil reis 6:000

Nº39

Um quadro do Novo Testamento, representando a tentação de Christo, pintura em madeira, avaliado na quantia de dezoito mil reis 18:000

Nº40

Um quadro em tela, representando a Virgem da Madre de Deos, avaliado na quantia de mil e duzentos reis 1:200

(Fl. 62) Nº41

Um quadro da imagem de Santa Clara e Sam Francisco, pinturas em tela avaliado na quantia de mil reis 1:000

Nº42

Um quadro representando Santa Anna, pintura em tela avaliado na quantia de duzentos reis 200

Nº43

Um quadro da imagem de Santo Antonio, pintura em tela, avaliado em duzentos reis 200

Nº44

Um quadro da imagem de Santa Maria Magdalena pintura em tela avaliado na quantia de duzentos reis 200

Nº45

Um quadro com a imagem de Christo, sem valor.

Nº46

Um quadro muito velho e sem valor algum.

Nº47

Um quadro da Annunciação de (Fl.62v) Nossa Senhora, pintado em tela avaliado na quantia de mil reis 1:000

Nº48

Um quadro da imagem de Santo Antonio, muito velho, avaliado na quantia de cem reis 100

Nº49

Um quadro pintado em tela, representando a imagem de Sam Caetano, em mau estado avaliado em quatrocentos reis 400

Nº50

Um quadro pintado em tela, representando a imagem de Christo na queda, avaliado em mil e duzentos reis 1:200

Nº51

Um quadro em tela, representando a imagem da Santa Marinha, avaliado em trezentos reis 300

Nº52

Um quadro pintado em tela, representando a imagem de Santa Roza de Lima, avaliado em oitocentos reis 800

Nº53

Um quadro pintado em tela, com (Fl.63) com a imagem do Santo Bispo, avaliado em duzentos reis ...200

Nº54

Uma estampa de gravura em papel representando a imagem de Sam José avaliada na quantia de trezentos e cincoenta reis 350

Nº55

Um quadro de talha de madeira com a cabeça da Virgem em pintura avaliado na quantia de quatro mil e quinhentos reis 4:500

Nº56

Um quadro com a pintura em madeira, representando a Sacra Familia avaliado na quantia de trinta mil reis. 30:000

Nº57

Um quadro com a pintura em madeira com a indicação - Joannio est nomen ejus - avaliado na quantia de trinta mil reis 30:000

Nº58

Um quadro com a pintura em madeira, da Virgem, com a indicação (Fl.63v) - Regina Sacratissima Rozaris Orapronovis - avaliado na quantia de doze mil reis 12:000

Nº59

Um quadro com a pintura em madeira com a imagem de Santa Jzabel Rainha de Portugal avaliado na quantia de doze mil reis 12:000

Nº60

Um quadro com a pintura em madeira representando a imagem da Virgem Conceição avaliado na quantia de doze mil reis 12:000

Nº61

Um quadro com a pintura em madeira, representando as imagens da Virgem, Sam Jozé e o Menino, avaliado na quantia de nove mil reis 9:000

Nº62.

Um quadro pintado em tela representando o Descimento da Cruz, avaliado na quantia de oitocentos reis ..... .800

Nº63

Um quadro representando a imagem de Christo com a Cruz às costas, a (Fl.64) avaliado na quantia de dez mil reis 10:000

Nº64

Um quadro pintado em tela com a imagem de S. João, avaliado na quantia de mil reis 1:000

Nº65

Um quadro de pintura em tela com a imagem da Virgem e Sam Jozé avaliado na quantia de quinhentos reis ..... .600 (sic)

Nº66

Um quadro da Senhora da Piedade pintado em tela, avaliado a quantia de mil reis 1:000

Nº67

Um quadro de Sam Jozé, pintura em tella, avaliado na quantia de quinhentos reis ..... .500

Nº68

Um quadro pintado em tela, da imagem de Christo, avaliado na quantia de quatro mil e quinhentos reis 4:500

Nº69

Um quadro pintado em tella, representando a cabeça de Christo, avaliado em quatro mil e quinhentos reis 4:500

(Fl.64v) Nº70

Um painel representando o nascimento de Christo, pintura em madeira avaliado em cento e cincoenta mil reis 150:000

Nº71

Um quadro representando a imagem de Sam João Evangelista avaliado na quantia de mil reis 1:000

Bens de raiz

Nº1

O Convento de Santa Clara situado na rua de Santa Maria, na freguezia de Nossa Senhora da Oliveira desta cidade de Guimarães, com todas a suas dependencias, e junto dous terrenos lavradios aqui chamam cerca de cima e de baixo, existindo dentro do claustro deste edeficio um pequeno jardim e trez capellas, que tudo confronta do Nascente com a estrada denominada de Fafe, do Poente com o Largo de Santa Clara e com o quin (Fl.65) quintal do Conde de Azenha, do Norte com a rua de Serpa Pinto e do Sul com o quintal do Priorado da Collegiada de Guimarães. Este convento é composto de cellas, quartos, cozinhas, corredores, coro de baixo e de cima, torre com quatro sinos, mirante, claustros, varandas por cima dos claustros, com dous tanques d'agoa na cerca e um no claustro, um terreiro, a caza do forno a cozinha da commonidade, loja da lenha e outros. Disseram os louvados que é o seu valor a quantia de nove contos de reis 9:000:000

Nº2

Um pedaço de terreno ao lado do Norte da rua de Serpa Pinto, que foi cortado à cerca de cima deste convento para a construção da referida rua de Serpa Pinto. Disseram os louvados que o mesmo pode render annualmente quinze mil reis e por vinte annos trezentos mil reis ..... 300:000[148]

[148] Na margem esquerda: "V Pº 1:057 Lº 6º". Acrescentando posteriormente: "por onde foi posto em praça na(...)9601"

(Fl.65v) **Alfaias, objectos de ouro, pratas, vasos sagrados e mais objectos de culto**

Igreja

A igreja que se compõe de cinco altares, achando-se no da capella mor as seguintes imagens.
Santa Clara
S. Francisco
Sam João Baptista
Santa Agueda
Santo Antonio
Sam Gonçalo
Seis meios corpos de imagens diferentes em pequeno tamanho
Um crucifixo
Duas mezas credenciaes
Seis lampadas de parede
Um esteira e cinco capachos
Seis anjos de ciriaes
Seis castiçaes

No altar de Nossa Senhora da Oliveira dos alfaiates as seguintes imagens.
(Fl.66) A imagem de Nossa Senhora
Um presepio de Nossa Senhora para o Egipto
Quatro castiçaes

No altar de Sam João

A imagem de Sam João
Mais duas imagens
Um crucifixo pequeno
Quatro casticaes

No altar do Senhor dos verdadeiros remedios as seguintes imagens

Um crucifixo em tamanho natural
A imagem de Sam João Evangelista
Nossa Senhora da Soledade

O Senhor da Cana Verde
O Senhor preso à coluna
A imagem de Christo deitado
Uma cruz emalhetada a madreperola
Quatro castiçaes

No altar da Virgem da Conceição as seguintes imagens

A Virgem da Conceição
A imagem de Santa Anna
A imagem de Sam Joaquim
(Fl.66v)Um crucificado
Quatro castiçaes

Na sacristia um altar com as seguintes imagens

O Crucificado
Sam João Evangelista
Nossa Senhora da Soledade
Nossa Senhora da Conceição
A imagem da Resureição
Sam Bento

N°140
Dous espelhos de ornato dourados avaliados em vinte e sete mil reis 27:000

N°141
Um dito redondo avaliado na quantia de nove mil reis 9:000

N°142
Uma meza com ornatos com pés de (...) dourada avaliada em quarenta e cinco mil reis 45:000

N°143
Uma meza de marmore de carrara avaliada em duzentos mil reis 200:000

N°144
Seis castiçaes de madeira avaliados em seis mil reis 6:000

Quatro lanternas

[149]No altar da portaria as seguintes imagens.

A imagem do Senhor dos Paços
(Fl. 67) Mais duas imagens de Christo

Uma capella no claustro com um docelo e dentro d'elle as seguintes imagens[150].

O Senhor dos Paços
Dous anjos ceriaes

Um outra capella com a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte em um docello[151].

Uma outra capella no claustro com a imagem de Nossa Senhora da Piedade e seu amado Filho mais a imagem do Senhor Morto[152].

No claustro um oratorio com um crucificado em tamanho natural[153].

No coro de baixo as seguintes imagens[154].

Um crucificado em tamanho natural
Santa Clara
Santo Antonio
Sam Bento
Santo Amaro
O Padre Eterno
(Fl.67v) Dous anjos de ceriaes

[155]No coro de cima as seguintes imagens.

Um pequeno presepio
Uma Virgem de jaspez
Um Menino Jesus de cera
Sam João Marcos
Santa Catharina
Santa Clara

149 Na margem esquerda: "No convento".
150 Na margem direita: "No convento".
151 Na margem direita: "No convento".
152 Na margem direita: "No convento".
153 Na margem direita: "No convento".
154 Na margem direita: "No convento".
155 Na margem esquserda: "No convento".

Sam Gonçalo
Um oratorio com sete imagens diversas
Um crucifixo em ponto pequeno
Sam Roque
Sam Sebastião

Objectos d'ouro

Nº1
Um pequeno cordão d'oiro com o pezo de nove gramas e sete decigramas no valor de quatro mil quatrocentos e setenta reis 4:470

Nº2
Quatorze contas d'ouro no valor de mil seiscentos e oitenta reis 1:680

Nº3
Um rozario de azeviche com uma cruz e oito contas d'ouro no valor de dous (Fl.68) dous mil seiscentos e cincoenta reis 2:650

Nº3 A
Um rozario de vidro com cruz d'ouro e quinze contas de filigrana no valor de mil e quatrocentos reis 1:400

Nº4
Um anel d'ouro no valor de dous mil e setenta reis 2:070

Objectos de prata

Nº1
Uma côroa de Nossa Senhora com o pezo de setecentas vinte e cinco gramas no valor de vinte e um mil setecentos e cincoenta graus (sic) digo e cincoenta reis 21:750

Nº2
Um resplendor com o pezo de trezentas e cinco gramas no valor de nove mil cento e cincoenta reis 9:150

Nº3
Um resplendor com o pezo de cento cincoenta gramas no valor de quatro mil e quinhentos reis . . .4:500

Nº4
Um resplendor com o pezo de cento vinte e uma gramas no valor de trez mil reis cento e trinta reis 3:630

Nº5
Um cerineu do andor com o pezo de trezentas gramas no valor de no (Fl.68v)nove mil reis 9:000

Nº6
Um resplendor com o pezo de cincoenta e trez gramas no valor de mil quinhentos e noventa reis .1:590

Nº7
Um resplendor de prata com o pezo de trinta e cinco gramas no valor de mil e cincoenta reis 1:050

Nº8
Um resplendor de prata com o pezo de vinte e seis gramas no valor de setecentos e oitenta reis 780

Nº9
Um resplendor de prata com o pezo de trinta e nove gramas no valor de mil cento e setenta reis . .1:170

Nº10
Um resplendor com o pezo de onze gramas no valor de trezentos e trinta reis 330

Nº11
Um resplendor com o pezo de trinta e quatro gramas no valor de mil e vinte reis 1:020

Nº12
Um resplendor com o pezo de nove gramas no valor de dusentas e setenta reis 270

Nº13
Um resplendor com o pezo de seis gramas no valor de cento e oitenta reis 180

Nº14
Um resplendor com o pezo de trez gramas no valor de noventa reis 90

(Fl.69) Nº15
Um resplendor com o pezo de duas gramas no valor de sessenta reis 60

Nº16
Uma coroa de prata com o pezo de trinta e uma gramas no valor de 930

Nº17
Uma corôa de prata com o pezo de vinte e quatro gramas no valor de setecentos e vinte reis 720

Nº18
Uma corôa de prata com o pezo de quinze gramas no valor de quatrocentos e cincoenta reis 450

Nº19
Uma corôa de prata com o pezo de cinco gramas no valor de cento e cincoenta gramas (sic) digo cento e cincoenta reis 150

Nº20
Uma sucena com o pezo de nove gramas no valor duzentos e setenta reis 270

Nº21
Uma cajata de prata com o pezo de vinte e trez gramas no valor de seiscentos e noventa reis 690

Nº22
Uma outra cajata de prata com o pezo de dusentas oitenta e cinco gramas no valor de oito mil quinhentos e cincoenta reis 8:550

Nº23
Quatro olhos de prata com o pezo de quatro gramas no valor de cento e vinte reis 120

(Fl.69v) Nº24
Uma salva de prata com o pezo de quinhentas e trez gramas no valor de quinze mil e noventa reis 15: 090

Nº25
Duas colheres de chá e uma concha de prata com o pezo de cento e vinte e trez gramas no valor de trez mil setecentos e cincoenta reis 3:750

Nº26
Um cabo d'uma faca com o pezo de trinta gramas no valor de novecentos reis 900

Nº27
Um resplendor de prata com o pezo de dusentas gramas no valor de seis mil reis 6:000

Nº28

Um resplendor de prata com o pezo de cento e quatorze gramas no valor de trez mil quatrocentos e vinte reis 3:420

Nº29

Um resplendor de prata com o pezo de noventa e cinco gramas no valor de dous mil oitocentos e cincoenta reis 2:850

Nº30

O sinete em sello da Ordem de prata no valor de dous mil setesentos reis 2:700

Nº31

Uma batuta da regencia do canto chão no valor de trez mil setecentos e trinta reis 3:730

(Fl.70) **Termo de deposito donde constão todas as alfaias, basos sagrados e mais objectos do culto.**

Aos vinte e um dias do mez de Setembro de mil oitocentos noventa e um, no supprimido Convento de Santa Clara da cidade de Guimarães, estando presente o Excellentissimo Reverendissimo Senhor Arcipreste Antonio Manoel de Mattos Delegado de Sua Excellencia Reverendissima o Senhor Arcebispo Primáz, por provisão de dez do corrente mez e Fortunato Antunes Leite, escrivão de Fazenda deste concelho, comigo Antonio Jozé Ribeiro, encarregado do respectivo inventario, em virtude da nomeação feita pelo Excellentissimo Inspector da Fazenda deste districto, e tendo-se já procedido à conferencia de todas as alfaias, vasos sagrados e mais e mais objectos pertencentes ao culto à face do inventario confecionado em vinte e quatro de Abril de mil oitocentos cincoenta e oito[156], remettido pela Direcção Geral dos Proprios (Fl.70v) Nacionaes ao Excellentissimo Inspector de Fazenda por officio tambem de onze do corrente mez, inventariando-se, louvadores e descrevendo-se todos os objectos e alfaias agora encontrados para o effeito do inventario geral e para dar cumprimento ao desposto nas intencções regulamentares de trinta e um de Maio de mil oitocentos sessenta e dous para o effeito de fazer entrega como depozito provisorio das referidas alfaias e mais objectos do culto à auctoridade eclesiastica, n'este acto são presentes ao Excellentissimo Delegado de sua Excellencia Reverendissima o Senhor Arcebispo Primáz, todos os referidos objectos e alfaias descriptas pela forma seguinte.

[156] Veja-se documento nº 3.

Alfaias que constão do inventario velho

Nº1
Um pavilhão de tela d'ouro avaliado em sete mil e dusentos reis 7:200

Nº2
Um dito muito velho avaliado em dous mil reis 2:000

(Fl.71)
Nº3
Um paramento branco de tela d'ouro, que se compõe d'uma vestimenta e duas dialmaticas, capa de asperges e veo d'hombros tudo avaliado em quatorze mil reis 14:000

Nº4
Um paramento de damasco vermelho no valor de doze mil reis 12:000

Nº5
Um paramento de seda matiz que se compõe d'uma vestimenta e duas dialmaticas com galão de retróz avaliado em oito mil reis 8:000

Nº6
Um paramento de seda preta que se compõe d'uma vestimenta e duas dialmaticas com galão de retróz avaliado em sete mil e dusentos reis 7:200

Nº7
Trez vestimentas roxas em bom uso com galão de retróz avaliado em nove mil e seiscentos reis ..9:600

Nº8
Uma outra vestimenta de matiz com galão de retróz avaliado em quatro mil reis 4:000

Nº9
Uma vestimenta de damasco verde com galão fino avaliado em quatro mil e seiscentos reis 4:600

Nº10
Duas vestimentas vermelhas com galão de retróz avaliadas em seis mil (Fl.71v) mil e quatrocentos reis 6:400

Nº11
Uma vestimenta vermelha de galão e seda avaliada em dous mil reis 2:000

Nº12
Trez vestimentas de damasco brancas avaliadas na quantia de doze mil e seiscentos reis 12:600

Nº13
Uma vestimenta preta de velludilho avaliada na quantia de dous mil e quatrocentos reis 2:400

Nº14
Uma capa de asperges branca de damasco, muito velha avaliada na quantia de oitocentos reis 800

Nº15
Uma capa de asperges vermelha com galão de retróz avaliada em trez mil e dusentos reis 3:200

Nº16
Uma capa de asperges branca em meio uzo avaliada em quatrocentos reis 4:000

Nº17
Uma capa de asperges preta com galão de retróz muito velha avaliada em mil e dusentos reis 1:200

Nº18
Quatorze bolsas de corporaes muito uzadas avaliadas em mil e setecentos reis 1:700

Nº19
Um frontal de seda branca com franja d'ouro avaliada em cinco mil reis 5:000

(Fl.72) Nº20
Um frontal branco com franja de retroz avaliada em dous mil e oitocentos 2:800

Nº21
Um frontal de damasco roxo com franja de retroz avaliado em trez mil reis 3:000

Nº22
Um frontal de damasco verde com franja de retróz avaliado em trez mil reis 3:000

Nº23
Um frontal de damasco vermelho com franja de retróz avaliado em dous mil e quinhentos reis 2:500

Nº24
Dous veos d'hombros avaliados em mil e oitocentos reis 1:800

Nº25

Um pano da estante vermelho e branco com franja de retróz avaliado em nove mil e seiscentos reis (sic) digo em nove centos e sessenta reis 960

Nº26

Um pano de estante com franja de retróz avaliado em novecentos reis 900

Nº27

Seis capas de damasco branco com galão de retróz avaliado em dezoito mil reis 18:000

Nº28

Um pano da porta avaliado na quantia de trez mil reis 3:000

Nº29

Vinte e duas portadas de damasco (Fl.72v) em mau estado avaliadas em oito mil e oitocentos reis .8:800

Nº30

Doze alvas com folhos de caça avaliadas em quatro mil e oitcocentos reis 4:800

Nº31

Seis alvas dos dias solennes com rendas avaliadas em seis mil reis 6:000

Nº32

Sete sobrepostas muito uzadas avaliadas em mil e quatrocentos reis 1:400

Nº33

Seis toalhas do altar mor com folhos avaliadas em seis mil reis 6:000

Nº34

Seis toalhas com folhos pertencentes às credencias avaliadas em quatrocentos reis 400

Nº35

Seis toalhas da communhão avaliadas em seiscentos reis 600

Nº36

Doze toalhas dos altares avaliadas em sete mil reis 7:000

Nº37

Seis toalhas do lavatorio avaliadas em mil e dusentos reis 1:200

Nº38

Trez toalhas com folhos avaliadas na quantia de seiscentos reis 600

Nº39

Diversos panos velhos avaliados em trezentos reis 300

Vasos Sagrados

Nº40 (Fl.73)

Dous calix com pé de latão, capa e patena de prata avaliados em doze mil reis 12:000

Nº41

Um calix pequeno com pé de latão e patena de prata avaliado em quatro mil e oitocentos reis 4:800

Nº42

Uma costodia de metal dourado com circulo de pedras de cristal avaliada
em doze mil reis 12:000

Nº43

Um vaso de prata do sacrario avaliado em sete mil e seiscentos reis 7:600

Nº44

Um turibulo de latão avaliado em quinhentos reis 500

Nº45

Trez pares de galhetas de estanho avaliadas em novecentos reis 900

Alfaias encontradas a mais que no inventario velho

Nº46

Um panno de pulpito branco avaliado em mil e oitocentos reis 1:800

Nº47

Um panno de pulpito roxo avaliado em quinhentos reis 500

Nº48

Um pano de pulpito roxo avaliado em trez mil reis 3:000

(Fl.73v) Nº49

Um pano de pulpito vermelho avaliado em trez mil reis 3:000

Nº50

Um veo d'hombros de matiz, novo, avaliado em oito mil reis 8:000

Nº51

Dous panos de estante roxos, sendo um de velludilho e um de damasco avaliados em seiscentos reis 600

Nº52

Um pano d'estante preto de damasco avaliado em quatrocentos reis 400

Nº53

Um pano de missal preto de damasco avaliado em cento e vinte reis 120

Nº54

Um pano de estante preto avaliado em quatrocentos reis 400

Nº55

Um pequeno cobertor de damasco avaliado em quatrocentos reis 400

Nº56

Cinco cazulas roxas de damasco avaliadas em seis mil reis 6:000

Nº57

Um pano do missal muito velho avaliado em cento e vinte reis 120

Nº58

Trez estolas roxas sendo um de damasco e dous de algodão avaliadas em seiscentos reis 600

Nº59

Trez cortinas de algodão tingidas avaliadas em dous mil reis 2:000

Nº60

Sete sanefas de damasco avaliadas (Fl.74) avaliadas em mil reis 1:000

Nº61
Dez pernas de damasco vermelho avaliadas em mil e dusentos reis 1:200

Nº62
Quatro missais com capa de couro avaliados em oito mil reis 8:000

Nº63
Um missal com capa de velludo avaliado em quatro mil reis 4:000

Nº64
Dezeceis veos de calix em meio uzo avaliados em novecentos e sessenta reis. 960

Nº65
Dez bolsas de corporaes avaliadas em mil e dusentos reis 1:200

Nº66
Duas dalmaticas de damasco e algodão avaliadas em mi e dusentos reis 1:200

Nº67
Uma cazula de beludo preto avaliada em trez mil reis 3:000

Nº68
Uma cazula verde de seda matiz avaliada em mil e dusentos reis 1:200

Nº69
Uma cazula de seda com ramos de prata avaliada em quatro mil e quinhentos reis 4:500

Nº70
Um palio de seda com ramos de prata dourada avaliado em dezoito mil reis 18:000

Nº71
Uma capa e estola roxa avaliada na quantia de mil e dusentos reis 1:200

(Fl.74v) Nº72
Uma humbella de damasco com gallois de matiz avaliada em mil e dusentos reis 1:200

Nº73
Duas alvas com rendas avaliadas em dous mil reis 2:000

Nº74
Quatro toalhas com rendas avaliadas em trez mil reis 3:000

Nº75
Quatro camisas do Senhor dos Paços avaliadas em oitocentos reis 800

Nº76
Seis toalhas das credencias avaliadas em mil e dusentos reis 1:200

Nº77
Trez toalhas do altar avaliadas em seiscentos reis 600

Nº78
Um veo do Santo Sepulcro avaliado em cem reis 100

Nº79
Seis toalhas do altar avaliadas em mil e oitocentos reis 1:800

Nº80
Sete toalhas lizas avaliadas em setecentos reis 700

Nº81
Dezeceis manusterges avaliados em setecentos e oitenta reis 780

Nº82
Um tapete vermelho e amarello do altar mor avaliado em quatro mil reis 4:000

Nº83
Uma quota avaliada em (sic) 200

(Fl. 75) Nº84
Trez tapetes de baeta estampada da capela mor avaliados em dous mil e quatrocentos reis 2:400

Nº85
Uma capa verde muito velha avaliada em dusentos reis 200

Nº86
Uma alcatifa do altar mor avaliada em treze mil e quinhentos reis 13:500

Nº87
Cinco almofadas avaliadas em mil e quinhentos reis 1:500

Nº88
Vinte e sete corporaes avaliados em mil e dusentos reis 1:200

Nº89
Diversos paramentos velhos avaliados em dusentos reis 200

Nº90
Quatro mochos de almofadas de velludo vermelho avaliados em dous mil e quatrocentos reis 2:400

Nº91
Quatro veos de calix em bom uzo avaliados em seiscentos reis 600

Nº92
Dezeceis amitos avaliados em novecentos reis 900

Nº93
Um docel branco avaliado na quantia de mil e dusentos reis 1:200

Nº94
Treze cordoes brancos sendo trez com borla de prata avaliados em dous mil reis 2:000

(Fl. 75v) Nº95
Quatro cobertas de paninho vermelho dos altares avaliados em quinhentos reis 500

Nº96
Quatro estantes de pau do missal avaliadas em quinhentos reis 500

Nº97
Honze ramos de flores da igreja, avaliados em oito mil reis 8:000

Nº98
Trinta e trez jarras de porcelana e vidro avaliadas em seis mil e quatrocentos rei 6:400

Nº99
Um veo de calix bordado a ouro e prata avaliado em dez mil reis 10:000

Vasos sagrados encontrados a mais do inventario velho

Nº100

Um calix de prata lavrado pezando novecentas e sessenta gramas no valor de vinte e oito mil reis .28:800

Nº101

Um turibulo de prata pezando novecentas e quarenta e cinco gramas no valor de vinte e oito mil tresentas e cincoenta gramas (sic) digo e cincoenta reis 28:350

Nº102

Uma naveta de prata lavrada pezando tresentas e quarenta gramas no (Fl.76) no valor de dez mil e dusentos reis 10:200

Nº103

Um par de galhetas de prata com o respectivo prato pezando seiscentas e setenta gramas no valor de vinte mil e cem reis 20:100

Nº104

Dous calix de prata pequenos pezando dusentas e dez gramas no valor de seis mil e tresentos reis 6:300

Nº105

Uma sacra grande de prata e madeira pezando a prata seiscentas gramas no valor de dezoito mil reis 18:000

Nº106

Uma sacra mais pequena de prata e madeira pezando esta dusentas e cincoenta gramas no valor de sete mil e quinhentos reis 7:500

Nº107

Uma dita pequena de prata e madeira com igual pezo no valor de setecentos e quinhentos reis 7:500

Nº108

Uma estante para o missal, de prata, e madeira pezando a prata quinhentas e cincoenta gramas no valor de dezeceis mil e quinhentos reis 16:500

Nº109

A chave do sacrario no valor de mil e dusentos reis 1:200

E vistos, e conferidos os mesmos objectos e alfaias pelo (Fl.76v) pelo dito Excellentissimo Delegado, e que achou conforme com a descripção feita, foi pelo dito escrivão de fazenda dito que de tudo lhe fasia entrega como deposito provisoriona forma do artigo decimo das mencionadas instrucçoes, ficando assim incorporado na alludida posse posse. E para firmeza e a todo o tempo constar de lavores o presente termo em duplicado afim de ser entregues ao Delegado de Sua Excellencia Reverendissima o Senhor Arcebispo, e outro enviado ao Ministerio dos Negocios Eclesiasticos e da Justiça, sendo tambem incluido no inventario geral que tem de ser remettido à Direcção Geral dos Proprio Nacionaes, e todos vão assignar depois de lido por mim Antonio Jozé Ribeiro, encarregado dos inventarios que o escrevi e assigno – Antonio Manoel de Mattos. Fortunato Antunes Guimarães. O encarregado Antonio Jozé Ribeiro.

Conclusão

E por esta formase deu por finda a presente descripção e avaliação, intervindo na mesma os louvados previamente nomeados e ajuramentados, os quaes vão assignar com o respectivo escrivão de Fazenda e comigo Antunes Jozé Ribeiro, encarregado do respectivo inventario que o escrevi e assigno.

(Assinado:) FORTUNATO ANTUNES LEITE
(Assinado:) ANTONIO ALBERTO ROCHA GUIMARÃES
(Assinado:) JOZÉ CARNEIRO JUNIOR
(Assinado:) MANOEL JOZÉ RIBEIRO SALGADO

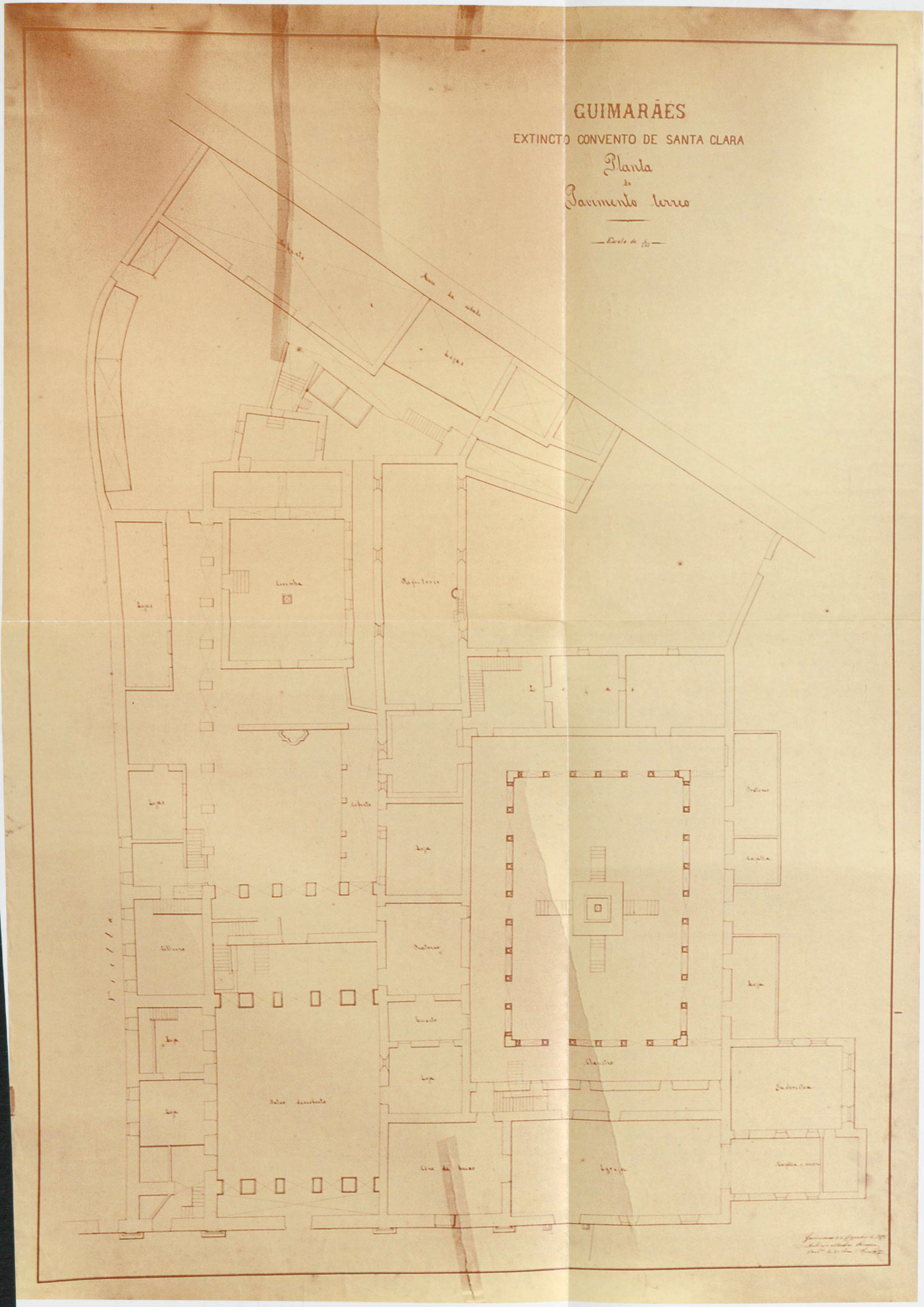
Encerramento

Tem este inventario setenta e sete meias folhas que todas vão por mim numeradas e rubricadas
Guimarães, 16 de Novembro de 1891
O Encarregado
(Assinado:) ANTUNES JOZÉ RIBEIRO

AMAP, Convento de Santa Clara - Planta do Pavimento Térreo (escala 1/100)

Desenhada a 2 de Dezembro de 1891 por António Martins Ferreira, conservador de 2ª classe de obras

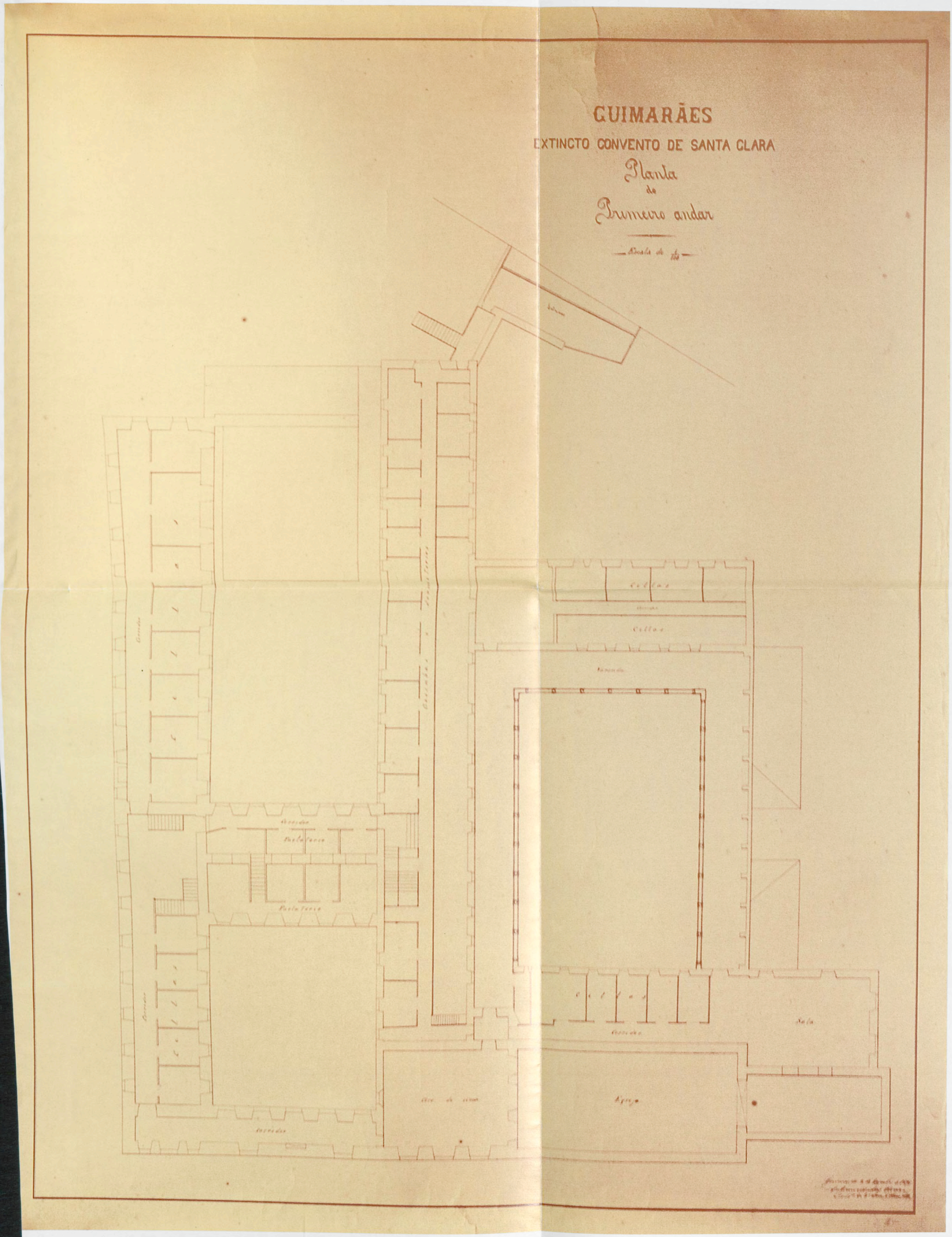
redução do desenho original



AMAP, Convento de Santa Clara - Planta do 1º andar (escala 1/100)

Desenhada a 2 de Dezembro de 1891 por António Martins Ferreira, conservador de 2ª classe de obras

redução do desenho original



AMAP, Convento de Santa Clara - Planta do 2º andar (escala 1/100)

Desenhada a 2 de Dezembro de 1891 por António Martins Ferreira, conservador de 2ª classe de obras

redução do desenho original

GUIMARÃES

EXTINCTO CONVENTO DE SANTA CLARA

Planta do Segundo andar

— Escala de 1/100 —

Corredor

Corredor

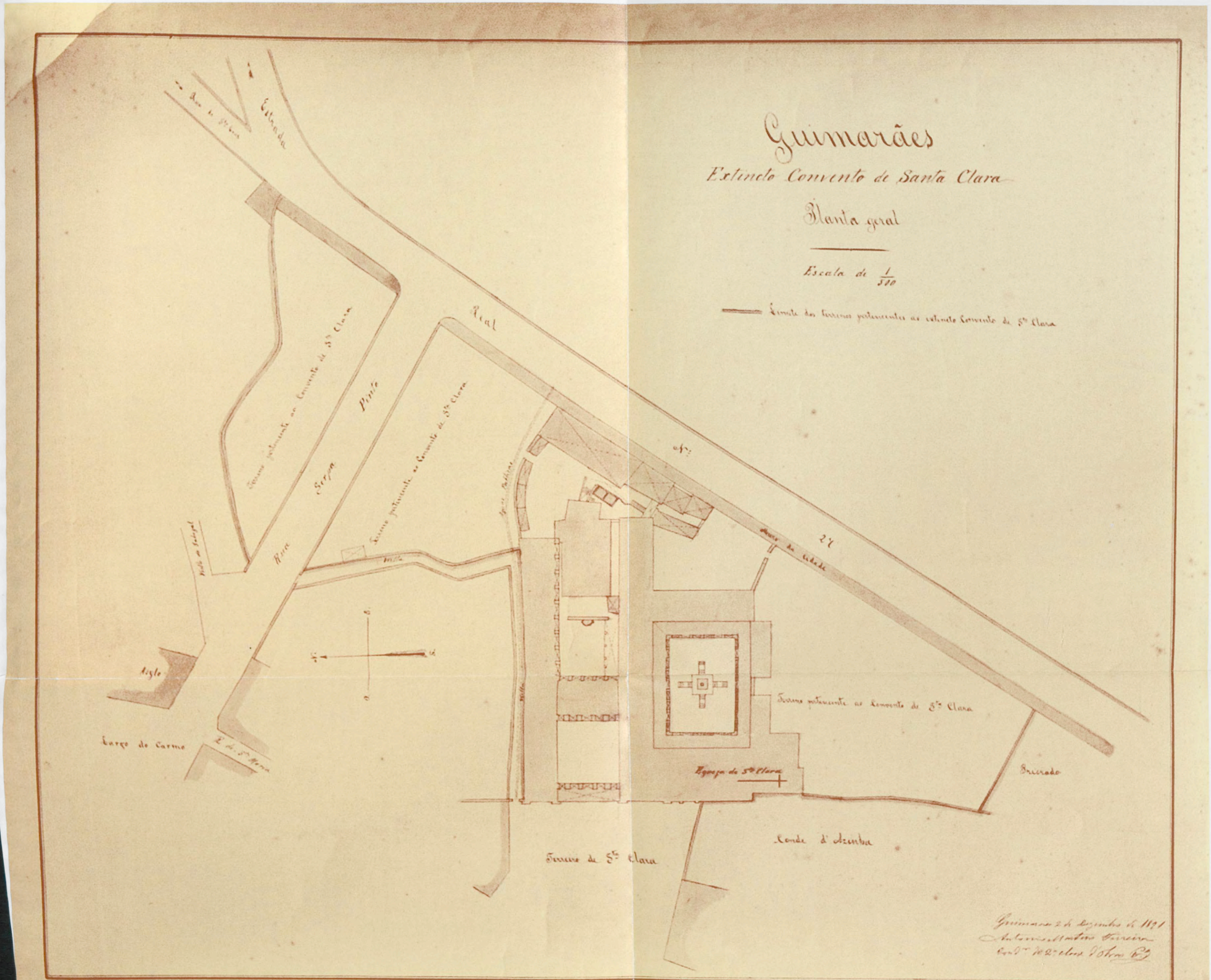
Corredor

Nave

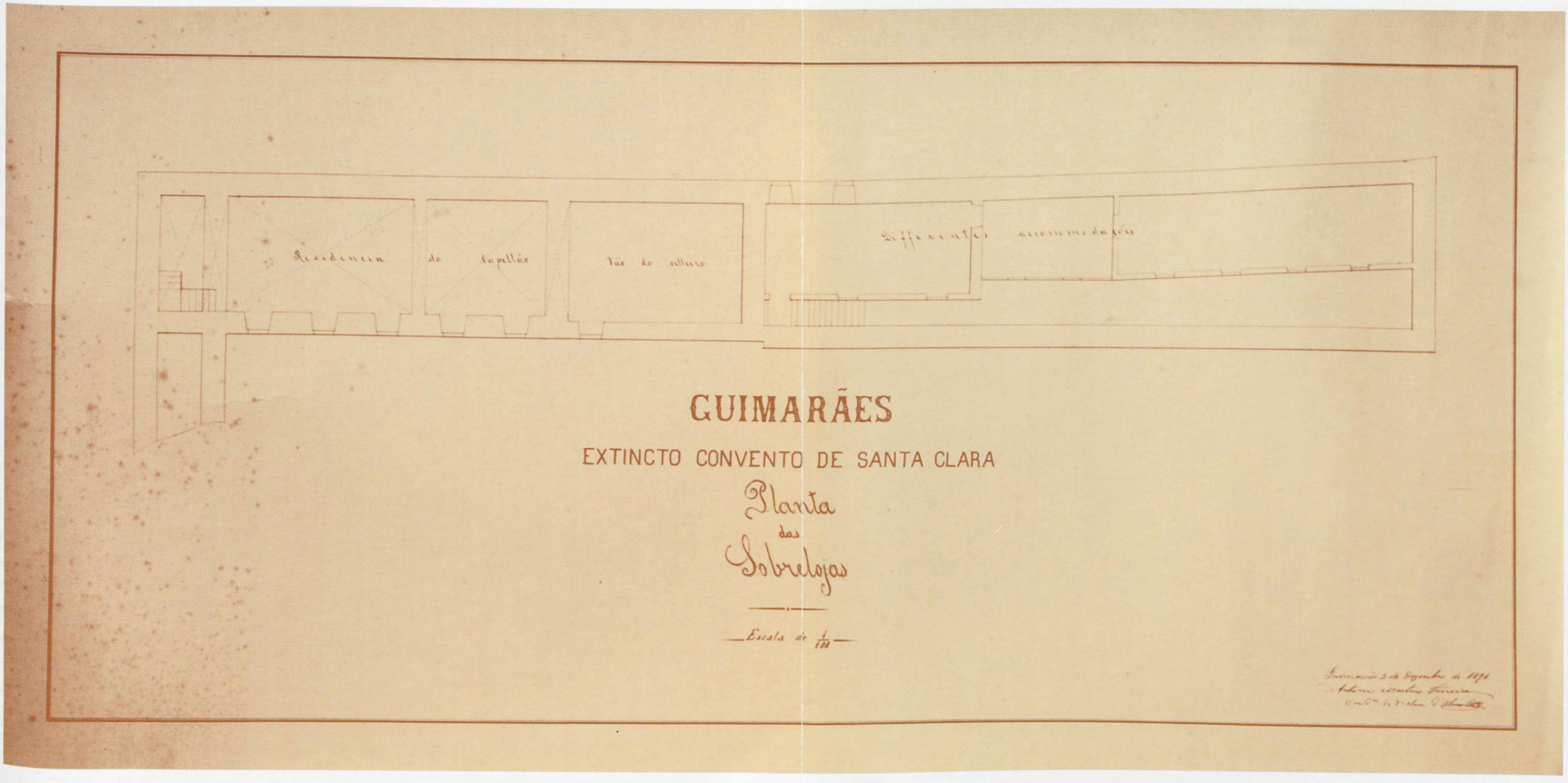
AMAP, Convento de Santa Clara - Planta Geral (escala 1/100)

Desenhada a 2 de Dezembro de 1891 por António Martins Ferreira, conservador de 2ª classe de obras

redução do desenho original



AMAP, Convento de Santa Clara - Planta das Sobrelojas (escala 1/100)

Desenhada a 2 de Dezembro de 1891 por António Martins Ferreira, conservador de 2ª classe de obras

redução do desenho original